

JORGE LUIZ DA CUNHA

OS COLONOS ALEMÃES DE SANTA CRUZ E A FUMICULTURA

Santa Cruz do Sul; Rio Grande do Sul

1849 - 1881

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestre em História do Brasil, opção História Social. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História da Universidade Federal do Paraná.

CURITIBA

1988

A Ana, companheira de todos os trabalhos.

A Ana Lúcia, Nelci, Roberto e Moonei, amigos de sempre.

A gente simples e amável do interior de Santa Cruz do Sul.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	ii
LISTA DE TABELAS	iii
LISTA DE MAPAS E PLANTAS	v
LISTA DE GRÁFICOS	vi
INTRODUÇÃO - Base teórica e fontes	1
- Base teórica	3
- Fontes	6
A ALEMANHA NO SÉCULO XIX	10
- Alemanha Ocidental (desagregação do campesinato) ...	14
- O Sudeste da Alemanha	25
- A Alemanha Oriental	31
O RIO GRANDE DO SUL ANTES DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ	37
A PRIMEIRA FASE DA COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA	52
O PERÍODO REGENCIAL E A 2ª FASE DA COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA.	65
- As colônias da 2ª fase da colonização estrangeira no Rio Grande do Sul	85
SANTA CRUZ, 1849 - 1881	98
OS COLONOS ALEMÃES DE SANTA CRUZ	117
- Os colonos imigrantes	119
1. Os dialetos	123
2. A religião	127
3. Os artesãos	129
4. A família imigrante	132
- A economia de subsistência (1849-1859)	140
- A produção simples de mercadorias (1860-1881)	156
CONCLUSÕES	189
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Jayme Antonio Cardoso, pela inestimável orientação e, sobretudo, pelo interesse, zelo e dedicação com que se desincumbiu deste encargo.

Aos professores do Mestrado em História da Universidade Federal do Paraná, especialmente ao Professor Carlos Roberto dos Santos, à Professora Ana Maria Burmester e Professor Sérgio Odilon Nadalin que com amizade suavizaram o trabalho deste aprendiz do ofício de historiador.

Aos amigos, especialmente Nelci e Ana Lúcia, de Curitiba, que me acolheram com carinho e me fizeram amar a cidade.

A Helke Ott, Susane Kirchhoff e Annelore Wartchow pela ajuda com as fontes em alemão.

Ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, pela franquia dos documentos sobre Santa Cruz do Sul.

Ao Professor Elenor Schneider, pela revisão do português e pelas sugestões quanto ao estilo.

A Denise Weigel, pelo trabalho de datilografia.

A Arley José Schilling, pela arte final nos gráficos, tabelas e mapas.

As Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul e a Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul pelo estímulo e apoio financeiro.

À CAPES, pelo financiamento dado através do PICD, tanto no período de realização dos créditos na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, quanto na fase de pesquisa, em Santa Cruz do Sul.

À Professora Maria Hoppe Kipper, professora de História do Curso de Graduação, que primeiro me incentivou à pesquisa.

Finalmente a mãe Maria, pela torcida, a Ana, mulher, pela paciente paciência que acabou amorosamente tornando este trabalho uma realidade e ao Maurício, filho, pela espera.

LISTA DE TABELAS

- Emigração alemã de 1820 a 1870	10
- Produção de carvão (toneladas) na Alemanha - 1790 a 1870 ..	12
- Produção de ferro (toneladas) na Alemanha - 1800 a 1870 ...	12
- Quilômetros de ferrovias na Alemanha - 1840 a 1879	12
- Comércio Internacional (em milhões de libras) de 1787 a 1870	14
- População da Alemanha - 1806 a 1890	18
- Crescimento da densidade demográfica na Alemanha Ocidental - 1811 a 1895	18
- Potência das máquinas a vapor (em milhões de CV) na Alemanha - 1840 a 1870	22
- Produção de ferro e aço na Prússia	24
- Transformação dos trabalhadores agrícolas nas Províncias Orientais da Prússia	35
- Participação do charque e banha no valor total das exportações do Rio Grande do Sul em diversos anos	50
- ' <i>Relação do gado necessário a cada família suíça que vier estabelecer-se no Brasil e dos outros objectos para semear e plantar; a saber</i> '	54
- Movimento de entrada de imigrantes em São Leopoldo	57
- Distribuição etária da população da colônia de Santo Ângelo em 1866	87
- Número de lotes coloniais distribuídos por ano e por Linha - Colônia de Santa Cruz	109
- População de Santa Cruz - 1879	118
- Local de nascimento dos colonos alemães de Santa Cruz	120
- Local de nascimento dos chefes de domicílios entre as famílias de Santa Cruz	121
- Local de nascimento dos colonos alemães de Santa Cruz por Linhas Coloniais	122
- Local de nascimento dos chefes de domicílios de Santa Cruz por Linhas Coloniais	122
- Religião das famílias da colônia de Santa Cruz	126
- Mestres de artes e ofícios - Santa Cruz - 1866	130
- Relação dos produtos exportados da colônia de Santa Cruz durante o ano de 1856	152
- População da colônia de Santa Cruz - 1849 a 1859	153
- Criação de animais na colônia de Santa Cruz	159
- Fiação e tecelagem de subsistência em Santa Cruz	162
- Artesanato de transformação do couro em Santa Cruz	164

- Movimento de exportação e importação de Santa Cruz - 1860 a 1875	166
- As importações de Santa Cruz - 1861 e 1863	168
- Quantidade plantada e quantidade colhida de alguns produtos agrícolas em 1866 - Santa Cruz	171
- Percentuais exportados da produção de feijão de Santa Cruz - 1861 a 1869	173
- Preços do milho, feijão e fumo - Santa Cruz, 1865/66	182
- Fumicultura em Santa Cruz - 1861 a 1881	186
- População de Santa Cruz - 1860 a 1880	187

LISTA DE MAPAS E PLANTAS

- Antiga colônia de São Leopoldo	56
- Rio Grande do Sul (Diagrama Morfológico)	77
- Colônias dos vales do Rio Taquari e Rio Pardo	84
- Colônias do vale do Rio Caí	86
- Mapa da colônia de Santa Cruz (com os limites do município instalado em 1878 e colônias adjacentes)	107
- Local de nascimento dos colonos alemães de Santa Cruz	120
- Distribuição dos dialetos da língua alemã no território da Alemanha - Segunda Metade do século XX	124
- Distribuição confessional da população alemã na segunda metade do século XIX	126
- Produção agrícola na Alemanha - Segunda metade do século XIX	144
- Alemanha - Fumicultura na segunda metade do século XIX ...	146
- Agricultura em Santa Cruz (1860 - 1881) - Cevada, arroz, centeio e trigo; por Linhas Coloniais	154
- Agricultura em Santa Cruz (1860 - 1881) - Milho, feijão, fumo e batatas; por Linhas Coloniais	155
- Agricultura em Santa Cruz (1860-1881) - Linho e algodão; por Linhas Coloniais	161
- Planta da Freguezia de Santa Cruz - 1870	165

LISTA DE GRÁFICOS

- Exportação de trigo no Rio Grande do Sul entre 1787 e 1822.	45
- Colônia de Santo Ângelo - 1866 - Produtos agrícolas e animais	88
- Produção agrícola da colônia de Monte Alverne em 1866	95
- Criação de animais na colônia de Monte Alverne em 1866 ...	95
- Produção agrícola - Santa Cruz - 1861 a 1869	169
- Exportação - Santa Cruz (%) 1861 a 1875	170

INTRODUÇÃO

Base Teórica e Fontes

A colonização estrangeira é reconhecida como um fator decisivo no que diz respeito à evolução sócio-econômica do Rio Grande do Sul. Santa Cruz do Sul, um município do Rio Grande do Sul, é resultado direto do processo de colonização estrangeira do século XIX, particularmente da colonização alemã. Colônia fundada em 1849 é objeto deste trabalho até 1881 (esta periodização, como de resto todas, é de algum modo arbitrária).

Este trabalho engloba três aspectos fundamentais: a realidade do país de origem dos imigrantes, no caso a Alemanha do século XIX; a realidade do país de destino desta gente, focalizado, neste estudo, a partir do Rio Grande do Sul e finalmente, contextualizado pelos dois primeiros, o próprio núcleo colonial, a Colônia de Santa Cruz. Estes aspectos, que no corpo do trabalho assumem a figuração de partes, tratados com o instrumento principal da história econômica (a análise das estruturas materiais), buscam falar dos homens(1), de suas vidas, sua sobrevivência, sua forma de se organizar em sociedade, seu pensamen-

(1)"... o objeto de nossos estudos não é um fragmento do real, um dos aspectos isolados da atividade humana, mas o próprio homem, considerado no seio dos grupos de que é membro."

FEBVRE, Lucien. Combates por la historia. Barcelona, Ariel, 1970. p. 40.

to... pretendendo contribuir em seu conjunto para a compreensão do global, a história da sociedade rio-grandense e de sua evolução.

Este trabalho procura, pois, definir de que forma é encaminhado o processo de colonização em Santa Cruz, dirigido pelo governo provincial, representante dos interesses da elite agropecuária local através da Assembléia Legislativa Provincial e dos interesses do governo Imperial através da Presidência da Província, cujo titular é nomeado para tal fim.

Em outras palavras:

1) como é gerida uma política voltada para o incremento da pequena propriedade e do trabalho livre, por uma oligarquia pecuária e latifundiária, justamente quando se acelera a própria desestruturação das relações de produção que a caracterizam;

2) como se dá a especialização da produção agrícola e a transformação da vida material e das relações de produção na Colônia, até sua integração à divisão inter-regional do trabalho e ao mercado capitalista.

O ano de 1849 é estabelecido como marco cronológico inicial em virtude da fundação da Colônia em dezembro deste ano.

Para marco final, é estabelecido o ano de 1881, ano em que se dá por concluído o cadastramento (ou recadastramento) dos lotes coloniais de Santa Cruz, importante fonte utilizada neste estudo, e também por marcar o início da autonomia municipal alcançada legalmente em 1877 e de fato em 1878 com a instalação do município de Santa Cruz do Sul.

BASE TEÓRICA

Não perdendo de vista que a realidade histórica não se reduz a uma estrutura teórica previamente formulada, coloca-se como referencial teórico para o estudo particular sobre Santa Cruz, no período de 1849 a 1881, a idéia de que as relações de produção que envolvem a pequena produção (neste caso na forma de pequena propriedade) no seu processo de reprodução pelo capital, são de natureza essencialmente capitalista, embora não explicitamente.

As teses que consideram as relações de produção que envolvem a pequena produção camponesa como "alguma coisa" não capitalista criada e recriada pelo capitalismo enquanto sistema dominante carecem, segundo Maria de Nazareth WANDERLEY(2), de consistência.

O capitalismo produz mais-valia e reproduz o próprio capital e, sendo assim, só pode produzir e reproduzir relações de produção de natureza capitalista, jamais relações de produção não capitalista. Maria de Nazareth WANDERLEY(3) coloca esta questão de forma muito clara:

"...não resta dúvida que, sendo o capital uma relação social, que se estabelece entre proprietários dos meios de produção e vendedores de força de trabalho, sua realização histórica supõe a separação do produtor direto de suas condições objetivas de trabalho. Este processo de proletarização é evidente, realizou-se historicamente em todos os países submetidos ao modo capitalista de produção e se realiza sob nossas vistas no Brasil.

(2)WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas, UNICAMP, 1979. pp. 18 a 31. (mimeografado)

(3)WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Op. Cit. p. 32.

Por outro lado, não resta dúvida, igualmente, que o capital não proletariza a totalidade da força de trabalho, particularmente na agricultura. Sustentar que esta força de trabalho não proletarizada é algo pré ou não capitalista, mesmo quando se introduz a referência à subordinação do capital, é explicá-la, de um certo modo e em graus diferentes, como outra coisa que o capital, estranha a ele, embora lhe seja útil ou necessária. É afirmar que o capital explica sua presença - pela subordinação - mas não a explica em sua natureza intrínseca, pois que pré ou não capitalista; é negar o espaço que o capital cria para sua reprodução e que a torna, por isso mesmo, não algo diferente do capital, mas um elemento do seu próprio funcionamento, portanto um elemento capitalista."

Da mesma forma não se pode considerar a pequena produção como um '*modo de produção*', mesmo sendo definido como modo de produção subordinado a um modo de produção dominante: este procedimento levaria a um estreitamento do conceito de modo de produção transformando-o num *álibi*, dispensando qualquer esforço de reflexão e de conhecimento histórico concreto, para combinar '*modos de produção*' para explicar qualquer formação econômico-social(4).

A pequena produção também não pode ser considerada como uma forma de assalariamento disfarçado, uma vez que o pequeno produtor detem a posse e a propriedade dos meios de produção e organiza sua produção com base na mão-de-obra familiar.

No plano da produção imediata as relações de produção são apenas familiares, não podem ser vistas como uma sobrevivência de um modo de produção anterior ou como algo estranho ou externo ao capital. Estão inseridas no capitalismo como parte dele mesmo, considerando que a reprodução do capital envolve ou-

(4) WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Op. Cit. pp. 8-18.

tros níveis e não somente a produção imediata. É ao nível da circulação que o capital extrai mais-valia da produção imediata do trabalho familiar do pequeno produtor. É através do mercado que o capital se apropria dos excedentes (inclusive do sobre-trabalho) e determina ao produtor o que produzir:

"... a organização do trabalho familiar depende cada vez menos de suas condições naturais de existência e cada vez mais dos mecanismos estruturais do mercado. Este passa a constituir uma mediação indispensável à obtenção pelo camponês de seus meios de vida, da terra e dos instrumentos técnicos da produção e da transferência, para fora da unidade familiar, do sobretrabalho nela produzido, e que irá alimentar o processo global de acumulação do país."
(5)

Desta forma o pequeno produtor tende progressivamente a especializar sua produção, "concentrando seus esforços naqueles produtos que disponham de condições mais vantajosas de preços no mercado."(6)

Considerado globalmente este processo, de expropriação do produtor direto (camponês, pequeno proprietário que utiliza a força de trabalho familiar como no caso que é objeto deste estudo) pelo mercado, se constitui num momento do processo da acumulação industrial(7).

Concluindo, toma-se aqui novamente um parágrafo inteiro de Naria de Nazareth B. WANDERLEY (de quem esperamos perdão pela obsessiva e impiedosa pilhagem):

"Este é o estreito espaço estabelecido pelo capital às iniciativas do camponês, espaço delimitado pela condição, que é a sua de trabalhador

(5)WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Op. Cit. p. 69.

(6)Idem. p. 73.

(7)O desenvolvimento industrial que acontece a partir da década de 1880 em Santa Cruz do Sul, ligado principalmente à transformação do fumo, confirma historicamente esta tese.

para o capital. Esta condição impede as possibilidades de acumulação, pelo próprio produtor porerem o torna - e é para isto que ele é reproduzido - um agente necessário da acumulação que se realiza a partir de seu sobretrabalho, mas fora de sua unidade de produção e não em seu próprio proveito."(8)

Assim, no presente estudo deve-se descobrir como, historicamente, o capital determina a ocupação de um espaço geográfico marginal às relações de produção tradicionais no Rio Grande do Sul do século XIX através da colonização com imigrantes alemães; se apodera do sistema de comercialização local e, após passada a fase inicial de instalação dos colonos, consegue determinar em grande parte a especialização da produção agrícola preparando terreno para a organização do capital industrial através da implantação da agroindústria fumageira, que por sua vez é responsável pela introdução de relações mais explicitamente capitalistas de produção.

FONTES

São utilizadas basicamente as seguintes fontes na elaboração do presente trabalho: a correspondência ativa e passiva dos diretores da Colônia de Santa Cruz; cadastro dos colonos e prazos coloniais de Santa Cruz; os Relatórios dos Presidentes da Província e anexos.

A primeira fonte - correspondência ativa e passiva dos diretores da Colônia de Santa Cruz - intitulada "Colonização - Diretoria da Colônia de Santa Cruz", encontra-se depositada no

(8)WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Op. Cit. p. 74.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS)(9). A correspondência ativa está organizada em dois maços, que cobrem o período de 1849 a 1870 sem interrupções e para os anos de 1872, 1874, 1876, 1881, 1886 e 1887 documentos avulsos, depositados na caixa 288. A correspondência passiva encontra-se nos maços da correspondência da Presidência da Província, assim distribuídos:

- Códice 15: Ofícios ao Diretor Geral das Colônias e Diretores, cobrindo o período de 1848 e 1857;

- Códice 88: Registro da correspondência com os diretores, para os anos de 1857 a 1864;

- Códice 257: Ofícios à diversas colônias e órgãos da colonização, para os anos de 1864 a 1870;

- Códice 277: Inspetoria Geral das Colônias, ofícios às colônias - Colônia de Santa Cruz de 1859 a 1864;

- Códice 248: Repartição do Agente Intérprete, ofícios aos diretores de Santa Cruz de 1864 a 1870.

Todos os documentos são manuscritos. A documentação representa a coletânea das correspondências trocadas entre a diretoria da Colônia de Santa Cruz com a Presidência da Província e órgãos ligados a colonização. Além da correspondência propriamente dita (cartas, ofícios, portarias e memorandos), constam desta documentação alguns relatórios dos diretores da Colônia sobre a situação administrativa, financeira, econômica, moral e social da Colônia; quadros demonstrativos da população, dos objetos, dos víveres e produtos cultivados na Colônia; constam ainda mapas e plantas de lotes, documentos de avaliação da situação da Colô-

(9)Daqui por diante sempre que for necessária alguma referência ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul ela será feita através da sigla AHRGS.

nia, entre outros no que diz respeito à correspondência ativa. A mesma característica apresenta a correspondência passiva, apresentando ainda regulamentos, portarias e avisos de caráter geral para todas as colônias da Província.

Com a emancipação da Colônia em 1872, tornou-se necessário o cadastramento de todos os lotes coloniais distribuídos em Santa Cruz para a cobrança da dívida dos colonos com a Província, conforme determinação do regulamento da Lei de Terras de 1850 e distribuição dos títulos de propriedade aos mesmos. O resultado de tal trabalho, concluído em 1881, encontra-se registrado em quatorze livros (um para cada Linha da Colônia, com exceção da Linha Santa Cruz com dois) denominados "Cadastrros de colonos e prazos coloniais", depositados no AHRGS em códices diversos a partir do 151. Esta documentação é de extrema importância para a detecção da vida material e social dos colonos. As informações cadastrais incluem a descrição dos aspectos físicos do lote (limites, confrontações, tamanho, valor, qualidade, ocupação com agricultura, distância das estradas e povoações), econômicos (produção, criação, benfeitorias, estabelecimentos diversos), qualidade das habitações e sua descrição, aspectos demográficos e sociais (membros da família e agregados: nomes, estado civil, religião, idade, profissão, naturalidade) e a discriminação das dívidas do colono; além de todas estas informações constam ainda dados sobre o colono enquanto imigrante (procedência, nome do navio, data da chegada à Província, data da chegada na Colônia de Santa Cruz) e eventuais observações.

Utilizam-se também os Relatórios dos Presidentes da Província, relativos ao período 1848 a 1876. Esta fonte além de fornecer informações complementares sobre a vida da Colônia; fornece indicações da postura da camada dirigente frente a colonização. A maior parte dos Relatórios do período pesquisado apre-

senta um tópicos específico sobre a colonização, sendo exatamente esta parte dos Relatórios alvo da pesquisa.

Como documentação de apoio são utilizadas as coleções de leis do Império do Brasil e leis da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

A bibliografia consultada para a realização deste trabalho pode ser classificada em dois grupos:

- as obras de caráter geral e as memórias utilizadas como fontes de informação primária (contemporâneas ao período analisado);

- as obras de caráter teórico, que abordam as questões mais amplas sobre o capitalismo e aquelas mais específicas sobre a colonização por imigração no Brasil; as que tratam da economia e sociedade gaúcha: desde obras consideradas '*clássicas*', até os estudos mais recentes sobre a vida econômica, social e política do Rio Grande do Sul; e finalmente a bibliografia sobre a colonização alemã no Estado Gaúcho propriamente dita. Esta última trata, sob os mais variados ângulos e enfoques, a colonização estrangeira no século XIX no Rio Grande do Sul, e alguns estudos que se referem às colônias estabelecidas no século XIX.

A ALEMANHA NO SÉCULO XIX

Para que alguém emigre são necessárias razões suficientemente fortes para que abandone o conhecido e busque o desconhecido com todos os riscos e implicações dessa decisão. Essas razões são principalmente econômicas, isto é, alguém é levado a emigrar por pobreza. São os pobres que emigram, e emigram quando sua vida tradicional se torna difícil ou impossível, juntam então os últimos recursos, vendem seus trastes e partem na busca de um lugar onde supõem realizar sua utopia.

Para compreender este processo social, que é menos mecânico e simples do que parece, é necessário verificar as condições de vida no país de onde partem os imigrantes. No caso presente, interessa compreender a realidade da Alemanha, que no século passado, e especialmente nas duas décadas que antecedem sua unificação, oferece o seguinte quadro emigratório:

EMIGRAÇÃO ALEMÃ DE 1820 a 1870

Período	1821-30	1831-40	1841-50	1851-60	1861-70
Emigrantes	50.000	210.000	480.000	1.161.000	782.000

FONTE: DREYFUS, François. História Universal; o tempo das revoluções - 1787-1870. Lisboa, D. Quixote. p. 190.

A maior parte desses emigrantes aporta nos Estados Unidos e somente uma pequena parcela se dirige ao Brasil.

O primeiro período após o domínio napoleônico sobre os Estados Alemães é marcado por uma série de distúrbios que marcam internamente o estabelecimento da Confederação Alemã (Deutscher

Bund), resultante do Congresso de Viena. A Confederação inclui os reinos da Áustria, Prússia, Baviera, Saxônia, Hannover e Württemberg; os grão-ducados de Hessen, Baden, Mecklemburg-Schwerin e Mecklemburg-Strelitz, Oldenburg e Saxe-Weimar; o eleitorado de Rurhessen; os ducados de Nassau, Braunschweig, Saxe-Koburg-Gotha, Saxen-Meiningen-Altenburg-Hildburghausen, Anhalt-Dessau-Bernburg-Göthen, as cidades livres de Lübeck, Franckfurt, Bremen e Hamburgo, além de inúmeros pequenos principados e outros Estados(1).

A criação da Confederação, com sede na cidade de Franckfurt, é o primeiro passo para a unificação alemã e marca um período de profundas transformações determinadas pela expansão do capitalismo sobre um quadro de declínio do feudalismo. Este processo, que se manifesta de maneira diferente nas diversas regiões da Alemanha, resulta, no começo da década de 1870, na Alemanha unificada sob o Império Alemão:

"Um Estado que não passa de um despotismo militar de arcabouço burocrático e blindagem policial, guarnecido por formas parlamentares, de mistura com ingredientes feudais e já influenciado pela burguesia." (2)

No século XIX o avanço capitalista se traduz em industrialização que, por sua vez, acelera o processo de unificação dos Estados Alemães na busca de um mercado nacional. Isto fi-

(1)MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON. Leipzig u. Wien, Bibliographisches Institut, 1895. p. 829.

(2)MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Crítica ao Programa de Gotha. In: _____ . Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1981. v. 2. p. 222.

"Nichts anderes als ein mit parlamentärischen Formen verbrämter, mit feudalem Beisatz vermischter, schon von der Bourgeoisie beeinflusster, bürokratisch gezimmerter, polizeilich gehlteter Militärdespotismus."

Sobre a formação do Estado Alemão unificado é extremamente importante a leitura da ANDERSON, Perry. Prússia. In: _____ . Linhagens do Estado Absolutista. São Paulo, Brasiliense, 1985. pp. 236-78.

ca bem caracterizado ao analisar-se a produção de carvão mineral e a metalurgia do ferro na Alemanha, até 1870:

PRODUÇÃO DE CARVÃO (toneladas)		PRODUÇÃO DE FERRO (toneladas)	
1790	300.000	1800	40.000
1820	1.500.000	1820	90.000
1830	1.700.000	1840	190.000
1840	3.400.000	1850	220.000
1850	6.700.000	1860	500.000
1860	17.000.000	1870	1.500.000
1870	34.000.000		

FONTE: KUCZINSKI. Apud. DREYFUS, François. Op. Cit. pp.163-4.

Como se percebe, cada passo em direção à unificação é marcado pelo avanço das cifras de produção industrial. Em 1834, a união aduaneira (Zollverein), que cria uma espécie de 'mercado comum' alemão (a unidade econômica antecipada em relação à unidade política), provoca um extraordinário surto econômico, demonstrado pela duplicação da produção de carvão no período 1830-1840 mantida sucessivamente até a década de 1870 e o conseqüente aumento na produção de ferro. Este processo acelerado de industrialização se manifesta igualmente no desenvolvimento ferroviário que integra as regiões produtoras de matérias-primas e as regiões industrializadas, o que fica evidente no exame dos dados abaixo:

QUILÔMETROS DE FERROVIAS

	1840	1850	1860	1865	1870	1875	1879
ALEMANHA	469	5.856	11.088	13.899	18.450	27.474	33.302

FONTE: BROCKHAUS' CONVERSATIONS-LEXIKON. Leipzig, S.A. Brockhaus. 1883. v.5. p. 872.

Em 1880, para cada 10.000 quilômetros quadrados de território, havia, na Alemanha, 627 quilômetros de ferrovias, e para cada grupo de 10.000 habitantes, 7,90 quilômetros(3).

Outro indicador do desenvolvimento industrial alemão durante o século XIX é a urbanização acelerada: em 1800 apenas Berlim e Hamburgo têm mais de 100 mil habitantes e nenhuma ultrapassa os 200 mil; em 1850, Berlim tem 400 mil habitantes e Hamburgo, Breslau, Munique, Dresden e Colônia contam cada uma com uma população entre 100 mil e 150 mil habitantes; em 1870, a Alemanha já conta com mais de dez cidades com mais de 100 mil habitantes e Berlim tem quase 1 milhão (4). Enquanto isso, o campo é esvaziado de sua população agrícola em proporcionalidade com o crescimento industrial: em 1820, 80% da população alemã ativa se dedicava às atividades agrícolas; no ano de 1850, são apenas 65% e, em 1870, este percentual cai para 49% da população ativa, continuando em declínio até atingir, em 1910, somente 18% da população ativa ligada às atividades agrícolas(5).

As décadas de 1820 e 1830 marcam o início da Revolução Industrial alemã que alcança seu pico logo após a unificação, em 1871. Ao lado da industrialização crescem as cifras correspondentes ao comércio exterior, colocando a Alemanha na condição de concorrente da França e da Inglaterra:

(3) BROCKHAUS' CONVERSATION-LEXIKON. Leipzig, S.A. Brockhaus, 1883. v. 5. p. 871.

(4) DREYFUS, François. Op. Cit. p. 179.

(5) CLARCK, Colin, FOURASTIÉ, J. & LATIL, M. Apud. DREYFUS, François. Op. Cit. p. 166.

COMÉRCIO INTERNACIONAL (em milhões de libras)

Anos	Grã-Bretanha	França	Alemanha
1787	43	43	---
1800	67	31	36
1820	74	33	40
1840	114	66	52
1850	169	95	70
1860	375	167	130
1870	547	227	212

FONTE: MULHAL. Apud. DREYFUS, François. Op.Cit. p.166.

A unidade econômica (Zollverein), que possibilita a industrialização, e o comércio exterior, que se desenvolve rapidamente, de modo especial depois de 1848 (quando a aliança entre a nascente burguesia e a nobreza latifundiária derrotam as forças revolucionárias), estruturam um capitalismo autoritário sustentado pela acumulação de grandes capitais financeiros e pela sujeição das classes trabalhadoras a condições subumanas, tanto no campo como nas cidades.

Alemanha Ocidental (desagregação do campesinato)

Na verdade, o processo de expansão capitalista começa na Alemanha muito antes do século XIX(6), de forma mais nítida

(6)"Algumas transformações realizadas no Oeste e no Sul datam do século XIII e no Leste do século XV. Os senhores de terras buscaram alcançar seus objetivos de modo característico. No Sul e no Oeste, continuaram como senhores de terras (Grundherren), isto é, aumentaram as taxas de arrendamento, juros e os tributos dos camponeses, mas não se dedicaram ao cultivo. No Leste, tornaram-se senhores (Gutsherren) que cultivavam suas terras; apropriando-se de parte das terras dos camponeses (os enclaves) e, buscando assim maiores propriedades para si mesmos, tornaram-se agricultores, usando os camponeses como servos para trabalhar seu próprio solo."

WEBER, Max. Capitalismo e sociedade rural na Alemanha. In: _____ . Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1968. p. 425.

no oeste e no sul, onde a decomposição dos elementos feudais mais cedo libera os trabalhadores da propriedade das condições de realização do trabalho, isto é, dos meios de produção, e os coloca à disposição do mercado capitalista em expansão como vendedores de força de trabalho.

Nos Estados alemães ocidentais, o declínio do feudalismo se acentua sob influência, uma vez das idéias revolucionárias francesas de 1789, e outra vez sob o ideário burguês bonapartista que se estende por toda a região do Reno eliminando gradativamente a forma jurídica feudal e destruindo todos os obstáculos que até então faziam frente à ação das forças capitalistas sobre a população rural.

As províncias prussianas do Reno-Westfália são mais avançadas que os outros Estados da Alemanha Ocidental. Aí os camponeses ainda pagam tributos aos proprietários ausentes (Gründherren), mas gozam de privilégios políticos e a pequena propriedade agrícola está bem entrincheirada assegurando relações sociais mais brandas do que em outras regiões alemãs, mas nem por isso mais justas. Estas províncias contam com importantes cidades com uma longa tradição de autonomia municipal, comércio e manufatura. Exatamente nestas regiões, com enormes jazidas minerais, que continuam praticamente inexploradas no começo do século passado, é que o Estado prussiano concentra suas forças no desenvolvimento de uma fabulosa zona industrial *"transformando as aquisições militares do Estado prussiano feudal no espaço vital natural do capitalismo alemão"* (7).

O capitalismo precisa destruir todas as formas econômicas e sociais autônomas e vinculá-las ao mercado, esta é sua lógica. Os camponeses que trabalham para si mesmos precisam ser

(7) ANDERSON, Perry. Op. Cit. pp. 272-3.

destruídos como categoria e substituídos por um novo tipo de população rural, que constitua a base de uma sociedade pautada pela economia de mercado e pela produção capitalista: os produtores de mercadorias agrícolas e os operários agrícolas assalariados, respectivamente, uma burguesia rural e um proletariado rural.

A destruição do campesinato e sua substituição por uma burguesia e um proletariado rural passa, segundo MARX(8), pela substituição do pagamento em trabalho(9), feito pelo produtor direto ao proprietário fundiário da terra, pelo pagamento em produtos da renda em espécie: neste estágio, ainda da economia natural, o produtor direto é obrigado a produzir além do que necessita para si e para sua família. Aqui surgem as primeiras possibilidades de desintegração do campesinato a partir das diferenças de condições entre os diferentes produtores diretos, que no limite permite a produção de mais ou menos excedente com a possibilidade, inclusive, de utilização de força de trabalho de outros produtores diretos em piores condições. A renda em espécie é substituída por sua vez pela renda monetária, segundo MARX uma simples modificação da anterior: aqui o produtor direto não paga ao proprietário fundiário em produtos mas em moedas que representam o preço destes produtos. Este é o estágio da decomposição do campesinato.

(8)MARX, Karl. Gênese da renda fundiária capitalista. In: _____ . O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1985. v. 3. Tomo 2. pp. 245-59.

(9)Renda em trabalho: "... em que o produtor direto trabalha uma parte da semana, com instrumentos de trabalho (arado, bois, etc.) que lhe pertencem de fato ou de direito, cultiva o solo que lhe pertence de fato, e nos outros dias da semana trabalha na propriedade do senhor fundiário, para o senhor fundiário, sem remuneração, ..."

MARX, Karl. Op. Cit. p. 250.

A renda monetária "*supõe um desenvolvimento mais considerável do comércio, da indústria urbana, da produção mercantil em geral e da circulação monetária*"(10). A relação feudal tradicional entre o produtor direto - camponês - e o proprietário fundiário é transformada em simples relação monetária; isto conduz, de um lado, à expropriação do antigo campesinato e sua transformação em vendedor de força de trabalho (proletariado) e, de outro lado, à compra, pelo camponês, de sua terra e de sua liberdade(11).

A expropriação de parte do antigo campesinato e sua expulsão do campo liberam trabalhadores livres da propriedade dos meios de produção para o capital industrial e incrementa o mercado interno para este mesmo capital, uma vez que separado dos meios que utilizava para prover a si e sua família dos elementos necessários à sobrevivência, este ex-camponês é agora um comprador de mercadorias, funcionando como um retroalimentador da produção capitalista no campo e na cidade(12).

(10)MARX, Karl. Op. Cit. p. 255.

(11)As colocações sobre esta parte foram em grande parte baseadas em LÊNIN, V.I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Abril Cultural, 1982. pp. 114-5.

(12)A questão da formação do mercado interno a partir da destruição do campesinato é discutida por MARX, Karl. Repercussão da revolução agrícola sobre a indústria. Criação do mercado interno para o capital industrial. In: O capital. São Paulo, Abril Cultural, 1984. v.1. Tomo 2. pp. 283-4.

"(...)os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em trabalhadores assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam, ao mesmo tempo, para este último seu mercado interno. Antes, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e as matérias-primas que depois, em sua maior parte, ela mesma consumia. Essas matérias-primas e esses meios de subsistência tornaram-se agora mercadorias; o grande arrendatário as vende e nas manufaturas encontra ele seu mercado. Fio, pano, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas encontravam-se ao alcance de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu autoconsumo - transformaram-se agora em artigos de manufatura, cujos mercados são constituídos justamente pelos distritos rurais. A numerosa clientela dispersa, até aqui condicionada por uma porção de produtores pequenos, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado abastecido pelo capital industrial, assim, com a expropriação de camponeses antes economicamente autônomos e sua separação de seus meios de produção, se dá no mesmo ritmo a destruição da indústria subsidiária rural, o processo de separação entre manufatura e agricultura. E

Este processo de expropriação camponesa, iniciado ainda no século XIII, soma-se a um crescimento populacional acentuado na Alemanha do século XIX(13), principalmente nas regiões ocidentais(14), decorrente de dois fatores principais: a diminuição dos índices de mortalidade e a destruição mais generalizada das formas não capitalistas de produção pelo capitalismo em expansão, que é em si um criador de superpopulação(15).

somente a destruição do ofício doméstico rural pode proporcionar ao mercado interno de um país a extensão e a sólida coesão de que o modo de produção capitalista necessita."

(13)A população total da Alemanha se comporta, no período em análise, da seguinte forma:

ANO	HABITANTES
1806	24.831.396
1834	30.608.698
1852	35.929.691
1867	40.093.154
1871	41.058.792
1875	42.727.360
1880	45.234.061
1885	46.855.704
1890	49.428.470

A densidade demográfica em 1801 não chega a 44 hab/km²; em 1816 é de 48 hab/km²; em 1837 alcança 60 hab/km²; em 1880, 83,7 hab/km²; e em 1890 é de 91,5 hab/km². BROCKHAUS' CONVERSATIONS-LEXIKON. Op. Cit. pp. 210-11- MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON. Op. Cit. pp. 864-68.

(14) Crescimento da densidade demográfica na Alemanha Ocidental-hab/km²

REGIÕES	1811	1815	1819	1840	1843	1864	1880	1890	1895
Renânia (Prússia)	----	----	69,3	----	99,3	----	151,0	----	189,0
Westfália (Prússia)	45,3	----	----	----	----	----	101,2	----	----
Hannover (Prússia)	----	34,4	----	----	----	50,0	----	67,8	----
Württemberg	----	68,7	----	84,4	----	89,6	----	104,4	----
Hessen	----	76,8	----	100,5	----	111,1	----	129,3	----
Baden	----	72,2	----	86,0	----	94,0	----	109,0	----

FONTE: BROCKHAUS volumes 5 e 13 e MEYERS volumes 4 e 14.

(15)A expansão capitalista sobre as formas não capitalistas de produção gera uma superpopulação que pode ser chamada 'Exógena' "*por ser uma superpoblacion excedente originária en el nexo no capitalista*" portanto exterior sob o ponto de vista do capital. CAMPANARIO, Paulo & RICHTER, Ernesto. Estudios sociales centroamericanos. São José da Costa Rica, CSUCA, 1974. n. 9. p. 50.

O aumento populacional agrava o problema da excessiva divisão dos lotes agrícolas nas regiões ocidentais da Alemanha:

"O número de casamentos, e portanto de famílias, aumenta. Ao mesmo tempo aumenta a procura de pequenas propriedades, pois sem elas não é possível, no campo, a constituição de um lar independente. O preço do solo se eleva, o parcelamento também, as propriedades particulares reduzem seu tamanho, ao mesmo tempo em que a cultura se torna mais defeituosa(...).

As propriedades se reduzem tanto que já não bastam para a manutenção de uma vaca. O leite desaparece de mesa, sendo substituído por uma infusão de chicória. Com a vaca desaparece o esterco. Desaparece também o animal que puxava o arado. Cai a produtividade dos campos cada vez mais impróprios para a cultura de cereais. De resto, o trigo precisa ser moído e cozido para servir de alimento. Dá-se, então, preferência as plantas menos exigentes e que, na mesma proporção, fornecem produtos na verdade de menor teor nutritivo, mas de peso mais considerável. Tais são as couves, os rábanos e sobretudo as batatas, legumes podem ser empregados na cozinha sem maiores preparos." (16)

Na Westfália o tamanho das propriedades varia nessa época entre um e cinco hectares e a maioria entre um e três hectares. No Grão-Ducado de Hesse o direito de sucessão natural provoca a divisão das propriedades em tantas frações quantos são os filhos, o que resulta em propriedades minúsculas que não podem sequer atender às necessidades básicas de seus proprietários. Nestas regiões o problema é agravado pois não há onde buscar trabalho, inexistem proprietários de fazendas suficientemente grandes para utilizar sistematicamente o trabalho alheio(17).

(16)KAUTSKY, Karl. A proletarização dos camponeses. In: _____ . A questão agrária. São Paulo, Proposta, 1980. pp. 202-3.

(17)KAUTSKY, Karl. Op. Cit. pp. 199-200.

Coloca ainda que "em virtude de uma longa deficiência de alimentação, esses pequenos camponeses de Hesse de tal maneira se enfraqueceram que já não sabem aproveitar as ocasiões para o ganho de algum dinheiro. Esse pessoal não se encontra em condições, em virtude da má alimentação, de realizar trabalhos pesados, de maneira ininterrupta."

A miséria completa dos camponeses das regiões ocidentais da Alemanha é retardada em parte, por dois tipos de atividades acessórias ao trabalho em suas pequenas propriedades: a indústria a domicílio rural (Verlag) e o assalariamento rural.

A indústria a domicílio rural é uma forma de produção surgida no século XV, onde o processo de fabricação se dá através da ação de operários trabalhando em sua própria casa, achando-se a comercialização em mãos de um capitalista o 'Verleger', ou seja, o dono do 'Verlag', que adapta a organização da produção aos desejos de seus fregueses(18).

Este tipo de trabalho acessório camponês se espalha por todo o oeste e centro da Alemanha na primeira metade do século passado, mas principalmente, nas regiões onde o solo é mais pobre, nas zonas montanhosas do Reno (Hunsrück) e do Mosel, na Turíngia (Taunus) e na Floresta Negra. Desenvolve-se em esferas que reclamam apenas habilidade comum e ferramentas simples e onde a matéria-prima está próxima(19):

"(...) a escultura em madeira, na vizinhança das florestas, a fabricação de ardósia e de lápis junto às ardosieiras, a fabricação de cestos nas regiões bem regadas e favoráveis à cultura do vime".(20)

(18) PLUM, Werner. Promoção da indústria na Alemanha: contribuições para a política de desenvolvimento na primeira metade do século XIX. Bonn, Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979. p. 162. MANDEL, Ernest. Tratado de Economia Marxista. México, Era, 1969. pp. 102-5. Descreve a origem e a evolução da 'indústria a domicílio' inserida no processo de

(19) KAUTSKY, Karl. Op. Cit. p. 200.

(20) KAUTSKY, Karl. Op. Cit. p. 200.

Além destas, conta-se ainda a fabricação de rolhas, de cintos, de pelúcias, de brinquedos, de escovas, que garante a família camponesa dedicada a esta atividade acessória um salário suplementar de um, dois ou três marcos(21).

Frequentemente o 'Verlag' dá origem à manufatura rural, o que ocorre quando o capitalista resolve centralizar a fabricação de mercadorias em um único estabelecimento onde a exploração do trabalho dos camponeses expropriados pode ser feita de forma mais intensiva e mais barata.

Outro tipo de trabalho acessório é o assalariamento rural, a proletarização camponesa que aparece muitas vezes combinada com a indústria a domicílio, o 'Verlag', onde há propriedades suficientemente grandes para comprarem o trabalho de peões ou diaristas. Este trabalho acessório é mais comum na Alemanha oriental e dele se tratará quando se descrever a vida nesta região. No leste podem ser incluídos nesta categoria os lenhadores que se dedicam ao abate e transporte de madeira e os exploradores das pedreiras.

Os traços característicos do proletariado rural nas regiões do leste alemão são semelhantes aos colocados por LENIN (22): possui uma pequena propriedade, de tamanho ínfimo e em total decadência (normalmente colocada em arrendamento ou dedicada ao cultivo de legumes que alimentam as bocas da família dedicada ao 'Verlag'); precisa colocar sua força de trabalho à venda para poder sobreviver com os seus, e finalmente, seu nível de vida é extraordinariamente baixo.

(21)KAUTSKY, Karl. Op. Cit. p. 210.

(22)LENIN, V. I. Op. Cit. p. 116.

Com a industrialização, a situação dos camponeses expropriados se torna ainda mais miserável. O primeiro surto industrial ocorre no leste em consequência do Bloqueio Continental (1806 a 1813) e a dominação napoleônica, seguindo-se uma estagnação até o princípio dos anos de 1830. Novo crescimento industrial se verifica a partir da União Aduaneira em 1834. Este desenvolvimento é interrompido entre os anos de 1842 e 1849 por causa da crise econômica e da revolução, para, nos anos 50, anunciar o ingresso definitivo da Alemanha no círculo das nações industriais(23).

Com a introdução da máquina, a situação da indústria a domicílio rural piorou:

"O preço passou a ser determinado pelo produto feito a máquina e o salário do trabalhador industrial a domicílio desceu segundo aquele preço. Era obrigado a aceitá-lo ou procurar outro trabalho, o que não podia fazer sem converter-se em proletário, isto é, - fosse proprietário ou arrendatário - sem abandonar sua casinha, sua horta e seu pedaço de terra."(24)

A indústria urbana, as fábricas, provocam a separação entre a cidade e o campo, destruindo o trabalho acessório do 'Verlag' e acelerando a proletarização. Desaparecendo a indústria a domicílio, o camponês se vê obrigado a reduzir ao mínimo

(23) PLUM, Werner. Op. Cit. p. 92.

MULHALL. Apud DREYFUS, François. Op. Cit. p. 166. fornece os seguintes dados sobre o emprego da máquina a vapor na Alemanha:

POTÊNCIA DAS MÁQUINAS A VAPOR (em milhões de CV)

1840	0,04
1850	0,26
1860	0,85
1870	2,48

(24) ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, s/d. p. 112. v. 2.

o número de bocas que tem que alimentar quando não há trabalho agrícola, lançando no mercado o excedente de força de trabalho familiar: seus filhos e filhas. No verão, se o trabalho dos que ficam não é suficiente, é preferível contratar mão-de-obra auxiliar, operários assalariados, por mais cara que seja sua remuneração, a alimentar trabalhadores, membros da família, durante todo o ano. Assim, *"a mesma evolução que, por um lado, produz a necessidade de operários assalariados no campo, cria, por outro lado, esses operários"* (25). Tem-se já as duas categorias resultantes do antigo campesinato: a burguesia rural e o proletariado rural. Dos últimos ou dos que se negam a sujeitar-se a esta condição é que são recrutados a um só tempo os operários para as indústrias urbanas e os imigrantes para a América.

As cidades alemãs, principalmente as do oeste, são o primeiro destino dos deserdados e expropriados e muitas vezes representam um trampolim para a migração internacional.

Até 1860 os trabalhadores das indústrias urbanas são superados em número pelos artesãos, mas a partir deste ano seu número multiplica-se em proporção direta ao desaparecimento do artesanato.

Sua condição torna-se especialmente dura desde o fracasso da revolução de 1848,

"A indústria moderna transforma a pequena oficina do mestre patriarcal na grande fábrica do capitalista industrial. As massas operárias, aglomeradas dentro das fábricas, são organizadas militarmente. Elas são colocadas como simples soldados industriais sob a supervisão de uma completa hierarquia de suboficiais e oficiais(...)"

(25)KAUTSKY, Karl. Op. Cit. p. entre 187-215.

As pequenas classes médias até agora existentes, encontradas entre os pequenos industriais, comerciantes e rendeiros, os artesãos e agricultores, todas essas classes passam a pertencer ao proletariado, uma parte pelo fato de seu capital ser insuficiente frente as grandes empresas industriais, não conseguindo manter uma concorrência viável com os grandes capitalistas, e, em parte, pelo fato de suas habilidades profissionais serem depreciadas diante das novas formas de produção. E assim é que o proletariado recruta todas as classes da população(...)"(26)

Este processo é extremamente acelerado na Renânia, Westfália, Hessen e Württemberg e agrega inclusive a mão-de-obra infantil, em jornadas que duram de doze a dezesseis horas. ABRAHAM(27) fornece um indicador do emprego de crianças nas indústrias de ferro e aço da Prússia (províncias do oeste):

PRODUÇÃO DE FERRO E AÇO NA PRÚSSIA (28)

Especialidade	Número de Empresas		Número de Operários		Número de menores de 14 anos entre os operários	
	1849	1852	1849	1852	1849	1852
Fundição de ferro	720	717	18.687	24.128	221	122
Trefilarias	180	183	1.437	1.641	47	17
Fábricas de cardas	30	30	429	456	135	124
Fábricas de agulhas	48	38	4.026	4.860	1.250	1.178
Fábricas de alfinetes	25	16	624	298	259	106
Fábricas de artigos de ferro e lata	2.270	2.277	9.961	12.505	438	395
Siderúrgicas	297	307	1.709	2.049	1	-
Fábricas de artigos de aço	57	92	1.084	1.661	12	190
	3.627	3.660	37.957	47.598	2.363	2.132

FONTE: ABRAHAM, Karl. Apud. PLUM, Werner. Op. Cit. p. 82.

(26)MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. In: _____ .
Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1981. v. 1. pp. 27-8.

(27)ABRAHAM, Karl. Der Strukturwandel im Handwerk in der ersten Hälfte des 19. Jahrhunderts und seine Bedeutung für die Berufserziehung (A mudança estrutural no artesanato na primeira metade do século XIX e seu significado para a educação profissional. Colônia, 1955. p. 1275). Apud. PLUM, Werner. Op. Cit. p. 82.

(28)As províncias da Prússia mais industrializadas são, respectivamente, a Renânia, a Westfália e a Silésia, seguidas por Brandenburg, Saxônia e Hessen-Nassau.

MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON. Op. Cit. v. 14. p. 197.

Contudo, a maior ocupação de mulheres e crianças se dá nas indústrias têxteis onde são empregados aqueles que trazem "*conhecimentos em fiação e tecelagem adquiridos como aptidões naturais na vida em família.*"(29)

O excesso de mão-de-obra, os baixos salários e as péssimas condições de vida levam muitos operários, antigos camponeses ou filhos deles, a emigrar.

O sudeste da Alemanha

O sudeste da Alemanha compreende a Saxônia e a Silésia, além de uma pequena parte da Boêmia (Áustria) habitada por alemães.

A Saxônia é uma das regiões mais densamente povoadas da Alemanha. Ali no século XIX a densidade populacional cresce de 78,7 habitantes por quilômetro quadrado, em 1816, para 114,0 em 1840 e continua em ascensão até atingir 198,3 habitantes por quilômetro quadrado, em 1880, e 233,6 habitantes por quilômetro quadrado em 1890(30). A Silésia e a Boêmia, esta última junto ao rio Iser, abrigam em cada quilômetro quadrado cerca de 69,0 habitantes em 1815, 80,7 habitantes em 1840, 94,4 em 1870 e 104,8 em 1890(31).

A região sudeste da Alemanha é montanhosa, oscilando a altitude entre 500 e 2.000 metros acima do nível do mar. Apresenta características fundiárias semelhantes às descritas para a Alemanha ocidental, com exceção para a região norte e nordeste da Silésia (junto ao vale do rio Oder) onde a grande propriedade

(29)ABRAHAM, Karl. Apud. PLUM. Werner. Op. Cit. p. 127.

(30)MEYERS KONVERSATION-LEXIKON. Op. Cit. v. 4. p. 856.
BROCKHAUS CONVERSATION-LEXIKON. Op. Cit. v. 5. p. 210.

(31)MEYERS KONVERSATION-LEXIKON. Op. Cit. v. 14. p. 189-90.
BROCKHAUS CONVERSATION-LEXIKON. Op. Cit. v. 13. p. 274.

dos Junkers já se faz presente.

Nesta região alemã, desenvolve-se com intensidade o trabalho acessório do 'Verlag', especialmente a tecelagem do linho, algodão e lã, presente aí desde o começo do século XVIII. Os tecelões, principalmente da Silésia e da Boêmia alemã, trabalham em suas próprias casas fiando e tecendo diariamente para os 'Verleger' que revendem a produção dos camponeses aos quais fornecem matéria-prima.

Os tecelões moram em propriedades tão reduzidas, que são obrigados a assalariar-se. A exploração que sofrem é proporcional a sua miséria e à dispersão que reduz seu poder de resistência.

As crianças, geralmente numerosas em cada família, participam do trabalho tecelão assim que são capazes de manipular o fuso e as rodas de fiar, geralmente por volta dos cinco anos de idade, ocupando-se nessa atividade diariamente do nascer ao pôr do sol sob a determinação dos próprios pais. Um imigrante boêmio, da segunda metade do século passado, relata o seguinte sobre as famílias tecelãs da Silésia e Boêmia:

"Admirai-vos que os pais assim o exigiam e não deixavam nenhuma liberdade para uma criança de cinco anos se expandir; mas eu vos asseguro que não só em nossa casa acontecia assim, mas na da maioria da gente pobre de minha terra natal. Camponeses abastados havia muito poucos; a maioria mal possuía terra para plantar alguma batata inglesa e um pouco de cereais e aveia, cuja safra resultava minguada porque o clima era muito rude e o solo pobre."(32)

(32)UMANN, Josef. Memórias de um imigrante boêmio. Porto Alegre, E.S.T.S. Lourenço de Brindes, 1981. pp. 7-8.

UMANN viveu na região de Jablona junto da fronteira com a Silésia. No trecho citado, refere-se à situação de sua família entre os anos de 1850 e 1855.

Alguns tecelões são contratados para fabricar fios, outros para tecê-los; a situação de ambos é miserável. Um tecelão levacerca de dezoito dias de trabalho diário para transformar o fio fornecido pelo 'Verleger' em uma peça de tecido padronizado e recebe por isso de dez a quinze moedas de prata, dinheiro insuficiente para garantir a própria sobrevivência(33).

Os tecelões habitam casebres, testemunhos de sua decadência ante o avanço da exploração capitalista. UMANN(34) descreve uma destas habitações, quando reproduz o relato de um companheiro de juventude:

"Minha casa ficava nas proximidades de Braunau, se é que se pode chamar de casa a uma cabana de 25 pés de comprimento. Tinha um vestíbulo escuro de 5 pés de largura e, a um lado, um quarto de 13 por 12 pés, que servia como dormitório, sala e cozinha para toda a família, composta de oito membros; do outro lado havia um cabril e um pequeno galpão. Eram, junto com algumas braças de terra, toda a propriedade de meus pais.*

Nesse acanhado espaço meu pai possuía uma roda de tecer, na qual trabalhava praticamente dia e noite para nos sustentar."(35)

A alimentação, como a dos camponeses expropriados do oeste, é baseada na batata inglesa e alguns rābanos, eventualmente o pão de centeio, a carne inexistente na mesa dos tecelões: HAUPMANN(36) coloca na boca de um de seus personagens, o velho Baumert, uma fala que dá muito bem o tom de carência alimentar dessa gente:

(33)HAUPMANN, Gerhart. Os tecelões. São Paulo, Brasiliense, s/d. p. 11.

(34)UMANN, Josef. Op. Cit. p. 26.

(35)UMANN, Josef. Op. Cit. p. 26. * 1 pé equivale a 30,48cm.

(36)HAUPMANN, Gerhart. Op. Cit. p. 35.

"Será que não poderíamos ter sempre um pedacinho de assado, em vez de não ver carne durante anos? - Mas não, precisamos esperar até que apareça um cãozinho, como este quatro semanas atrás: e isso não acontece com muita frequência."

Com o desenvolvimento da grande indústria têxtil e com a concorrência dos tecidos ingleses a partir da década de 1840, a situação dos tecelões se torna insustentável. Inúmeros 'Verleger' e comerciantes caem em bancarrota e os que suportam a crise reduzem o número de seus trabalhadores em até 50% e lhes diminuem os salários à metade(37).

A partir de 1842, há em todo o sudeste alemão uma enorme carência de alimentos, devida principalmente aos sucessivos fracassos das safras de batata(38), que causavam várias centenas de milhares de mortos pela fome entre 1842 e 1850 e provocam o início do surto emigratório nesta região.

A situação é tão calamitosa que, em junho de 1844, ocorre um levante dos tecelões na localidade de Langebielau. Encurralados pela miséria, os tecelões saqueiam os estabelecimentos dos fornecedores e as fábricas, destruindo os novos teares mecânicos. A sublevação é esmagada pela polícia e exército, deixando o saldo de onze mortos e cerca de vinte feridos. Apesar da pequena amplitude, as repercussões da revolta dos tecelões foram

(37)LILIE, Adolf. Der Politische Bezirk Gablonz. Gablonz, Rössler, 1894. Apud. FLORES, Hilda A. Hübner. Canção dos imigrantês. Porto Alegre, E.S.T. São Lourenço de Brindes, 1893. p. 107.

(38)Em 1842 aparece a moléstia das batatas, trazida provavelmente da Irlanda, onde causara a 'grande migração irlandesa, 1840-50'.

grandes em toda a Alemanha(39).

De resto, na Alemanha inteira os anos de 1845 e 1846 são particularmente penosos, os alimentos se tornam escassos e seu preço sobe. Multidões invadem as cidades e promovem saques, principalmente em Berlim e Chemnitz. O ano de 1847 marca o princípio da crise industrial no rastro da crise agrícola e amadurece a revolução que se espalha em 1848, por toda a Confederação Germânica, alimentada pelas notícias da recém-iniciada revolução na França(40).

A revolução de 1848 não acaba com a miséria dos camponeses e dos demais trabalhadores, antes fortalece a nobreza associada aos burgueses e aos grandes latifundiários do leste. Nos anos seguintes a 1848 e 1849, as crises se sucedem e a fome grassa livre.

Ao lado dos tecelões, ligados ao sistema de 'Verlag' praticamente até o final dos anos de 1880, desenvolve-se nas aldeias e pequenas cidades do sul da Saxônia e Silésia e no norte

(39)EFIMOV, GALKINE e ZUBOK. História moderna; as revoluções burguesas. Lisboa, Estampa, 1977. v. 1. pp. 196-7.

O estopim para a revolta dos tecelões da Silésia foi a prisão e o espancamento de um tecelão que se postara junto ao estabelecimento de um fornecedor cantando a canção, coletada por HAUPMANN na região de Langebielau:

"Neste lugar existe um tribunal, / muito pior que o secreto. / Onde não há pronunciamento de sentença / Para tirar a vida rapidamente. / Aqui fica a sua câmara de torturas, / aqui suspiros inúmeros são contados / como testemunhos da miséria. / Os senhores Dreissiger são os algozes, / Os esbirros são seus criados. / Cada um deles esfola o próximo, / sem procurar disfarçar seus instintos. / Todos vós, patifes, filhos do diabo... / exploradores vis, que engordam às custas dos pobres, / maldição seja vossa recompensa. / Aqui não adianta pedir nem suplicar, / Inúteis são todas as queixas. / 'Se não estais contentes, podeis ir morrer de fome!' / Faça-se uma idéia desta angústia, / e da miséria destes pobres, / Muitas vezes sem um pedaço de pão em casa, / Não é de se ter piedade? / Piedade, ah! um belo sentimento, / estranho para vós canibais, / cada um de vós já sabe o que quer, / quereis a pele e a roupa dos pobres."

HAUPMANN, Gerhart. Op. Cit. pp. 41-3.

(40)EFIMOV, GALKINE & ZUBOK. Op. Cit. pp. 199-200.

da Boêmia a lapidação de vidro(41) que atrai trabalhadores alemães e tchecos pela oferta de melhores salários (em relação à tecelagem). A situação dos trabalhadores neste ramo da manufatura é precaríssima, principalmente em termos de salubridade. "A maioria deles é encaminhada para as oficinas de polimento de vidro ainda criança, para auxiliar os pais na manutenção do lar" (42), logo a poeira do vidro polido e o ar infestado das oficinas mal iluminadas e ventiladas somados ao trabalho de quatorze a dezesseis horas diárias produz a tuberculose que reduz a esperança de vida nestas regiões para 25 e 30 anos(43).

A lapidação de vidro, dedicada especialmente à produção de supérfluos, sempre se mostra muito suscetível em relação às crises econômicas que abalam a Alemanha e a Europa durante todo o século XIX. Assim é entre 1848 e 1852, e entre 1873 e 1876, quando muitos desempregados buscam na emigração a solução de sua miséria(44).

A situação dos pequenos proprietários que sobrevivem como tal, no começo do século passado, à expropriação do capital e ao excessivo parcelamento dos lotes agrícolas, é certamente

(41)Na Alemanha, a maior parte das 160 manufaturas de lapidação, que ocupam em 1892 cerca de 9.000 trabalhadores, se localizam principalmente na Silésia.

MEYER KONVERSATION-LEXIKON. Op. Cit. v. 4. p. 882.

(42)UMANN, Josef. Op. Cit. p. 35.

(43)UMANN também foi um lapidador. Na página 40 de seu diário descreve o ambiente de trabalho em uma oficina de lapidação de vidro: "Nossa sala de trabalho, na qual trabalhavam permanentemente 19 a 20 pessoas, media 40 metros quadrados de base por 2 de altura, uma metragem cúbica de 80 metros. Quase sempre se lapidava com tripolita, de maneira que a maior parte do tempo nós estávamos inteiramente envolvidos por uma espessa nuvem de pó de vidro e tripolita. O local, como em praticamente todas as fábricas similares da região, não era dotado de instalações para ventilação. As janelas, por causa do frio, só eram abertas no verão." UMANN, Josef. Op. Cit. pp. 34-44.

(44)LILIE, Adolf. Der Politische Bezirk Gablonz. Gablonz, Rössler, 1894. Apud. FLORES, Hilda A. Hübner. Op. Cit. pp. 107-8.

mais brando do que os que são obrigados ao 'Verlag' e ao assalariamento nas oficinas de polimento de vidro. As propriedades destes camponeses também são pequenas, mas permitem que através da atividade agrícola autônoma cubram suas necessidades de cereais e batatas, até com a produção de algum excedente nos melhores anos; evitando que dependam de qualquer trabalho acessório. Contudo, já em 1849, esta categoria começa a sentir os efeitos das normas jurídicas referentes às heranças(45) que obrigam muitas vezes - pela dificuldade em adquirir novas glebas para os herdeiros e pela impossibilidade de dividir a já pequena propriedade paterna -, o pequeno proprietário a uma aposentadoria precoce ou à emigração ou à proletarização dos filhos, tal como ocorre no mesmo período na Alemanha Ocidental.

A Alemanha Oriental

Esta região da Alemanha, formada pelas províncias prussianas de Brandenburgo, Posnânia, parte da Silésia (junto ao rio Oder), Pomerânia, Prússia Ocidental e Prússia Oriental e ainda Mecklemburgo (Schwerin e Strelitz) apresenta características diferentes em relação ao resto da Alemanha. O relevo é composto por imensas e bem irrigadas planícies (as altitudes não ultrapassam os duzentos metros acima do nível do mar). A ocupação alemã inicia com as migrações que se sucedem desde o século XV em busca de territórios para a população excedente do centro e do oeste da Alemanha. A população é bem menos densa nesta parte da Alemanha oscilando durante todo o século XIX entre 30 e 63 habitantes por quilômetro quadrado, com exceção para Brandenburgo

(45)WEBER, Max. A situação dos trabalhadores rurais na Alemanha nas províncias do Além-Elba - 1892. In: SILVA, José Graziano da & STOLCKE, Verena. A questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1981. pp. 49-50.

(incluída Berlim) que alcança cerca de 85 habitantes por quilômetro quadrado no final do século passado(46). Este quadro de baixa densidade demográfica ganha explicação na estrutura fundiária desta parte da Alemanha, baseada nas grandes propriedades dos Junkers e no processo de transição do Estado Prussiano Feudal para o Estado Prussiano capitalista.

No começo do século passado, o Estado Prussiano inicia a sua transição para o capitalismo. Em 1807 é decretada a abolição definitiva da servidão camponesa na Prússia e anulado o regime de fideicomisso(47) buscando permitir aos grandes proprietários alienarem ou venderem parcelas de suas terras aos camponeses que nelas vivem, para poderem obter a liberdade como proprietários autônomos. Contudo, as concessões aos Junkers são tantas que a maior parte dos camponeses perde a metade ou a totalidade das terras que cultivava, tendo que se submeter ao trabalho na propriedade senhorial ou então fugir para engrossar a massa dos deserdados das cidades industriais do oeste.

A emancipação dos camponeses é acompanhada, entre 1807 e 1808, de uma reforma administrativa que revoga ao lado da servidão camponesa o sistema jurídico dos três estados e organiza a Prússia em departamentos, a exemplo da França. Todas estas re-

(46) BROCKHAUS KONVERSATION-LEXIKON. Op. Cit. v. 13. pp. 154-6, 207-9, 271-317.

MEYERS KONVERSATION-LEXIKON. Op. Cit. v. 14. pp. 37-40, 101-4, 184-228.

(47) Fideicomisso (ou Morgadio): Sistema de transmissão por herança da grande propriedade territorial, sob o qual a propriedade das terras passam em usufruto ao primeiro filho do legatário sem o direito de hipotecar, dividir ou alienar integralmente ou em parte. Depois de 1807 este sistema permanece em vigor modificado na forma do 'Anerbenrecht', uma variante camponesa do fideicomisso que deixa o proprietário de terras mais livre para administrar as terras herdadas, mas proíbe também a divisão por herança. MEYER, KONVERSATION-LEXIKON. Op. Cit. v. 1. p.

formas contam com a veemente oposição dos Junkers que derrubam seu idealizador Stein, quando este começa a planejar reformas que pretendem abolir as jurisdições patrimoniais e as imunidades fiscais da nobreza. O sucessor de Stein é Hardenberg que se dedica à modernização do absolutismo prussiano e da classe Junker (48): em 1810 e 1816 é implementada uma 'reforma agrária' que pretende complementar o edito de emancipação do ano de 1807, com esta medida,

"os camponeses sofrem a espoliação econômica de cerca de 1 milhão de hectares e 260 milhões de marcas, como 'compensação' aos seus antigos senhores pela liberdade conquistada" (49),

além disso são eliminadas as terras comunais (pastagens e florestas) e o sistema de cultivo em três campos (drei Fluren). Como resultado destas medidas, as propriedades dos Junkers aumentam na exata proporção do crescimento de uma massa de trabalhadores rurais sem terra, impedidos de abandonarem suas regiões por ordens jurídicas que os colocam à disposição dos grandes proprietários (50).

As reformas de Hardenberg permitem o acesso da burguesia à propriedade da terra e o acesso dos elementos da nobreza a profissões burguesas e tornam livre o mercado de terras. Assim, são eliminados os Junkers incapazes ou arruinados e substituídos pelos grandes proprietários emanados da burguesia - os 'Gross-

(48)ANDERSON, Perry. Op. Cit. pp. 270-1.

DOBB, Maurice. Crescimento do proletariado. In: _____ . A evolução do capitalismo. São Paulo, Abril Cultural, 1983. pp. 172-3.

(49)SIMON, W.M. The failure of the Prussian Reform Movement 1807-1819. Nova Iorque, 1971. pp. 88-104. Apud. ANDERSON, Perry. Op. Cit. p. 270-1.

"Os camponeses tiveram de pagar compensações, tanto em terra como em dinheiro, pela comutação das corvêias, aos seus antigos senhores. Até 1865, ainda havia camponeses redimindo tais serviços."

(50)ANDERSON, Perry. Op. Cit. p. 271.

bauern - (51), enquanto que os Junkers que permanecem se modernizam e aumentam o tamanho e a produtividade de suas propriedades. Entre 1815 e 1864 a área cultivada e a produção dobram no AlêM-Elba com a utilização de trabalhadores assalariados, transformando-se mais e mais em empresas capitalistas(52).

Os camponeses, agora transformados em assalariados, se dividem em dois grandes grupos: os moradores (Gefinde) e os jornaleiros agrícolas (Taglöhnern) submetidos ambos a uma série de tradições e costumes feudais, que sobrevivem até o começo do século XX, e que impõem uma rígida disciplina dominial como: prisões e castigos corporais por greve ou tentativa de fuga(53).

Os moradores têm origem geralmente entre os criados da casa senhorial (domésticos, cocheiros, serviçais, etc.)(54) - funções geralmente ocupadas pelos jovens - que recebem um salário monetário e que têm sua manutenção garantida pela própria casa senhorial; normalmente quando conseguem um pecúlio que lhes permita comprar uma vaca e os utensílios necessários para montar uma casa, acabam casando e assumindo a condição mais independente de moradores(55).

Como morador, o antigo camponês precisa colocar o seu trabalho e o de sua mulher à disposição do proprietário e muitas

(51)"...por volta de 1855, 45% dos Rittergüter das seis províncias orientais tinham propriedades não aristocratas."GILLIS, John. Aristocracy and Bureaucracy in nineteenth century Prussia. Past and Present, n. 41, Dezembro/68. p. 113. Apud. ANDERSON, Perry. Op. Cit. pp. 273-4.

(52)ANDERSON, Perry. Op. Cit. pp. 273-4.

(53)ANDERSON, Perry. Op. Cit. pp. 273-4.

EFIMOV, GALKINE & ZUBOK. Op. Cit. pp. 30, 89-90.

ROSCHER, Wilhelm. Nationalökonomik des Ackerbaues und der verwandten Urproductionen. Stuttgart, Gotta'schen Buchhandlung, 1873. p. 405.

(54)KAUTSKY, Karl. Op. Cit. pp. 235-6.

(55)WEBER, Max. Op. Cit. p. 45.

vezes o trabalho de outro trabalhador dependente, principalmente no começo de seu estabelecimento como morador, para abastecer-se de alguns bens indispensáveis. Quando os filhos ultrapassam a idade escolar, são incorporados ao trabalho como trabalhadores dependentes ou como criados do proprietário. O morador, em alguns casos, tem a possibilidade de arrendar parcelas de terra do proprietário, aumentando, assim, a possibilidade de ganho(56) e poupança.

A relativa estabilidade dos moradores agrícolas na Alemanha Oriental passa a ser abalada quando toda a produção cerealífera européia começa a sofrer a concorrência dos cereais produzidos pelos Estados Unidos, justamente com o trabalho dos imigrantes europeus. Quando se estabelece a crise na agricultura das grandes propriedades há uma tendência a substituição dos moradores por jornaleiros agrícolas que não precisam ser pagos nos períodos de entressafra:

TRANSFORMAÇÃO DOS TRABALHADORES AGRÍCOLAS NAS
PROVÍNCIAS ORIENTAIS DA PRÚSSIA

PROVÍNCIAS	1858		1861	
	MORADORES	JORNALEIROS	MORADORES	JORNALEIROS
Prússia(Oriental e Ocidental)	220.240	234.004	208.782	303.751
Posnânia	110.595	103.430	116.963	120.702
Pomerânia	80.215	101.611	83.097	126.606
Brandenburgo	111.837	83.619	115.642	140.354
Silésia	222.305	116.466	220.151	186.300

FONTE: ROSCHER, Wilhelm. Nationalökonomik des Ackerbaues und verwandten Urproductionen. Stuttgart, Gotta'schen Buchhandlung, 1873. p. 405.

(56)WEBER, Max. Op. Cit. pp. 45-6.

Na Prússia (Oriental e Ocidental) o declínio no número dos moradores é de cerca de 5% entre 1858 e 1861, enquanto que o aumento do número de jornaleiros é da ordem de 30% no mesmo período. Na Posnânia há um acréscimo de 6% entre os moradores e de 17% entre os jornaleiros. Na Pomerânia o acréscimo do número de moradores nas grandes propriedades é de 4% e os jornaleiros aumentam 25%. A situação de Brandenburgo é semelhante em relação aos moradores, que aumentam entre 1858 e 1861, 3%, e acima da média, para os jornaleiros que crescem em número cerca de 68%. Na Silésia os moradores permanecem praticamente em igual número, registrando um declínio de apenas 1%, mas os jornaleiros aumentam em 60%.

Esta mudança na composição dos trabalhadores assalariados na agricultura da Alemanha Oriental coloca em movimento migratório um enorme contingente populacional que busca ocupação nas culturas temporárias(57) cada vez mais intensamente na segunda metade do século XIX, desembocando não raro nas indústrias urbanas, onde os salários são melhores ou em algum porto: deslocando a esperança de uma vida melhor para a América.

(57)"O cultivo de beterraba, como de um modo geral de outras culturas temporárias, tem levado à utilização quase que exclusiva do sistema de empreitada, pelo menos nas colheitas de beterraba e da batata. O sistema de empreitada já tinha feito avanços significativos em 1849, também sobre outras culturas, e desde então ele se ampliou de forma visível." WEBER, Max. Op. Cit. pp. 54-5.

O RIO GRANDE DO SUL ANTES DA COLONIZAÇÃO ALEMÃ

A história da colonização alemã no Rio Grande do Sul no século XIX é sobretudo a história de experiências intentadas ao longo do período, que desencadeiam um processo importante tanto do ponto de vista da expressão quantitativa do contingente populacional da província, quanto da transformação de relações sociais pela difusão de novas relações de trabalho ou mesmo pelo estabelecimento de diferentes relações de troca capazes de influenciar as práticas tradicionais.

Consideram-se como práticas tradicionais as ligadas fundamentalmente à pecuária. Essas atividades precedem e condicionam o surgimento e a localização das demais atividades agrícolas do Rio Grande do Sul, entre elas as ligadas à colonização estrangeira em geral e a alemã em particular, e necessitam, portanto, de uma explicitação para melhor compreensão de seu papel.

A ocupação do território do Rio Grande do Sul se dá nos séculos XVII e XVIII e precede a integração de sua economia à economia nacional. Os agentes da ocupação são os jesuítas espanhóis, os bandeirantes paulistas, os militares e os colonizadores açorianos.

Os jesuítas, primeiros agentes da ocupação do território do Rio Grande do Sul, o fazem imbuído de uma dupla missão, a um só tempo 'divina' (catequese) e 'humana' (expansão política espanhola), procedem da 'Banda Ocidental' e ocupam a zona noro-

este do território gaúcho(1) fundando aldeias e reduções indígenas que desenvolvem a agricultura e a criação de gado.

A catequização, organização e adaptação ao trabalho regular dos indígenas reduzidos pelos jesuítas é que motivam a penetração do segundo elemento de ocupação do território do Rio Grande do Sul: os bandeirantes paulistas. Os indígenas, através da ação jesuítica, se transformam em uma reserva de mão-de-obra à mercê dos bandeirantes que percorrem os sertões do Brasil em busca de braços indígenas para as lavouras paulistas. É importante salientar que os paulistas, nesta fase, não se fixam no território, limitando-se ao apresamento de índios e à destruição das reduções espanholas, sustando o avanço espanhol na região.

O desenvolvimento da mineração do ouro, nas Minas Gerais, cria um dinâmico mercado para animais de carga, necessários ao transporte, e mercadorias para o abastecimento da população mineira ou a ela ligada (sobretudo alimentos). Isto estimula os paulistas a voltarem novamente ao Rio Grande, desta vez em busca do gado e não mais de índios. A intensificação dessa atividade de apresamento de gado e animais de carga a transforma

(1)O avanço jesuítico espanhol se dá em duas fases. Na primeira, de 1610 a 1626, foram fundadas 14 reduções formando uma linha que chegava até o centro do Rio Grande do Sul, todas elas destruídas pelos bandeirantes paulistas, a saber: Raposo Tavares em 1630/31 e 1636, Francisco Bueno em 1637, Fernão Dias Paes Leme em 1637/38 e Domingos Cordeiro em 1638. A segunda fase inicia em 1682 com a fundação do primeiro dos Sete Povos das Missões, São Francisco de Borja, e termina com a definitiva expulsão dos jesuítas em 1768, após um longo período de decadência.

Sugerem-se a respeito, principalmente, as seguintes obras:

MONTOYA, Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tapes, 1639. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.

SEPP, Antônio. Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos, de 1698. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Porto Alegre, Selbach, 1954.

POPESCU, Oreste. Sistema económico en las misiones jesuíticas. Barcelona, 1967.

em uma corrente eminentemente povoadora.

A transformação do caráter das expedições paulistas, segundo Singer(2), encontra uma explicação no aumento da população de São Paulo, voltada então para uma economia de subsistência, o que teria provocado uma expansão territorial em direção ao sul, que chegou ao litoral de Santa Catarina no final do século XVII, dirigindo-se ao Rio Grande do Sul, com o estabelecimento de sesmarias nas margens da Lagoa dos Patos, no começo do século XVIII. Sem dúvidas, esta necessidade dos paulistas de se dirigirem ao sul pressupõe a presença de outros fatores, além do crescimento populacional: - estabelecimento do efetivo domínio português sobre o cobiçado território gaúcho, - a necessidade de estabelecer o comércio de animais em termos mais regulares: "*Accentua-se o caminho dos tropeiros através do Norte/Estreito/Solidão/Quintão/Tramandaí/Torres/Mampituba/Araranguá e Laguna. E fixam-se os primeiros rincões para invernação das tropas*"(3) e as oportunidades de ganho que oferece o mercado de gado para transporte e abate (muar e vacum). Este último (vacum) surge como consequência da possibilidade de exportar couro para os mercados europeus. O comércio de animais entre o Rio Grande do Sul e a região de São Paulo e Minas Gerais desenvolve-se extraordinariamente com a descoberta de um novo caminho pelo interior (entre Viamão e o Sertão de Lages e daí para Curitiba e Sorocaba) alternativo ao então conhecido caminho do litoral, o que facilita o comércio e permite a ocupação da região nordeste do Rio

(2)A tese de que a ocupação do sul do Brasil é resultado do aumento populacional de São Paulo é desenvolvida por: SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1968.

(3)LESSA, Barbosa. Rio Grande do Sul, prazer em conhecê-lo. Porto Alegre, Globo, 1984. p. 43.

Grande, os Campos de Vacarias, por volta de 1735.

F. H. Cardoso, no primeiro capítulo de sua clássica obra: 'Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional'(4), desenvolve a tese de que o povoamento e o desenvolvimento da pecuária, como atividade organizada e sistemática, no Rio Grande do Sul, têm suas origens em um conjunto de conveniências políticas e militares, ligadas aos interesses estratégicos da expansão portuguesa num território de confronto com a expansão espanhola, e as razões econômicas relacionadas ao abastecimento das regiões mineradoras com gado muar do sul. As primeiras são conseqüências dos conflitos armados entre Portugal e Espanha pela posse do território que se estende desde o sul da capitania de São Vicente até o rio da Prata. Durante quase todo o século XVIII se desenvolvem campanhas militares que tiveram como palco o território gaúcho.

Sem entrar nos detalhes dos conflitos entre portugueses e espanhóis e dos tratados firmados, é importante salientar que disto resulta que o povoamento do Rio Grande se dê sob duas formas básicas de ocupação: as praças militares e as estâncias. As fortificações militares acabam dando origem a vilas e cidades: é o caso de povoações como Rio Grande (forte Jesus-Maria-José, fundado na Barra da Lagoa dos Patos: 'Rio Grande de São Pedro', em fevereiro de 1737), São Gonçalo (do forte do mesmo nome, no sangradouro da Lagoa Mirim) e Rio Pardo (uma tranqueira com a invocação de Jesus-Maria-José no passo do Jacuí, bem no centro do território gaúcho)(5). Com o objetivo de consolidar as vantagens

(4)CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil; O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962. pp. 37-48.

(5)É no território do então município de Rio Pardo que é fundada, em 1849, a colônia de Santa Cruz, objeto deste estudo.

obtidas sobre os espanhóis, o governo português doa terras aos soldados participantes das campanhas do Prata. Estes organizam as estâncias distribuídas ao longo das fronteiras sul e sudoeste do Rio Grande do Sul(6).

Na segunda metade do século XVIII a economia do Rio Grande integra-se definitivamente à economia do centro do país como fornecedora de produtos primários: sua ocupação e povoação se deve a isto.

Ainda que a exportação de couros seja mais antiga(7), é

(6)"Até 21 de fevereiro de 1803 havia quinhentos e trinta e nove fazendeiros e lavradores de terras próprias, medidas e demarcadas judicialmente, e haverá outro igual número sem medição. Entende-se por fazendeiro aquele que cria gados vacuns e cavalares; e lavrador aquele que cultiva terras e cria o gado necessário para seu uso e gasto; uns e outros são possuidores ordinariamente de mais de duas léguas de terras quadradas: porém os fazendeiros da primeira ordem têm oito, dez, doze e mais de terra.

Os animais que criam aquelas fazendas pela maior parte são vacuns: em um campo de três léguas podem criar-se quatro até cinco mil cabeças. (...)

Todos os fazendeiros vendem gado à proporção da sua fazenda e criação. (...)

Os mesmos fazendeiros criam também gado cavalari e muar. E porque este é mais útil ao fazendeiro, pois vale mais que o dobro do cavalari; é maior a criação de bestas muares que dos cavalos; e os fazendeiros de mais tráfego, criam cada ano duzentas bestas muares e mais. (...)

Estes gados vacun e muar são dois dos três principais ramos de comércio da Capitania; porque o primeiro é carne de vaca salgada; o segundo são as bestas muares; e o terceiro é o trigo. (...)"

FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição Corográfica, etc., etc.,. A Primeira História Gaúcha, Pesquisas/História. Porto Alegre, (15):42-45, ano 5, 1961.

São distribuídos neste período dois tipos de propriedades: a data e a sesmaria. A diferença entre ambas era a extensão. A data não passa de meia légua em quadro (1.000 ha). A sesmaria pode alcançar seis léguas em quadro, 13.068 hectares, conforme a determinação régia de 7 de dezembro de 1697.

RÜDIGER, Sebalt. Colonização e propriedade da terra no Rio Grande do Sul no século XVIII. Porto Alegre, SEC-Divisão de Cultura e Instituto Estadual do Livro, 1965. p. 14.

(7)"Jaime Cortesão, 'O território da Colônia do Sacramento e a Formação dos Estados Platinos', *Revista de História*, ano V, nº 17, janeiro-março de 1954, São Paulo, pág. 135-165, chama a atenção para a importância do comércio português nas Vacarias do Mar. Antes da exploração regular das tropas e muito antes da indústria da salga, a exportação de couros constituiu base da atividade econômica e do povoamento da vasta região que ia de Laguna à Colônia, e do litoral às Missões. Refere Cortesão às páginas 141 de seu artigo:...'Tamanho foi o desenvolvimento tomado por este negócio que, em 1702, a Fazenda Real resolveu arrematar, pela quantia, enorme para a época, de 70.000 cruzados anuais, a 'caçada dos couros'."

Citado por CARDOSO, Fernando Henrique. Op. Cit. pp. 37-8.

a economia mineira que produz o maior impacto no sul e que possibilita sua conexão econômica ao resto do país. O descobrimento de ouro em Minas Gerais provoca uma corrida para a região central do país(8).

Em Minas Gerais, graças à grande especialização da atividade econômica (mineração) e à grande concentração de homens e capital, desenvolve-se um grande mercado de alimentos e animais de carga que não é abastecido localmente. O problema do transporte parece ser crucial, especialmente pela configuração montanhosa da região mineradora: as mulas são o único meio de transporte que se adapta às distâncias e ao terreno. Celso Furtado assinala que as mulas representam a infra-estrutura da economia mineira(9). Estão assim criadas as condições de mercado necessárias para a integração da economia gaúcha ao resto do Brasil: as mulas para as minas são trazidas do Rio Grande do Sul, ou por ele contrabandeadas do Prata, até Sorocaba em São Paulo, onde são comercializadas.

Furtado(10) assinala ainda que, considerando o mercado em seu conjunto, a economia mineira, alcançando seu pico por volta de 1750/60, é maior do que a economia açucareira, em função do elevado grau de especialização. Nessa época, chegam a ser comercializadas mais de 20.000 mulas anualmente. Esse comércio declina no último quartel do século XVIII, mas ainda assim, no

(8)PRADO Jr., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1984. 30 ed. No capítulo 7, desenvolve este assunto, considerando a corrida ao ouro das Minas Gerais mais acentuada e violenta, dadas as condições da Colônia, do que a corrida californiana do século XIX.

(9)FURTADO, Celso. Povoamento e articulação das regiões meridionais. In: Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1985. pp. 73-7.

(10)FURTADO, Celso. Op. Cit.

começo do século XIX, o Rio Grande do Sul exporta entre 12 e 15 mil destes animais ao ano(11).

Nesse mesmo período a exportação de couros permanece estável. Antes da instalação das charqueadas, a produção de couros é totalmente predatória e praticamente não se aproveita a carne do gado.

As estâncias, que se constituem em enormes latifúndios, empregam poucos braços para a predação de animais selvagens, para o rodeio e para o tropeio: F. H. Cardoso coloca que "*o pessoal ocupado no trabalho das estâncias sempre foi reduzido*"(12); do mesmo modo Fernandes, em sua '*Descrição corográfica*', de 1804, assinala que "*criam-se gados com tal doutrina, que seis homens podem costear uma fazenda de cinco mil animais*"(13).

Os estancieiros desempenham um importante papel político na defesa dos interesses da coroa na Capitania meridional: "*Esquadrões de milícias e de guerrilhas compostas e comandadas por soldados estancieiros formavam a primeira linha de defesa e, em campanhas militares importantes, a sua ajuda na cavalaria era*

(11)"A exportação terrestre consta de gado vacum, cavalari e mular: o número de bestas muares é de vinte até trinta mil cabeças cada ano, para todas as Capitánias daquele Estado de Portugal; excetuando as do Pará e Maranhão: nelas servem aos grandes transportes do comércio de centos e centos de léguas desde os portos do mar até os mais distantes sertões; e esta é uma das dependências; que as ditas Capitánias têm da do Rio Grande."

FERNANDES, Domingos José Marques. Op. Cit. p. 47.

"Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região."

FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 77.

(12)CARDOSO, Fernando Henrique. Op. Cit. p. 44.

(13)FERNANDES, Domingos José Marques. Op. Cit. p. 42.

indispensável"(14). Sendo assim, os estancieiros, estimulados pelos interesses portugueses, transformam-se na classe determinante econômica e socialmente.

A partir, também, do final do século XVIII, desenvolve-se no sul do Brasil a colonização com famílias açorianas, atraída, organizada e financiada pela Coroa. Em cerca de 20 anos, após 1740, chegam ao Rio Grande do Sul cerca de dois mil açorianos destinados, inicialmente, às regiões limítrofes da Lagoa dos Patos. Após a invasão da Capitania pelos espanhóis, em 1764, os açorianos migram para regiões próximas de Rio Pardo, Santo Amaro e Taquari, onde as terras se mostram mais férteis para o cultivo do trigo(15). Essa empresa do governo português permite o aparecimento de *"uma zona de trigo no Rio Grande do Sul, onde colonos açorianos estabeleceram colônias viáveis de trigo de 1780 e 1820, iniciando o que parecia ser um processo auto-suficiente de desenvolvimento agrícola dentro de uma economia crescente de criação de gado."*(16)

A cultura de trigo parece ter-se associado à criação do gado, apesar de aparecer como subordinada desta. Isto é, sendo o estancieiro a força política e militar da Capitania, é ele que sujeita e determina econômica e socialmente outros grupos sociais, entre eles os açorianos, que, apesar de serem considera-

(14)LEITMAN, Spencer L. O primeiro ciclo brasileiro de trigo e a guerra dos Farrapos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 307:59, abril/junho, 1975.

(15)"*Vila de Rio Pardo, 3 de maio - O couro e o trigo constituem os principais gêneros de exportação desta cidade, sendo as importações de mercadorias feitas diretamente do Rio de Janeiro.*

Nos arredores da cidade cultivam muito trigo, mormente nas paróquias da Encruzilhada e de Taquari. (...)"

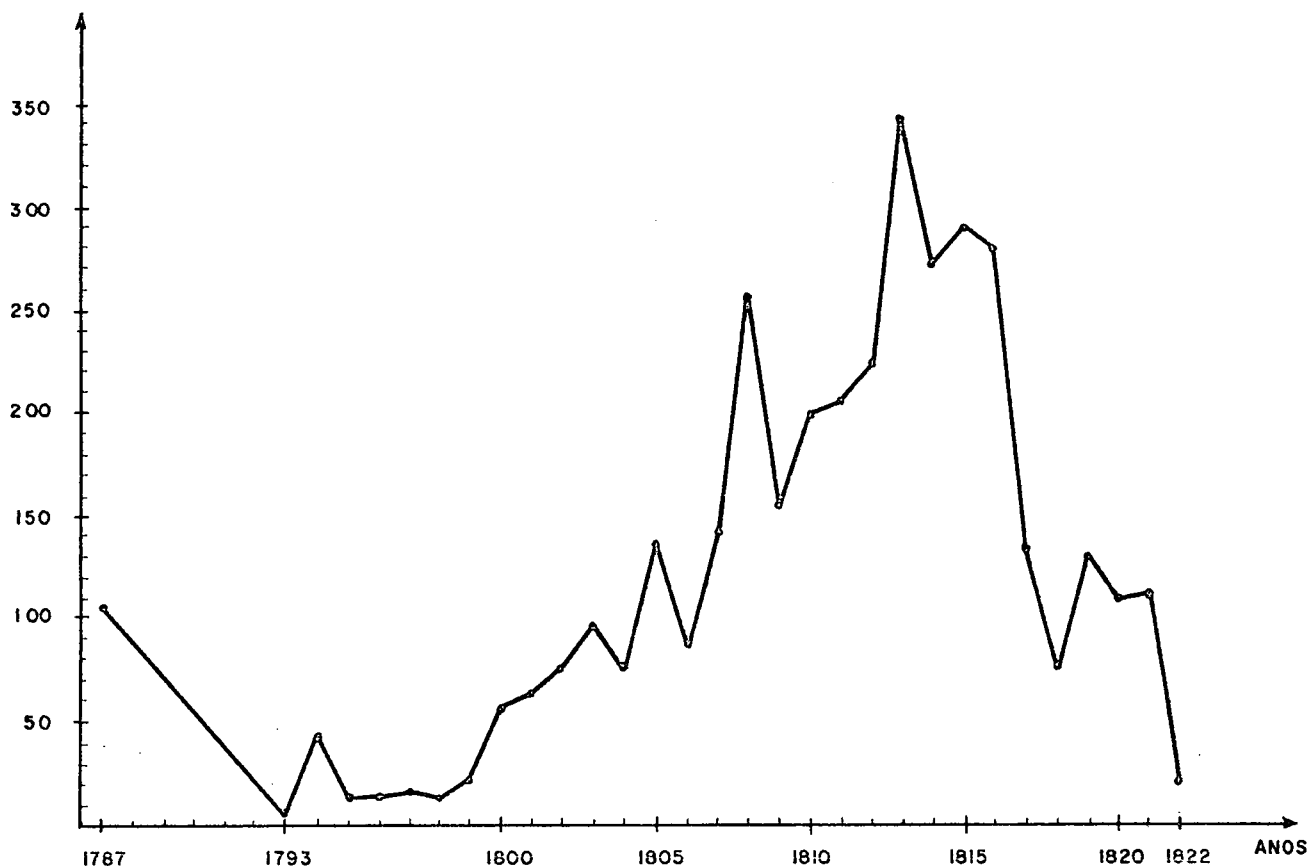
SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974. p. 191.

Também é muito interessante a descrição da agricultura na região de Rio Pardo, feita por SAINT-HILAIRE, nas páginas 206-7, do mesmo livro, um diário da viagem realizada nos anos de 1820 e 1821.

(16)LEITMAN, Spencer L. Op. Cit. p. 65.

EXPORTAÇÃO DE TRIGO DO RIO GRANDE DO SUL ENTRE 1787 E 1822

MIL ALQUEIRES



ANO - ALQUEIRES

1787 - 106.791

1793 - 8.040

1794 - 43.114

1795 - 12.878

1796 - 13.436

1797 - 16.810

1798 - 13.028

1799 - 22.072

1800 - 58.726

1801 - 61.416

ANO - ALQUEIRES

1802 - 76.914

1803 - 96.024

1804 - 76.097

1805 - 136.825

1806 - 87.755

1807 - 140.338

1808 - 257.308 1/2

1809 - 154.038 1/2

1810 - 190.545

1811 - 205.534 1/4

ANO - ALQUEIRES

1812 - 213.928 1/4

1813 - 342.087

1814 - 270.349

1815 - 288.447

1816 - 279.621 1/2

1817 - 133.359

1818 - 76.395

1819 - 121.542

1820 - 109.608 1/2

1821 - 111.857

1822 - 20.623

FONTES: LEITMAN, SPENCER L. O primeiro ciclo brasileiro de trigo e a guerra dos Farrapos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 307: 59, abril/junho, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sergio Buorque de (org.) O Brasil monárquico II. São Paulo, DIFEL, 1967. v.2. p. 477 (Coleção História Geral da Civilização Brasileira).

dos na escala social acima dos negros escravos, índios, gaúchos e outros grupos subordinados, têm como única possibilidade de ascensão o tornar-se um criador. Mas a criação de gado, e posteriormente as charqueadas, não destroem a cultura do trigo, antes acabam estimulando-a com o reforço das linhas marítimas para o Rio de Janeiro provocado pela exportação de charque no começo do século passado(17).

Contudo, ao contrário da atividade pecuária, na cultura do trigo não se verificam as condições necessárias para uma concentração de capitais(18). Isso se deve basicamente aos seguintes fatores:

- A organização da produção, pelo menos nas áreas mais produtivas (proximidades de Rio Pardo e Taquari), baseia-se principalmente na utilização de mão-de-obra familiar. A utilização de mão-de-obra escrava na cultura do trigo parece ter sido uma prática utilizada, principalmente, nas fazendas mais antigas, localizadas junto da Lagoa dos Patos e pertencentes aos descendentes dos antigos pioneiros paulistas e aos açorianos das primeiras levadas. Sem dúvida, a utilização do negro foi incomparavelmente menor, nestas propriedades, do que nas regiões do açúcar e do café, mais ao norte do país, fato que se explica, possivelmente, pela baixa capitalização dos produtores e preço dos escravos trazidos dos portos do centro do país.

- O baixo nível tecnológico da produção do trigo, conforme se pode verificar na descrição de Saint-Hilaire: *"Semeia-se o trigo a mão, depois dá-se uma capina por cima da semente, pois não repontam senão ervas rasteiras. É inútil limpar a terra."*

(17) LEITMAN, Spencer L. Op. Cit. p. 65.

(18) CARDOSO, Fernando Henrique. Op. Cit. Capítulo I. p. 52-3.

Corta-se o trigo abaixo da espiga, com a foicinha, depois corta-se a palha rente à terra para a queimar.(...)

Quando se vê que a terra não produz mais com abundância, deixa-se-lhe repou-sar. Ao fim de três ou quatro anos pode-se já cortar e queimar as capoeiras. Sobre as cinzas semeia-se o trigo; dá-se uma capina para cobrir a semente, em seguida, no mes-mo ano, milho e trigo, como nas roças no-vas, e continua-se da mesma forma até que a terra tenha necessidade de novo repouso.

Nas terras muito ferazes, planta-se uma ou duas vezes por ano milho e trigo, em seguida não se planta senão o trigo. (...) o trigo reproduz de dez a cinquenta por um, cinquenta nas boas terras, cerca de dez nas terras já fatigadas.(...) Bate-se o trigo com os animais.(...)(19)

- Os vários problemas que a produção gaúcha de trigo começa a enfrentar a partir de 1810: o aparecimento da ferrugem (20); as guerras contra os espanhóis da Banda Oriental(Uruguai), que deslocam homens e produção no esforço de guerra; o avanço da criação de gado graças ao desenvolvimento das charqueadas e aumento do prestígio político dos estancieiros; e, finalmente, o que parece ser o mais importante: a concorrência americana que põe fim à produção gaúcha de trigo e transforma o próprio Rio Grande do Sul em consumidor de seu cereal e de sua farinha.

Incapaz de sobrepor-se aos problemas surgidos, o cultivo do trigo gaúcho cede seu lugar à criação de gado. A crescente rentabilidade da criação de gado vacum determina a reconversão das áreas antes ocupadas pelo trigo em pastagens e o desvio de parte da mão-de-obra (escrava, ou não) para as charqueadas.

(19)SAINT-HILAIRE, Auguste de. Op. Cit. pp. 206-7.

(20)FERNANDES, Domingos José Marques. Op. Cit. Em sua obra, de 1804, faz referência a ocorrência de ferrugem nos trigais gaúchos.

DREYS, Nicolau. Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul. Rio Grande, 1927. p. 63. Citado por LEITMAN, Spencer L. Op. Cit. p. 67:

"...afirma que a ferrugem apareceu em 1811 e foi responsável pela neces-sidade de importar farinha de trigo no Rio Grande do Sul."

No começo do século XIX, ocorre a transferência da indústria de carne seca do nordeste para o sul do Brasil. No nordeste, a seca obriga a suspensão do fabrico de charque em função da diminuição dos rebanhos de gado do sertão e do agreste, bem como ao fato de o mercado consumidor (o charque é utilizado, neste período, basicamente na alimentação dos escravos) ter-se transferido para o centro do país com a descoberta do ouro em Minas e aí se fixado e alargado, posteriormente, com o desenvolvimento da cafeicultura.

A formação de um importante complexo industrial voltado à produção do charque se dá a partir de 1780(21), aproveitando-se da abundância de matéria-prima e da mão-de-obra escrava que começava a ser dispensada da produção de trigo. Localiza-se, principalmente, no sul da Capitania, *"ao longo das Lagoas dos Patos e Mirim, aproveitando o transporte fluvial, único condizente, na época, com a locomoção sistemática de grandes cargas; a saída ao mar era feita, exclusivamente, pelo porto de Rio Grande."*(22). As charqueadas multiplicam-se no início do século XIX, determinando que as estâncias racionalizem suas atividades, visando ao fornecimento regular de gado para a indústria saladeira ou para a exportação de boi em pé.

As charqueadas são empresas voltadas para a exportação e se baseiam na utilização da mão-de-obra escrava que é seu com-

(21)Em 1780, José Pinto Martins, um negociante português, fabricante de carne-seca no Ceará, emigra impulsionado pelas secas de 1777 e 1779 e funda a primeira charqueada nas imediações da atual cidade de Pelotas.

Contudo, é importante salientar que a produção de charque já é conhecida e difundida no Rio Grande do Sul antes desta data. Charquava-se mesmo antes da fundação oficial da Capitania em 1737.

MAESTRI Fº, Mário José. O escravo no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, EDUCS, 1984. p. 55.

(22)MAESTRI Fº, Mário José. Op. Cit. p. 59.

bustível e, em última análise, sua própria razão de ser, seu mercado(23). Cada charqueada emprega em média 80 escravos, cuja aquisição é o único grande investimento para o charqueador: os demais se limitam a um local para preparar e salgar a carne(24).

O desenvolvimento desta indústria provoca um rápido crescimento de cidades como Rio Grande e Pelotas e a estagnação de Porto Alegre, desviada do circuito econômico do pastoreio e da salga que domina a economia gaúcha durante todo o século XIX: segundo Singer(25), as exportações de charque e couro representavam 74,9% do total em 1861, declinando, mais para o final do século.

A partir da metade do século XIX, percebe-se uma estabilização nas exportações e, conseqüentemente, na produção: este fato pode ser explicado pela estabilização do próprio consumo do charque. Senão vejamos: o charque, destinado quase que exclusivamente para a alimentação de escravos, principalmente do centro do país, manteve-se ileso às oscilações do mercado de outros produtos; obteve extraordinário crescimento com o desenvolvimento da cafeicultura(26), não por causa do café em si, mas por causa dos braços usados neste cultivo, e começou exatamente por isso a se ressentir da crescente campanha contra a escravidão que se opera a partir da segunda metade do século passado. E,

(23)As charqueadas são, em grande medida, o testemunho de que a nova classe capitalista no Rio Grande do Sul não descende necessariamente de uma antiga burguesia mercantil: os estancieiros juntam dinheiro com a criação e venda de mulas, bois e cavalos e o transformam em capital com o estabelecimento de charqueadas.

(24)MAESTRI Fº, Mário José. Op. Cit. pp. 58-9.

(25)SINGER, Paul. Op. Cit. pp. 163-4.

(26)FURTADO, Celso. Op. Cit. p. 114. Assinala que a quantidade de café exportada entre 1821/30 e 1841/50 chegou a quintuplicar, principalmente devido à produção do Rio de Janeiro.

possivelmente, também do aumento do preço dos escravos, após 1850, que deve ter determinado, por parte dos seus senhores, contenções nos gastos com sua alimentação e o aumento dos custos de reposição da mão-de-obra nas charqueadas. Dessa forma, diminui sensivelmente a participação do charque e do couro na economia gaúcha. Singer(27) registra que em 1894 o charque e os couros representam somente 42,2% das exportações da província, diante da crise e do aumento da produção e exportação de produtos coloniais, principalmente a banha de porco. F. H. Cardoso(28) acrescenta que o desenvolvimento da indústria do charque no Uruguai, e principalmente na Argentina(29), após 1850, contribuem

(27)SINGER, Paul. Op. Cit. p. 163.

Neste sentido, é também preciosa a comparação fornecida pela tabela abaixo, emprestada de PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: Agropecuária colonial & industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. p. 72.

PARTICIPAÇÃO DO CHARQUE E BANHA NO VALOR TOTAL DAS EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL EM DIVERSOS ANOS

Anos	CHARQUE		BANHA		Total do valor das exportações
	Valor	%	Valor	%	
1890	5:223	30,3	1:993	11,6	17:227
1895	8:266	19,9	6:647	16,0	41:475
1900	15:002	30,0	2:670	5,3	50:034
1906	19:311	29,2	6:817	10,3	66:233
1911	24:387	30,0	7:819	9,6	81:393
1916	28:366	31,1	9:847	10,8	91:237
1919	47:130	21,9	32:019	14,9	215:572
1923	59:845	19,2	41:274	13,3	311:151
1927	73:980	17,8	81:980	19,7	415:915

FONTE: Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul. 1891-96; 1902-08-13-18-22-27-29. Porto Alegre, *A Federação*. Apud FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A reorientação da economia gaúcha na República Velha. Porto Alegre, UFRGS, 1980.

(28)CARDOSO, Fernando Henrique. Op. Cit. p. 66-7.

(29)Também ORTIZ, Ricardo M. História econômica de la Argentina, 1850-1930. Buenos Aires, Raigal, 1955. 2v. quando trata da expansão da indústria frigorífica na Argentina, confirma esta afirmação. p. 124.

para a estagnação da economia saladeira gaúcha, especialmente por suas condições mais favoráveis: *"Melhor qualidade do gado, taxas mais baixas a que estava sujeita a exportação, mais fácil acesso aos portos, relações que mantinham com os ingleses e, sobretudo, (...) o tipo de organização do trabalho que possuíam."* (30) As charqueadas do Prata utilizam mão-de-obra assalariada enquanto que as charqueadas gaúchas baseiam-se na mão-de-obra escrava, fato que adquire importância ao considerar-se a sazonalidade dessa atividade, o que obriga ao senhor de escravos charqueador arcar com os custos da remuneração (alimentação) de sua mão-de-obra nos períodos de produção e nos períodos de entressafra, diminuindo a rentabilidade de sua atividade (31).

A virada do século passado é marcada, além da crise da economia tradicional, pela presença efetiva de novos elementos na sociedade e na economia do Rio Grande do Sul, resultados de um processo de colonização estrangeira que inicia no começo do século XIX e se prolonga até meados deste. Este processo, estudado a partir da experiência da colônia alemã de Santa Cruz, é o principal objetivo deste trabalho.

(30) CARDOSO, Fernando Henrique. Op. Cit. pp. 66-7.

(31) *"O sistema escravocrata, por condições inerentes a si mesmo, constituía, (...) um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas e para a formação plena do sistema capitalista de produção no Rio Grande. As consequências deste processo na economia gaúcha agravaram-se consideravelmente desde o momento em que se interrompeu o suprimento regular de mão-de-obra com a cessação do tráfico. O êxodo de braços para as 'Províncias do Norte' acelerou, mais ainda, o processo de desorganização da ordem servil no sul."*

CARDOSO, Fernando Henrique. Op. Cit. p. 207.

A PRIMEIRA FASE DA COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA

A política de estabelecimento de colônias agrícolas no Brasil inicia-se em 1808, quando são promulgados por D. João dois decretos:

- Um de 19 de setembro, determinando a vinda de 1.500 famílias, ou um número de homens e mulheres em idade de casar para constituírem tais famílias, trazidos, se possível, voluntariamente dos açores para a Capitania do Rio Grande do Sul, para ocupar "*pequenas sesmarias que hajam de cultivar, favorecendo quanto ser possa o seu estabelecimento, na firme esperança, que dahi haja resultar um grande augmento de povoação, com que depois não só resulte o accrescimo de riqueza e prosperidade da mesma capitania, mas se segure a sua defesa em tempo de guerra.*"(1)

- Outro em 25 de novembro, permitindo a concessão de sesmarias a estrangeiros para o "*bem público*", na esperança de aumentar a lavoura e a população, considerada "*muito diminuta*" no Brasil.(2)

(1)COLLECÇÃO DE LEIS DO BRASIL DE 1808. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891. pp. 129-30.

(2)"DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 1808: Sendo conveniente ao meu real serviço e ao bem público augmentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuta neste Estado; e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem que aos estrangeiros residentes no Brazil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma, com que segundo as minhas reaes ordens, se concedem aos meus vassallos sem embargo de quaesquer leis ou disposições em contrario."

COLLECÇÃO DE LEIS DO BRASIL DE 1808. Op. Cit. p. 166.

A preocupação do governo, neste período, pauta-se por dois fatores principais: 1º) necessidade de proteger as fronteiras despovoadas do sul ante a ameaça do avanço espanhol, trazendo açorianos que se transformem em soldados estancieiros; 2º) necessidade de aumentar a produção de produtos agrícolas alimentícios, haja vista que uma economia primário-exportadora, como a colonial brasileira, ciclicamente se ressentia do abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Este último fator procura solução na atração de estrangeiros que queiram se dedicar à produção de alimentos, uma vez que a maioria da população luso-brasileira se dedica à produção para o mercado externo.

A partir de 1808, a política de imigração/colonização percorre um caminho marcado por modificações legais, acontecimentos políticos e problemas econômicos que, diretamente, influenciam os seus rumos.

Em 1818, através do decreto de 16 de maio(3), é aprovada a criação de uma colônia de suíços, de 100 famílias, no Rio de Janeiro (Nova Friburgo, estabelecida em 1819) que inaugura uma tradição de ajuda oficial para o estabelecimento de estrangeiros no Brasil. Os colonos, do Cantão de Friburgo, todos católicos, conforme determina o decreto, recebem passagem paga da

(3)COLLECÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1818. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891. pp. 46-52.

Antes da criação de Nova Friburgo, são fundadas outras colônias, a saber: em 1812 a colônia de açorianos Santo Agostinho (Viana), no Espírito Santo; em 1818 a colônia particular do Rio Salsa, na Bahia, empreendimento levado a efeito pelo Capitão-general Conde de Palma, congregando colonos alemães e soldados brasileiros, parece ter durado somente até 1827, quando desaparece e a colônia Leopoldina, "*formada por suíços e alemães, (...) pelo cônsul hamburquês Pedro Peyckr e pelos naturalistas Freyreiss e Morhardt (...) Situava-se nas margens do Rio Peruípe, na comarca de Caravelas, sul da Bahia.*" Conforme LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e colônias - uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na segunda metade do século XIX. Salvador, UFBA, 1982. Mimeografado.

Suíça ao Rio de Janeiro e daí até a colônia (art. 2º), terra com plena propriedade por concessão gratuita, além de bois, cavalos, vacas, ovelhas, cabras, porcos e diversas variedades de sementes (art. 4º), conforme o mapa anexo ao decreto:

RELAÇÃO DO GADO NECESSARIO A CADA FAMÍLIA SUISSA QUE VIER ESTABELECE-SE NO BRAZIL E DOS OUTROS OBJECTOS PARA SEMEAR E PLANTAR; A SABER

	GADO					SEMENTES								
	Bois ou cavallos de puchar	Vaccas de leite	Ovelhas	Cabras	Porcos	Trigo	Feijões	Favas	Arroz	Batatas	Milho	Mamona para azeite	Linho	Canhamo
Para uma família de 3 a 4 pessoas	1	2	4	2	2	1	1	1/4	2	1	3	1/2	1/3	1/3
Para uma família de 5 a 7 pessoas	2	3	6	3	3	1, 1/2	1, 1/2	1/2	3	2	4	1	2/3	2/3
Para uma família de 8 a 10 pessoas	3	4	8	4	4	2	2	3/4	4	3	6	1, 1/2	1	1
Total	6	9	18	9	9	4, 1/2	4, 1/2	1, 1/2	9	6	13	3	2	2
É termo médio do total acima..	2	3	6	3	3	1, 1/2	1, 1/2	1/2	3	2	4, 1/3	1	2/3	2/3

Cavallos - Si se dessem cavallos em lugar de bois, seria conveniente para 600 animaes desta especie pouco mais ou menos 100 eguas.

Vaccas - Para 900 vaccas serão precisos 30 toiros bem escolhidos para conservar a melhor raça, os quaes seriam repartidos pelos colonos, que tivessem mais comodo para isso.

Ovelhas - 1.800 exigirão de 60 a 80 carneiros para o mesmo fim, que acima se diz, dito.

Cabras - 900 necessitariam de 35 a 40 bodes, dito, dito.

Porcos - 900, metade femeas, e 30 barrões feitos, dito, dito.

Os colonos suíços recebem ainda, a título de diárias, 160 réis por cabeça no primeiro ano de estabelecimento e 80 réis no segundo ano (art. 5º). Todos são, assim de sua chegada, naturalizados portugueses, gozando de todos os direitos dos demais vassallos do reino (art. 13º).

O decreto de 1818 manifesta igualmente a preocupação

com o desenvolvimento de atividades artesanais, via importação de imigrantes estrangeiros, num manifesto interesse de modificação das relações de trabalho e de diversificação da produção destinada ao abastecimento, principalmente, do mercado da capital, Rio de Janeiro. Assim, em seu artigo 6º, o decreto determina que entre os colonos seja considerável o número de artesãos:

"como carpinteiros, marceneiros, ferradores, serralheiros, pedreiros e alguns moleiros, sapateiros, curtidores, alfaiates, tecelões, oleiros, e officiaes para fazer telhas etc., os quaes devem tambem ensinar aos nacionaes, que quizerem aprender."(4) E no artigo 23 procura facilitar

a vinda ao Brasil de suíços *"que já tenham fortuna"* (capitais) que queiram empregar na agricultura em grande escala ou no estabelecimento de manufaturas *"à imitação das da Europa"*, concedendo terrenos próximos à colônia e permitindo que gozem de todas as vantagens e privilégios dos demais colonos.

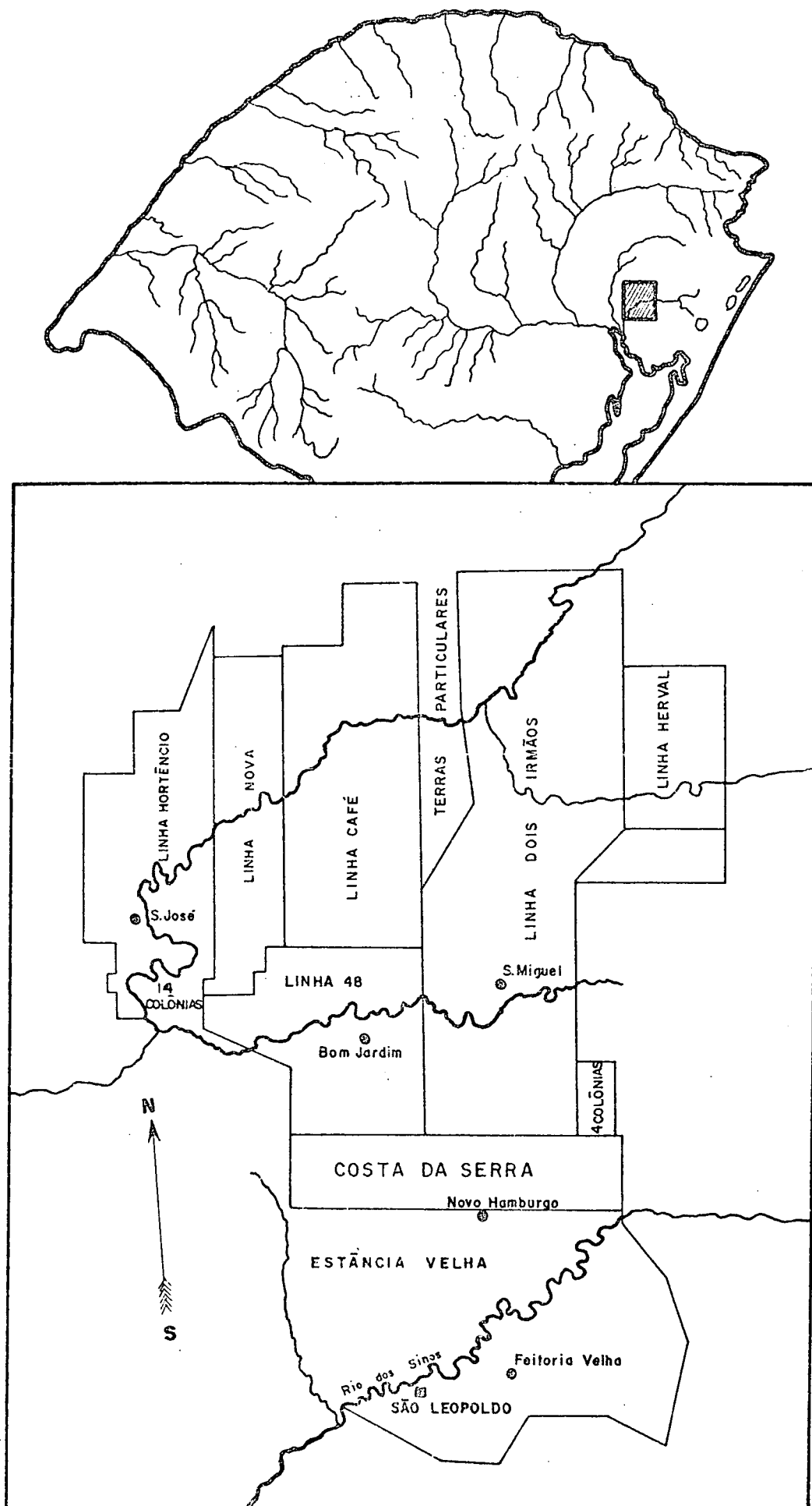
Na província do Rio Grande do Sul, a primeira colônia, fundada em 1824, foi estabelecida em lotes da Real Feitoria do Linho Cânhamo(5) doados a alemães, de acordo com o decreto de novembro de 1808. Essa primeira experiência no Rio Grande do Sul não dispõe de uma regulamentação legal própria. Os primeiros alemães que nela se estabelecem recebem as vantagens dos colonos estabelecidos anteriormente em Nova Friburgo, Rio de Janeiro.

(4) COLLECÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1818. Op. Cit. p. 47.

(5) A primeira Real Feitoria do Linho Cânhamo é fundada na ilha do Canguçu, Lagoa dos Patos, em 1783, devendo dedicar-se à produção de linho para fabricação de cordoalha náutica, para a Coroa. Em 1803, a Real Feitoria do Linho Cânhamo é transferida para o 'Fachinal da Courita', junto ao Rio dos Sinos e, finalmente, extinta em 1824 com a fundação da colônia de São Leopoldo.

PETRY, Leopoldo. O município de São Leopoldo. In: ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SÃO LEOPOLDO. Porto Alegre, Globo, 1947. p. 146. Apud CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional. São Paulo, DIFEL, 1962. p. 71.

ANTIGA COLÔNIA DE SÃO LEOPOLDO



São Leopoldo é colônia sob a responsabilidade do governo imperial, criada por D. Pedro I, e parece acobertar os reais interesses estratégicos da coroa, ao recrutar na Europa imigrantes disfarçados de colonos, em sua maioria destinados aos batalhões de estrangeiros do Imperador e à fundação de colônias em regiões remotas do sul do país para defesa de suas províncias mal povoadas(6). Independente dos reais motivos e interesses do Imperador, São Leopoldo cresce, com a entrada de imigrantes alemães, que buscam a propriedade das 160.000 braças quadradas distribuídas gratuitamente.

O movimento da entrada de imigrantes em São Leopoldo é o seguinte:

ANO	ENTRAM EM S.LEOPOLDO	ANO	ENTRAM EM S.LEOPOLDO
1824	126 imigrantes	1846	1.515 imigrantes
1825	909 "	1847	663 "
1826	828 "	1848	136 "
1827	1.088 "	1849	6 "
1828	99 "	1850	4 "
1829	686 "	1851	34 "
1830	117 "	1852	29 "
1844	66 "	1853	95 "
1845	87 "	1854	-- "

FONTE: RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DAS COLÔNIAS DA PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, APRESENTADO AO ILLMO. E EXMO. SR. DR. FRANCISCO IGNACIO MARCON DES HOMEM DE MELLO, DIGNISSIMO PRESIDENTE DA MESMA PROVINCIA; PELO AGENTE INTERPRETE DA COLONISAÇÃO CARLOS DE KOSERITZ. Porto Alegre, *Jornal do Comércio*, 1867.

PORTO, Aurélio. O trabalho alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Santa Terezinha, 1934. p. 41 e p. 163.

Como se percebe, durante o período que vai de 1830 a 1844 não se registram entradas de novos imigrantes, fato este motivado pela aprovação da lei de orçamento, em dezembro de 1830 (para os anos financeiros de 1831-32), que em seu artigo 4º reza:

(6) BROWNE, George P. Política imigratória no Brasil Regência. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 307:38, abril/junho, 1975. p. 38.

"Fica abolida em todas as provincias do Império a despeza com a colonisação estrangeira.(7)", provocada pelo excesso de dinheiro gasto com os batalhões de estrangeiros e a crescente opposição às políticas de D. Pedro I. A falta de verbas para a colonização estrangeira é logo agravada pela eclosão da Revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul (1835-1845).

Koseritz(8) registra em seu relatório de 1867 que São Leopoldo começa a desenvolver-se somente depois de 1846: a guerra civil entre 1835 e 45 divide a população, e a colônia é por diversas vezes palco de batalhas que reduzem São Leopoldo a um "montão de ruínas", obrigando seus habitantes, "reduzidos à miséria, a começar de novo a trabalhar".(9) Em 1854, a colônia é transformada em município, um dos mais prósperos da província, graças a sua proximidade com a capital, Porto Alegre, seu principal mercado e porto de exportação de seus produtos:

"...quasi todos os arreios para o consumo do exército e dos campeiros da provincia, quasi todas as lanças, esporas, freios, etc., para a cavallaria, são fabricados em S. Leopoldo; e ahí que o arsenal se surte de couros curtidos, de cartucheiras e de arriames; e d'ahi, que todos os mercados da provincia, os do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, e até do Prata são fornecidos com feijão, milho, farinha, etc.; é d'ahi que vem todos esses generos e outros como banha, manteiga, ovos, animaes

(7)COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1830. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. 1876. p. 108.

(8)RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DAS COLONIAS DA PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, APRESENTADO AO ILLMO. E EXMO. SR. DR. FRANCISCO IGNACIO MARCONDES HOMEM DE MELLO, DIGNISSIMO PRESIDENTE DA MESMA PROVINCIA, PELO AGENTE INTERPRETE DA COLONISAÇÃO CARLOS DE KOSERITZ. Porto Alegre, Jornal do Comércio, 1867.

(9)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 4.

suínos, etc., para o consumo de Porto Alegre."(10)

A diversificação da produção colonial é extraordinária, pois ainda se desenvolve em São Leopoldo a fabricação de mel e cera, a cultura do lúpulo, do linho e algodão, além da fabricação de vinhos, tecidos de lã, linho e algodão.

Em 1867, Koseritz estima que a população de 'descendência alemã, no município, ultrapasse a 25.000 pessoas.(11)

Além de São Leopoldo, fundada em 1824, são fundadas em 1826 mais duas colônias do governo geral, na província do Rio Grande do Sul:

- Três Forquilhas, no nordeste do território gaúcho, próximo ao litoral, que praticamente vegetou na miséria de seus colonos, de sua fundação até 1849, quando é cortada por uma estrada que liga o litoral ao planalto (Cima da Serra) até São Francisco de Paula. Koseritz(12), em seu relatório de 1867, informa que a população da colônia no final de 1866 é de 700 almas,

(10)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 6.

Carl Seidler, que publica, na Europa, um relato escrito entre os anos de 1833 e 1834 sobre os anos em que viveu no Brasil oficial mercenário de um dos batalhões de estrangeiros do exército imperial, faz as seguintes observações sobre as relações de Porto Alegre com a colônia de São Leopoldo: *"Os víveres são bem baratos e bons principalmente os que são trazidos da colônia alemã de São Leopoldo, distante apenas sete léguas. Favorecido pelas circunstâncias, o comércio naquele tempo estava extraordinariamente florescente; constantemente partiam desta cidade para o interior, com destino ao exército, grandes transportes de artigos e víveres e por isso nos últimos anos aqui se haviam estabelecido diversos negociantes europeus, notadamente franceses e ingleses que faziam grandes negócios."* SEIDLER, Carl. Porto Alegre - A colônia alemã de S. Leopoldo (...). In: Dez anos no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. Tradução de Bertholdo Klinger. p. 112.

(11)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 5.

É importante salientar que o município de São Leopoldo compreende, nessa época, além do território da colônia do mesmo nome, várias outras colônias alemãs, oficiais e particulares, como: São José do Hortêncio (fundada em 1827), Feliz (1846), Mundo Novo (1846), Bom Princípio (1846), Caí (1848), Padre Eterno (1850) e outras.

(12)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 8.

que ocupam 75 fogos, e que a miséria já foi superada. Os principais produtos da colônia são as rapaduras, a farinha de mandioca, o couro transformado em solas, arroz, algodão, polvilho, banha de porco e toucinho, destinados ao comércio, enquanto que o milho, feijão e batatas são destinados unicamente ao consumo dos habitantes de Três Forquilhas.

- São Pedro de Alcântara das Torres, próxima a Três Forquilhas, mais ao norte e distante cerca de 3 léguas (aproximadamente 20 quilômetros) do mar. Sofre as mesmas dificuldades de sua vizinha. Em 1866 sua população, exclusivamente católica, consta de 511 almas. Produz feijão, arroz e batatas para o consumo local, e milho, aguardente, açúcar, solas de couro, arreios, cola e produtos de cerâmica (telhas e tijolos), para o comércio.

Estas duas colônias são fundadas na expectativa da construção de um porto em Torres e da abertura de canais de navegação nas lagoas que margeiam seus territórios.(13)

São Leopoldo, Três Forquilhas e São Pedro de Alcântara das Torres são as três colônias fundadas pelo governo geral sob as mesmas bases do estabelecimento de colonos em Nova Friburgo, Rio de Janeiro: concessão gratuita de terras, ferramentas e subsídios(14). Marcam a primeira fase da colonização alemã no Rio

(13)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 8.

(14)A observância das vantagens aos colonos de São Leopoldo, Três Forquilhas e S. Pedro de Alcântara das Torres nem sempre foi tranqüila; há problemas principalmente no que diz respeito à demarcação dos lotes, problemas que somados ao descumprimento de alguns itens do decreto de 1818 levam o governo alemão (Prússia) a intervir, o que resulta na autorização, por parte do Imperador, do pagamento das passagens, subsídios diários e concessão gratuita dos lotes.

LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Cruxên. Capitalismo e colonização - os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). RS: Imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980. p. 28.

Grande do Sul e o contexto em que se dão merece algumas reflexões.

Esta fase é marcada sobretudo pela necessidade do governo, na época da independência e mesmo antes, de criar uma classe média na estrutura social brasileira, então formada pela aristocracia escravista de um lado e pelos sem posses de outro, capaz de desenvolver a policultura, tão necessária ao abastecimento das cidades em expansão e dos exércitos em campanha(15) - atente-se para o caso de S. Leopoldo.

Esta preocupação já se faz presente mesmo antes da vinda da corte portuguesa ao Brasil: Pombal manifesta esta intenção ao tentar criar colônias de açorianos, no extremo norte e sul do país, para formação de uma classe média econômica e socialmente independente dos latifundiários. Contudo *"o espírito dominante, e o desprezo ao trabalho corporal considerado humilhante para o homem branco, contagiou em breve os imigrantes açorianos e estrangeiros, conduzindo-os ou à ociosidade ou ao emprego de escravos."*(16)

D. João, em 1808, como se vê no início desta parte, tem como intenções o aumento considerável da população para promoção da riqueza e prosperidade do sul do país, além, é claro, da defesa das fronteiras em tempo de guerra.

Manifesta-se mais claramente, a partir de 1810, uma nova preocupação: o suprimento de braços para a economia urge ser repensado diante das pressões inglesas. Em março de 1809, a In-

(15) OBERACKER Jr., Carlos H. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização Brasileira; o Brasil Monárquico, 3º volume. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967. pp. 220-1.

(16) OBERACKER Jr., Carlos H. Op. Cit. p. 221.

glaterra, ansiosa por mercados para suas manufaturas(17), abole o tráfico africano para todos os seus súditos e colônias e passa a pressionar seus aliados para que adotem semelhantes medidas. Portugal, durante as guerras napoleônicas, inteiramente dependente da potência inglesa, vê-se obrigado, pelo tratado de amizade e comércio assinado em 19 de fevereiro de 1810 (no 10º artigo) a condenar por princípio o tráfico e limitá-lo ao sul do Equador. Em 1817, Portugal assina nova convenção com a Inglaterra onde é prevista a completa extinção do tráfico negreiro e estipulada a mútua investigação de seu cumprimento. Com a independência, o Brasil, necessitado do apoio inglês, reconhece os tratados e convenções celebrados por Portugal em nova convenção assinada em 23 de novembro de 1826 e ratificada em 1827 (13 de março) onde se prevê, a partir de 13 de março de 1830, a proibição completa do tráfico de escravos. Um decreto imperial de novembro de 1831 prevê castigos aos transgressores da proibição e a liberdade dos escravos contrabandeados e, finalmente, outro decreto, o de 12 de abril de 1832, ordena a execução obrigatória dessas leis(18).

(17)"O sistema escravista vigente (...) consistia num sério obstáculo à expansão capitalista inglesa. Nesta forma de trabalho, o escravo era privado de poder aquisitivo, o que limitava a expansão do mercado inglês. A Inglaterra tinha interesse em aumentar seu mercado consumidor, e para isso era imprescindível que se abolisse a escravidão."

LANDO, Aldair Marli e BARROS, Eliane Cruxên. Op. Cit. p. 10.

(18)COLLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL DE 1810, 1817, 1826, 1827, 1830, 1831 e 1832.

BEIGUELMAN, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira; o Brasil monárquico, 3º volume. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967. pp. 189-219. Defende a tese de que a extinção do tráfico no Brasil não é resultado unicamente das pressões inglesas mas decorre muito mais do jogo político em que se vêem envolvidos os partidos, levando a uma superação das próprias expectativas e exigências inglesas.

Todo este aparato judicial não passa de letra morta apesar das constantes e insistentes pressões inglesas, que acabam produzindo resultado somente em 1850, com a radicalização provocada pela chamada '*Bill Aberdeen*' (de 8 de agosto de 1845) (19). Assim, deve-se a 1ª fase da colonização, em grande parte, à expectativa da supressão do tráfico. Diante disto, os grandes fazendeiros, mais capitalizados, compram todos os escravos que podem, exatamente dos pequenos proprietários produtores de alimentos; assim, os gêneros de primeira necessidade se tornam escassos e seu preço sobe de forma alarmante. Esta situação certamente preocupa o governo imperial nos primeiros anos da independência. O estabelecimento de colônias de estrangeiros, pequenos proprietários que utilizam sua própria força de trabalho, nas regiões não ligadas diretamente à produção de produtos para o mercado externo, atenua os efeitos e permite a migração dos braços escravos destas regiões para as regiões monocultoras, substituindo, possivelmente de forma mais eficiente, o braço escravo pelo braço imigrante na produção de alimentos.

Além da questão da supressão do tráfico, há um ponto que não pode ser desprezado na análise do contexto que motiva o começo da colonização estrangeira no Brasil: é o da necessidade política de formação de esquadrões de soldados que defendam a liberdade brasileira ante as pretensões portuguesas. Pouco antes da independência é enviado para a Alemanha o Major Von Schaeffer, com o objetivo de angariar mercenários para a guerra imi-

(19)A '*Bill Aberdeen*' autorizava aos barcos ingleses a perseguição de toda embarcação suspeita de tráfico de escravos, não somente em alto mar, mas nas costas, nos rios e portos brasileiros, e se necessário o desembarque em terra para procura de escravos desembarcados por traficantes que seriam julgados como piratas em tribunais ingleses.

nente contra Portugal. As famílias destes soldados são destinadas a colônias de caráter agromilitar estrategicamente localizadas "*nas regiões isoladas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul*" (20). O modo como se processa na Europa este recrutamento e a sorte dos batalhões de estrangeiros resultam em completo descrédito da imigração: entre os opositores de D. Pedro I e entre a maioria dos governos europeus, especialmente na Alemanha(21).

Termina, com a lei do orçamento para 1831 e 1832, a primeira fase da imigração/colonização no Brasil e desaparece com ela a contratação de mercenários para o Império como motivação para a entrada de estrangeiros no país.

(20) OBERACKER Jr., Carlos H. Op. Cit. pp. 222-3.
BROWNE, George P. Op. Cit. p. 38.

(21) Contribuem para essa animosidade dos governos alemães especialmente alguns relatos publicados entre o final da década de 1820 e começo da de 1850. Os dois mais conhecidos são:

SEIDLER, Carl. Dez anos no Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.

DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. Rio de Janeiro, Martins, 1941.

O PERÍODO REGENCIAL E A 2ª FASE DA COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA

De 1831 a 1834 praticamente se anula a imigração estrangeira para o Brasil, até que neste último ano

"Um Ato Adicional, promulgado pela Regência, transfere a competência em matéria de colonização às províncias, sem que estas tivessem recursos suficientes nem se definissem suas atribuições". (1)

Santa Catarina é a única província do Império que se sente estimulada pelo Ato Adicional a promover a colonização de seu território: em 1836 a província autoriza a fundação de duas colônias, nos vales dos rios Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, uma delas sob a direção do governo provincial e outra sob a responsabilidade de empresários da capital, que contam também com apoio oficial(2), estas iniciativas que começam a se difundir são sustadas por uma decisão do governo imperial, de 21 de julho de 1837, que informa ao presidente da província de Santa Catarina que considera excesso de autoridade as distribuições de terras

(1)AZEVEDO, Thales de. Italianos e gaúchos - os anos pioneiros da colonização no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, A Nação/Instituto Nacional do Livro, 1975. p. 77.

Segundo o Ato Adicional de 1834, competia aos governos provinciais "*promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias (de língua estrangeira)*". COLLECÇÃO DE LEIS DO BRASIL DE 1834. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

(2)SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974. pp. 37-8.

"As tentativas que se fizeram para explorar e colonizar o vale do Itajaí-Mirim desde 1836 tinham uma razão estratégica muito mais do que intenções de povoamento: toda a área era inexplorada e pensava-se que este rio era o que cruzava, no planalto, a estrada de Lages e, neste caso, seria a via de penetração ideal do litoral à região de criação de gado".

feitas aos colonos(3), a partir daí a colonização provincial cede seu lugar às iniciativas particulares e do governo central.

De um modo geral, durante todo o período regencial os resultados da imigração estrangeira foram muito pobres: há um abandono oficial do assunto em função dos graves distúrbios políticos que marcam todo o período e ameaçam a própria integridade do Império. Contudo, não se abandona a perspectiva da necessidade de promover a imigração para desenvolver as regiões remotas do país e precaver a economia do Estado diante da inevitável crise provocada cedo ou tarde pela suspensão definitiva do tráfico de escravos. As vias para a promoção da colonização e imigração estrangeiras é que devem ser outras que não as que onerem ainda mais as já comprometidas finanças do Império. Ao que parece, durante a regência há uma dupla política em relação à imigração: de um lado estimular as iniciativas particulares e a imigração espontânea de estrangeiros, de outro um esforço na criação de medidas que preparem e facilitem, no futuro, a retomada do processo de imigração/colonização. Com este espírito, em 1832, 23 de outubro, é aprovada uma lei sobre naturalização de estrangeiros, que estabelece que podem se tornar cidadãos brasileiros todos os estrangeiros maiores de 21 anos e que residam no Brasil há pelo menos quatro anos(4); o decreto nº 291, de agosto

(3)BROWNE, George P. Política imigratória no Brasil Regência. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 307, abril/junho, 1975. p. 38.

(4)COLLECCÃO DE LEIS DO BRASIL DE 1832. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1876. pp. 116-19.

de 1843, reduz para dois anos o tempo de residência no país para obtenção da naturalização(5). Também visando atrair a imigração, com a diminuição do preço da passagem, há a lei de 1835, que estabelece que:

"As embarcações que conduzirem para os diversos portos do Brasil mais de 100 colonos brancos, ficarão isentos de pagar o imposto de ancoragem, durante os dias de ancoragem no porto,"(6)

Em outubro de 1843, a lei nº 317, que fixa o orçamento para os exercícios de 1844 e 1845, renova esta vantagem estabelecendo uma redução proporcional do imposto de ancoragem dos navios em função do número de colonos que trazem(7).

Outra lei, nº 108, *"dando várias providências sobre os contractos de locação de serviços de colonos"*(8), de 11 de outu-

(5)COLLECÇÃO DE LEIS DO BRASIL DE 1843. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.

O decreto nº 397 de 3 de setembro de 1846 determina o reconhecimento como cidadãos brasileiros naturalizados os estrangeiros estabelecidos nas colônias de S. Leopoldo e S. Pedro de Alcântara das Torres no Rio Grande do Sul, desde que assim o queiram. Em 31 de janeiro de 1850, o decreto nº 518 estende o decreto de 1846 às colônias de S. Pedro de Alcântara em Santa Catarina e de Petrópolis no Rio de Janeiro.

A Lei de Terras de 1850 (nº 601 de 18 de setembro) em seu artigo 17 estabelece que *"Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem a sua custa exercer qualquer industria no Paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residencia pela fôrma porque o forão os da colonia de São Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio."*

(6)Lei nº 99 de 31 de outubro de 1835. Orçando a receita e fixando a despesa para os anos de 1836 e 1837. Título III, das disposições gerais, artigo 18.

COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1835. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1876. p. 116.

(7)COLLECÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1843. Op. Cit. p. 48.

Em 1855, na lei do orçamento para o exercício de 1856-1857, reaparece a preocupação em diminuir o preço da passagem aos imigrantes através da isenção dos impostos de ancoragem. Lei nº 840 de 15 de setembro de 1855. COLLECÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1855. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1896. p, 45.

(8)COLLECÇÃO DAS LEIS DO BRASIL DE 1837. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1876. pp. 76-80.

bro de 1837, busca

"proteger o colono e encorajar a imigração regulando o contrato que um fazendeiro brasileiro fizesse com um imigrante (...). Preparada por uma legislatura dominada por elementos achegados à grande lavoura, e confiada para sua execução a uma justiça também dominada por interesses agrícolas, a lei vem a ser severamente criticada"(9)

e atesta, sem dúvida, as crescentes preocupações dos latifundiários em relação ao problema da mão-de-obra.

No Rio Grande do Sul, irrompe em 1835 a Revolução Farroupilha, que devido às dificuldades impostas pela desorganização da província, afasta a possibilidade de continuação do processo imigratório iniciado em 1824 até pelo menos o final de 1844.

Em 1848, a lei orçamentária nº 514, do governo geral, em seu artigo 16, dita:

"A cada huma das Provincias do Imperio fição consedidas no mesmo, ou em differentes lugares de seu territorio, seis leguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas a colonisação, e não poderão ser roteadas por braço escravo.

Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos enquanto não estiverem effectivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao dominio Provincial se dentro de cinco annos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição."(10)

Preocupa-se com a efetiva colonização dos lotes distribuídos e toma o cuidado de ressaltar que não podem ser usados escravos no aproveitamento dos mesmos. Passa às províncias a tarefa colonizadora que, apesar do Ato Adicional de 1834, permanecia como responsabilidade do governo geral.

(9) BROWNE, George P. Op. Cit. p. 42.

(10) "Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848 - Fixando a despesa e orçando a receita para o exercício de 1849-1850, e ficando em vigor desde a sua publicação."

COLLEÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1848. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1849. p. 35-6.

Em 4 de dezembro de 1851, o governo provincial do Rio Grande do Sul promulga a lei nº 229(11) dispondo sobre as terras devolutas tratadas na lei de orçamento nº 514 para a colonização, determinando que a distribuição das terras seja feita gratuitamente (Art. 9º) e estruturando a administração da empresa colonial na província. Esta lei provincial contraria a Lei de Terras de 1850, ainda não regulamentada, e de certa forma desobedece determinação do governo geral, que em ofício reservado datado de 3 de agosto de 1848, declara:

"Em officio dessa presidência, nº 15, datado de 9 de fevereiro ultimo, foram presentes a Sua Magestade o Imperador os motivos por que a mesma presidencia entendeu não dever sancionar os dous projectos de lei da Assembleia Provincial, nº 81 e 85, sobre o estabelecimento de colonias agricolas na Serra dos Tapes no municipio de Rio Pardo, declarando porém a presidencia que anuiria a elles, se fossem modificadas amendas que exarou; e o mesmo Augusto Senhor, de tudo inteirado, houve por bem declarar que nem com as ditas emendas convêm que os referidos projectos sejam adotados; porque, com quanto uma das attribuições das Assembleas Provinciaes seja o de promover cumulativamente com a Assembleia e o Governo Geral o estabelecimento de colonias; todavia, ocupando-se actualmente a Assembleia Geral da confecção de uma lei de colonisação, muito importa que em matéria tão difficil e de tanto e tão geral interesse pa-

(11)A lei nº 229 de 4 de dezembro de 1851 estabelece a demarcação e medição das terras devolutas da província (Artigos 1º e 2º); autoriza a contratação de agentes na Europa para promoverem a imigração alemã (Artigos 3º, 4º, 5º e 6º); determina a distribuição gratuita de um lote de terras de cem mil braças quadradas na Colônia de Santa Cruz, ou em outras, a colonos casados, viúvos com filhos ou solteiros que se casarem na província (Artigos 7º, 8º e 9º); isenta os imigrantes das despesas de transporte do porto de Rio Grande até as colônias e estabelece o suprimento inicial de ferramentas e sementes (Artigo 10º); obriga a efetiva ocupação dos lotes concedidos no prazo máximo de dois anos (Artigo 11º); cria a administração das colônias e da imigração (Artigos 12º, 13º e 14º); financia a propaganda na Alemanha buscando despertar o desejo de emigração para a província (Artigo 15º) e finalmente, concede lotes nas colônias que se fundarem (Artigo 16º).

PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Índice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o anno de 1835 até o de 1851. Porto Alegre, Tipografia Rio-Grandense, 1872.

ra todo o Imperio, não sejam às vistas d'aquella medida geral, contrariados os actos legislativos provinciaes que com ellas não se conformem.

Em vista, pois, do que fica expedido, ordena Sua Magestade o Imperador que V. Excelência não só empregue todos os meios ao seu alcance para que não se proponham por ora, ou não passem na Assembleia dessa provincia novas leis a tal respeito; mas também promova a revogação das que por ventura já estiverem sancionadas. O que comunico a Vossa Excelência, para seu conhecimento e execução. Rio de Janeiro, Ministério dos Negócios do Império."(12)

Fora do mérito da questão, que não cabe aqui discutir, a verdade é que a lei nº 229 se antecipa à Lei de Terras de 1850 cuja aplicação só foi realmente efetivada com a sua regulamentação em 1854(13).

A preparação da Lei de Terras já havia sido iniciada no ano de 1838, quando são introduzidos na Câmara dos Deputados dois projetos que propõem apoio do governo geral à causa da imigração.

"Quando vieram a debate pela primeira vez em 1840, a Câmara logo resolveu que deveriam fazer parte de um projeto que autorizasse o governo a vender terras públicas, embora nenhum tivesse mencionado terras públicas ou devolutas. Da comissão encarregada da questão logo veio novo projeto incorporando muito dos projetos de 1838. A influência destes projetos ainda se vê claramente no projeto adotado pela Câmara em 1843, o qual serviria de base para a versão final da lei de 18 de setembro de 1850 que se elaboraria no Senado."(14)

(12)ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Correspondência do Ministério dos Negócios do Império. AHRGS B-1.96.

(13)Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, manda executar a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. COLLECCÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1854. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1854. pp. 10-28.

(14)BROWNE, George P. Op. Cit. p. 44.

O projeto de 1843 encontrou extensa oposição da aristocracia latifundiária temerosa de perder parcelas de suas propriedades, nem sempre licitamente adquiridas; e absolutamente contrária a toda medida tendente à formação de uma classe de pequenos proprietários que com seu trabalho livre poderiam vir a plantar café e, assim, transformar-se em concorrentes da grande exploração cafeeira escravista. Deste modo, a lei sobre terras devolutas só é aprovada depois de anos de lutas parlamentares e não por acaso quase ao mesmo tempo que a lei que extingue definitivamente o tráfico de escravos. A própria morosidade com que se processa a sua regulamentação parece atestar os temores da aristocracia conservadora diante da necessidade da realização do capitalismo no Brasil, que se faz contraditoriamente sobre o desenvolvimento, em outras partes do Império, da pequena produção agrícola que assume um caráter complementar em relação à grande produção agroexportadora, garantindo, em última análise, a sua própria permanência(15).

Emilia Viotti da COSTA coloca que

"Uma leitura dos debates parlamentares revela um conflito entre duas diferentes concepções de propriedade da terra e de política de terras e de trabalho - concepções estas que representam uma maneira moderna e outra tradicional de encarar o problema.

(15) GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 134.

"...as resistências à promulgação dessa lei foram muito grandes, bastando ver que o projeto, apresentado em 1843, demorou no Senado sete anos, voltando para a Câmara, depois de várias alterações, só no ano de 1850. Nesse mesmo ano, durante sua discussão, um deputado teve ocasião de manifestar suas preocupações quanto às conseqüências que dela poderiam resultar e advertia: 'esta lei (...) só serve para pôr em conflito toda a propriedade do país; por isto (...) deve ser muito meditada, muito discutida, porque pode ser um presente funesto e muito fatal que se faça ao país!'. Por fim, mesmo aprovada, ficou sem ser executada durante quatro anos, até surgir seu Regulamento, baixado em 1854."

* Anais do Parlamento Brasileiro, Segunda Sessão de 1850, Rio de Janeiro, 1880. p. 732. Apud GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. Cit.

O conflito entre esses dois diferentes pontos de vista reflete a transição, iniciada no século XVI mas concluída apenas no século XX, de um período no qual a terra era concebida como sendo domínio da Coroa, para um período no qual a terra tornou-se de domínio público; de um período no qual a terra era doada principalmente como recompensa por serviços prestados à Coroa, para um período no qual a terra é acessível apenas àqueles que podem explorá-la lucrativamente; de um período no qual a terra era vista como sendo uma doação em si mesma, para um período no qual ela representa uma mercadoria; de um período no qual a propriedade da terra significava essencialmente prestígio social, para um período no qual ela representa essencialmente poder econômico. A mudança de atitudes em relação à terra corresponde à mudança de atitudes frente ao trabalho; escravidão e certas formas de servidão foram substituídas pelo trabalho livre."(16)

A lei nº 601 de 1850, no que diz respeito à demarcação, medição, venda e fixação do preço das terras devolutas, baseia-se quase que integralmente no sistema adotado pelos Estados Unidos(17), o que não deixa de ter sentido, uma vez que a política de terras americana somada a incansáveis esforços pela atração de imigrantes europeus produz um fabuloso mercado de mão-de-obra, que no caso americano se situa principalmente nas cidades. HOBBSAWM(18) afirma que em 1880 somente 10% dos imigrantes nos Estados Unidos ainda se dedicam à agricultura, a absoluta maioria deles encontra emprego na construção de ferrovias, nas minas e na crescente indústria urbana, enquanto que para o começo do século XIX o quadro é inverso.

(16)COSTA, Emilia Viotto da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: _____ . Da monarquia à República; momentos decisivos. São Paulo, Brasiliense, 1985. 3. ed. p. 141.

(17)COSTA, Emilia Viotti da. Op. Cit. pp. 139-61.

(18)HOBBSAWN, E. J. Las migraciones. In: _____ . La era del capitalismo. Barcelona, Guadarrama, 1977. v. 2. p. 49.

O fato é que, com a promulgação da Lei de Terras de 1850, o governo cria um instrumento legal que define as formas de acesso à terra e uma política de colonização, desta feita voltada para a satisfação dos anseios de alguns setores da agricultura nacional, interessados (diante do novo quadro provocado pela lei de supressão do tráfico negreiro) na utilização da mão-de-obra imigrante.

A lei nº 601, regulamentada em 1854, cria um aparato burocrático administrativo para executá-la, a Repartição Geral das Terras Públicas e seus equivalentes provinciais. Garante, através da legitimação e registro, as posses dos sesmeiros e posseiros já estabelecidos, manifestando neste aspecto a preocupação em pôr fim à ocupação estralegal do solo. Reserva terras devolutas para o assentamento de indígenas nas regiões onde eles existem; reserva também uma faixa de dez léguas de terras devolutas junto às fronteiras do Brasil com outros países, para o estabelecimento de colônias militares. Defende as terras devolutas e as propriedades particulares de possíveis invasões; e o mais importante, estabelece uma única forma de acesso à terra: a compra, transformando a terra, um elemento natural não produzido pelo trabalho humano, em equivalente de capital, isto é, mercadoria, monopólio de quem pode pagar por ela.

GUIMARÃES(19) considera a Lei de Terras uma perfeita aplicação das teses de WAKEFIELD(20) na medida em que dificulta o livre acesso à terra, por meio de posse, e procura obrigar os

(19)GUIMARÃES, Alberto Passos. Op. Cit. p.p. 110-3, 132 e 134.

(20)As teses de Edward Gibbon WAKEFIELD (1796-1862), economista inglês, são explicadas e discutidas por MARX, Karl. A teoria moderna da colonização. In: . O capital; crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural, 1984. v. 1. tomo 2. Capítulo XXV. pp. 295-302.

imigrantes a empregarem sua força de trabalho nas grandes lavouras.

A Lei de Terras é uma medida que cria no Brasil um mercado de trabalho na dimensão em que separa proprietários dos meios de produção de um lado e proprietários de força de trabalho (livre) de outro e coloca como única alternativa para os últimos o trabalho e a poupança como forma, ainda que remota, de passar de uma a outra condição. Este propósito adapta-se perfeitamente aos interesses dos grandes proprietários de São Paulo e do Rio de Janeiro, então centros hegemônicos da economia brasileira, mas não inteiramente aos interesses da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Na província meridional a colonização se faz premente pelos seguintes motivos básicos: 1º) a constituição de uma agricultura voltada para o mercado interno, uma vez que a florescente agricultura gaúcha da segunda metade do século XVIII e início do XIX não se restabelecera da crise do trigo e dos efeitos da Revolução Farroupilha; 2º) a povoação da província através da criação de comunidades agrícolas sedentárias, que possibilite a reconstituição de uma sociedade dualista no Rio Grande do Sul, baseada na agricultura e na criação de gado e não somente na última. O poder e o prestígio dos estancieiros após a crise do trigo e a desagregação das comunidades agrícolas açorianas, provoca o seu afastamento político-ideológico dos interesses do Império e a sua crescente identificação com seus iguais platinos, liberais e republicanos, acelerando a eclosão e prolongando a guerra civil entre 1835 e 1845. A existência de comunidades agrícolas, especialmente de pequenos e médios proprietários caracteristicamente conservadores, restabeleceria o equilíbrio e a ordem política, ainda mais se fossem por imigrantes habituados e afeitos ao regime monárquico.

A diferença entre a realidade das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro e a do Rio Grande do Sul é percebida com muita propriedade por SINIMBU, em seu relatório à Assembléia Provincial, em outubro de 1854:

"Dous systemas de colonisação se disputam hoje no Imperio; o primeiro fundado no principio da parceria, (...) este systema foi iniciado pelo Senador Vergueiro na Provincia de São Paulo, e tem sido seguido por outros fazendeiros na mesma provincia e na do Rio de Janeiro; o segundo é o systema de pequena propriedade (...). O primeiro que não é senão um meio de transição para se chegar ao segundo, pode ser aplicado com vantagens n'aquellas provincias, cujas propriedades demandam reunião de braços, e cujos productos podem supportar a partilha dos lucros. Nas fábricas de assucar e nas fazendas de café, será elle por ora o único admissível mas não poderá ser applicável à esta provincia, cuja producção nem demanda reunião de braços, nem é tão valiosa que os lucros possam ser divididos. É obvio, pois, que o systema de pequenas propriedades é o que lhe convém, e na verdade tem sido o único applicado."(21)

Esta consciência, a respeito da realidade da província, reflete-se na lei provincial nº 304 de 30 de novembro de 1854 (22), uma adaptação gaúcha da Lei de Terras, promulgada e regulamentada por Cansansão de SINIMBU. Esta lei, considerada crucial para a província, a ponto de KOSERITZ(23) afirmar que a colonização no Rio Grande do Sul só passa a existir efetivamente a partir dela, merece uma discussão mais detalhada:

(21) SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. Relatório do Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre, Tip. Rio-Grandense, 1854. p. 25.

(22) COLLECÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre, Tip. Rio-Grandense. 1854.

(23) RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Porto Alegre, Jornal do Comércio, 1867. p. 9.

- Em seu artigo 1º fica estabelecido que a colonização do Rio Grande do Sul deve ser feita com base na venda das terras devolutas a que se refere o artigo 16 da lei orçamentária nº 514 de 1848, ou das compradas de terceiros pelo governo provincial. Este artigo suscita algumas questões;

1 - Desconhece, nesse momento, o governo provincial a extensão das terras devolutas da província e a sua potencialidade para a colonização, a ponto de cogitar da compra de terras para tal fim?

É praticamente impossível supor que o governo (incluindo o presidente e a assembléia provincial) desconheça a vastidão das terras a serem colonizadas no Rio Grande do Sul. A maior parte do planalto a noroeste e nordeste permanece despovoado, imensas regiões aguardam aí e nos vales dos rios da depressão central a ocupação humana.

2 - É a empresa colonial, no Rio Grande, premeditada e desta forma recai a localização das colônias exatamente sobre terras não devolutas, daí a necessidade da compra delas pela província?

Que a empresa colonial é premeditada é óbvio, confirmam-no todos os autores que tratam do assunto e os documentos a respeito; veja-se Soares de ANDRÉA, em um aditamento a Assembléia Provincial em 4 de março de 1848:

"(...) convém estabelecer colonias - (...) nos lugares em que nossa agricultura esteja abandonada, e falta de exemplos, ou de estímulos como esteve esta capital antes da colônia de S. Leopoldo e como está a de Rio Grande, Pelotas, e outras povoações notáveis e toda a província ao sul do rio Ibicuí, aonde se desconhece quanto é plantação. Para estes lugares convém até comprar, terrenos para dar aos colonos estrangeiros que levem ali o desenvolvimento, a variedade de alimentos, e a fatura que falta." (24)

(24) ANDRÉA, Francisco José Soares de. Additamento do presidente da Província à Assembléia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Jornal do Comercio, 1848. p. 19.



DIAGRAMA MORFOLOGICO

Adaptado do desenho de MIRON ZAION

Ora, junto das povoações citadas por ANDRÉA, as terras estão ocupadas pelas estâncias e a única forma de transformá-las em colônias de estrangeiros, pequenos proprietários, é comprá-las; mas a aristocracia latifundiária gaúcha tem na terra seu fundamento e abrir mão dela é, neste momento, abrir mão de poder, mesmo porque o valor do capital monetário como atributo de uma classe ainda não é difundido neste meio; daí a explicação para o facto de que as colônias depois de 1845 sejam fundadas de São Leopoldo em direção ao oeste, quase em linha reta, acompanhando a depressão formada pelo vale do Rio Jacuí, nos contrafortes da Serra Geral e nas bordas da mata, regiões desprezadas pela pecuária e que uma vez povoadas possibilitariam abrir as comunicações entre a porção sul e a porção norte da província (a Campanha e o vale do navegável Jacuí com o planalto - os Campos de Cima da Serra).

3 - Há a intenção de beneficiar, através da compra de terras particulares para a colonização, grupos de aristocracia gaúcha ligados ao governo provincial?

É possível, mas somente um apurado levantamento dos registros de concessões de terras realizadas entre 1850 e 1854 pode comprovar esta suspeita. Contudo, não é desconhecido que antes de 1854, quando a lei geral de 1850 se torna efetiva e proíbe a aquisição de terras por outro meio que não a compra, especuladores, membros da aristocracia, colonos antigos de S. Leopoldo e estrangeiros ligados ao governo provincial(25) agem rá-

(25) Entre as grandes fazendas distribuídas nos vales dos rios Caí e Taquari que são transformadas em colônias particulares, podem ser citadas as de Tristão Jozé MONTEIRO (Mundo Novo), Guilherme WINTER (Bom Princípio), Santos GUIMARÃES (Caí), Vitorino Jozé RIBEIRO (Estrela), Antônio Fialho de Vargas (Conventos), Cel. Antônio J. S. MARIANTE (Mariante), José Inácio TEIXEIRA (Pareci), Francisco Antônio BORGES (Rio Pardense), Santos PINTO (Conventos Vermelho - Roca Sales), entre outros.

pidamente tomando posse de grandes áreas, especialmente ao longo dos rios Caí e Taquari, que mais tarde são loteadas e transformadas em colônias particulares. Nem mesmo Santa Cruz, fundada em dezembro de 1849 em Rio Pardo, sob a lei provincial 229, foge do assédio dos especuladores que têm suas posses confirmadas por títulos distribuídos entre outubro de 1850 e setembro de 1851, como se vê na relação que segue:

"Relação das datas de terras concedidas na Picada Santa Cruz, com declaração das datas dos títulos de concessão das pessoas que as obtiverão e da quantidade de braças;

- Em 10 de outubro de 1850 - ANTONIO JOZÉ B. MACHADO, uma área de 1/4 de légua quadrada ou 2.250.000 braças quadradas.
- Em 12 de outubro de 1850 - JOAQUIM BAPTISTA DA SILVA, *idém.*
- JOZÉ PINTO DA FONSECA GUIMARÃES, *idém.*
- Em 10 de dezembro de 1850 - PEDRO KLEUDGEN*, *idém.*
- JOÃO SEVERIANO PESSOA DE ANDRADE uma data de terra nos matos da estrada de Rio Pardo para Cima da Serra em uma das margens do arroyo Taquary Mirim com 1/4 de legua de frente por uma dita de fundos.
- CANDIDO JOZÉ DA COSTA, uma data no mesmo lugar com 1/4 de legua.
- ANTONIO ROIZ. DE CASTRO, uma data no mesmo lugar com 1/4 de legua.
- Em 14 de dezembro de 1850 - FELIPPE KELM, uma data no mesmo lugar com o mesmo 1/4 de legua.
- Em 23 de dezembro de 1850 - GASPAR PINTO BANDEIRA, uma área de 1/4 de legua quadrada ou 2.250.000 braças quadradas.
- FRANCISCO CANDIDO DE CASTRO MENEZES, *idém.*
- Em 24 de dezembro de 1850 - FELIPPE DE NORMANN**, *idém.*
- LUIZ ANTONIO BOTELHO DE CARVALHO *idém.*
- JOAQUIM DA CRUZ FERREIRA SOARES, *idém.*
- LUIZ MANOEL MARTINS DA SILVA, *idém.*
- Em 25 de fevereiro de 1851 - MARCOLINO JOZÉ DE SOUZA, *idém.*
- FRANCISCO PEREIRA CALDAS, *idém.*
- ANTONIO JOZÉ DE ARAUJO BASTOS, *idém.*
- FRANCISCO PINTO DE CARVALHO, *idém.*
- JOZÉ CANDIDO ROIZ, FERREIRA PEREZ, *idém.*

*Em 15 de março de 1851 - JOAQUIM BALBINO CORDEIRO, idêm.
- FREDERICO HEYDTMANN***, idêm.*

Thres deste forão contemplados na relação enviada ao Engenheiro VASCONCELLOS, mas a quem não se passarão títulos, os seguintes: ALVARO SOARES DE ANDRÉA, FRANCISCO SOARES DE ANDRÉA E FRANCISCO ANTONIO DA SILVA BITENCOURT". (26)

Como se vê, são distribuídos 21 títulos de posse, somando a apreciável quantia de 47.250.000 braças quadradas na área da picada que dá origem à colônia de Santa Cruz, o que equivale a cerca de 22.869 hectares concedidos a elementos de tradicionais famílias de Rio Pardo e Porto Alegre ligados ao governo provincial. Aparecem na relação funcionários da província, como Peter KLEUDGEN* (1811-1888), um engenheiro alemão chegado ao Rio Grande do Sul antes de 1849, nomeado em 1851 como agente promotor da imigração alemã pelo governo, conforme a determinação do artigo 3º da lei provincial nº 229; assina um contrato em que se obriga a introduzir na nova colônia de Santa Cruz até dois mil colonos no prazo de dois anos; Felipe de NORMANN** (1818-1862), outro engenheiro alemão que deve ter chegado à província em 1848 e nomeado engenheiro provincial em 1853; e, finalmente, o também engenheiro Frederico HEYDTMANN*** (1802-1876), alemão contratado em 1850 pelo presidente Soares de ANDRÉA como arquiteto e prático de obras (27). Na relação aparecem ainda, apesar de não terem (ainda) recebido títulos, parentes (talvez filhos) do presidente Francisco José de Souza Soares de ANDRÉA (Barão de Caçapava - 1781-1858): Álvaro Soares de ANDRÉA e Francisco Soares de ANDRÉA.

Prosseguindo com a análise da lei provincial nº 304, tem-se o seu artigo 2º:

(26) Documento encontrado na caixa 286 - Santa Cruz - ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

(27) Os dados sobre os funcionários provinciais são de BARRETO, Abeillard. Bibliografia Sul-Riograndense. Rio de Janeiro, CFC, 1973. v. I e 1976. v. II.

"O presidente da Provincia empregara as quantias annualmente consignadas pela Assembleia Provincial na compra de terras usadas para lavoura as quaes mandara medir, dividir e demarcar em lotes de cem mil braças quadradas para serem expostos a venda aos colonos, sendo o preço mínimo de cada lote 300.000 rs."
(28)

Este artigo fixa o tamanho dos lotes coloniais, no Rio Grande do Sul, bem abaixo do determinado pela Lei de Terras: *"lotes ou quadrados de quinhentas braças por lado, demarcadas convenientemente"*(29), e estabelece um preço mínimo bem acima do estabelecido na lei geral:

"...fixado antecipadamente e pago à vista, de meio real, hum real, real e meio, e dous réis, por braça quadrada, segundo for a qualidade e situação dos mesmos lotes."(30),

300\$000 réis por um lote colonial de cem mil braças quadradas correspondem, nesta época, a uma quantia realizável com a colocação no mercado de 38 sacos de feijão (8\$000 rs. o saco), ou 100 sacos de milho (3\$000 rs. o saco) ou ainda 60 arrobas de fumo (5\$000 rs. a arroba), um preço bastante alto, considerando-se a necessidade de desbravamento e conseqüentemente os baixos índices de produtividade nos primeiros anos de ocupação econômica dos lotes. Tomando somente este artigo da lei nº 304, chega-se à conclusão de que a intenção do governo provincial é atrair imigrantes que possuam algum pecúlio e que possam pagar o preço dos seus lotes, mas ao passar-se para o artigo 4º, que estabelece que a venda pode ser feita a prazo (o que também contraria a Lei de

(28)COLLECÇÃO DE LEIS E REGULAMENTOS... Op. Cit.

Um lote de 100.000 braças quadradas equivale a 48,4 hectares.

(29)Parágrafo 1º do artigo 14º da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.

Um lote de 500 braças em quadro equivale a 250.000 braças quadradas ou 121 hec.

(30)Parágrafo 2º do artigo 14º da lei nº 601 de 18 de setembro de 1850.

Terras) que não exceda a cinco anos(31), esta conclusão parece apressada, mais ainda com o exame do artigo 5º(32) que autoriza o adiantamento de 50\$000 réis de auxílio para a passagem de cada colono "*qualquer que seja sua idade ou sexo*" com obrigação de reembolso no prazo e nas condições do artigo 4º; desta forma, ganha força a idéia de que se quer obrigar que os colonos, uma vez estabelecidos, se voltem para a produção de excedentes que se realizem no mercado possibilitando a formação de pecúlio para o pagamento da dívida colonial contraída e assim abasteçam as cidades e povoações referidas por ANDRÉA(33) e confirmem, levando esta condição ao limite, o papel complementar da economia gaúcha no quadro da economia nacional, organizada por São Paulo e Rio de Janeiro na forma de um modelo econômico primário-exportador.

Há ainda outro aspecto da lei provincial nº 304 que não pode ser olvidado: é o que diz respeito à proibição do uso, pe-

(31)No artigo 6º do Regulamento da lei nº 304 fica estabelecido que "*Nos dous primeiros annos nada se exigirá do colono, no fim de thres annos pagará uma décima parte do valor da terra; no fim de quatro annos duas décimas partes e no fim de 5 annos as décimas partes restantes*". Após estes prazos fica o devedor obrigado a pagar o juro de 1% ao mês, até o efetivo quitamento da dívida (artigo 8º do Regulamento) até o prazo máximo de dois anos, contados depois de vencido o prazo inicial, quando o lote reverte ao domínio provincial com indenização dos pagamentos e benfeitorias realizadas pelo colono.

REGULAMENTO PARA A VENDA DE TERRAS EM LOTES OU PRASOS COLONIAES NA PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL, CONFORME AS DISPOSIÇÕES DA LEI PROVINCIAL Nº 304 DE 30 DE NOVEMBRO DE 1854. In: SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. Relatório com que o Sr. Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a Presidencia da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello no dia 30 de junho de 1855. Porto Alegre, Tipografia Mercantil, 1855. p.p. 53-5.

(32)Além do auxílio de 50\$000 réis para a passagem da Europa até a província, o Regulamento da lei provincial nº 304 acrescenta a concessão de subsídios aos mais necessitados, "*por 3 mezes na razão de 200 rs. por dia aos solteiros, e de 160 rs. a cada pessoa de familia maior de dous annos, inclusive os paes*", vantagem que aparece somente no Regulamento.

REGULAMENTO(...) DA LEI PROVINCIAL Nº 304(...). Op. Cit. p. 54.

(33)ANDRÉA, Francisco José Soares de. Op. Cit. p. 19.

los colonos, de mão-de-obra escrava (artigo 89), uma reafirmação que dá maior latitude à condição do Rio Grande do Sul, neste momento, como fornecedor desta preciosa mercadoria para o centro do país e não dela consumidor.

Em resumo, tanto a lei 304 como todas as providências oficiais anteriores evidenciam, principalmente no Rio Grande do Sul, que a questão da colonização através de imigrantes europeus se insere no contexto das contradições impostas pelo desenvolvimento do sistema capitalista de produção e na destruição do regime escravocrata, que se manifestam através da difusão e propaganda das idéias liberais. É o liberalismo o esteio sobre o qual se desenvolve, na segunda metade do século passado, o capitalismo no Rio Grande do Sul: são os liberais que fomentam os ideais de liberdade, trabalho e progresso; são eles os abolicionistas e os incentivadores da imigração no extremo sul do Brasil. Fernando Henrique CARDOSO (34) discute esta questão quando analisa a desintegração da ordem escravocrata e a opção por uma mão-de-obra livre que desempenhe o papel de regeneradora e civilizadora. Esta mão-de-obra não é a dos escravos eventualmente livres "(...) incapaz de operar o milagre desejado: a radicação (...) de uma população industriosa e civilizadora". (35).

A sociedade gaúcha abalada, principalmente do ponto de vista econômico, busca saídas nos primados do liberalismo: em 1848 ANDRÉA deixa clara a profundidade da influência liberal no discurso político do governo provincial, ao julgar indispensável a instalação de colônias "*adquirindo-se assim melhores methodos*

(34) CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. S. Paulo, DIFEL, 1962. Principalmente o cap. V. p.p. 206-68.

(35) Idem. p. 210.

de agricultura, as artes, e a industria, qua ainda não temos (...)"(36), o que se deseja é, sem dúvida, renovar os processos e as relações de trabalho para a implantação de uma economia capitalista. Adiante, no mesmo relatório, ANDRÉA insiste que

"(...) em todas as colonias, (...) deve ser proibida a existência de escravos, e acostumar os colonos, desde o princípio, a pagarem o culto, a instrução, e determinado pezo de prata."(37)

Esta instrução, somada à do artigo 8º da lei 304 de 1854, deixa transparente a intenção de povoar o Rio Grande com colonos imigrantes que coloquem seu trabalho em função da produção para o mercado, única forma de pagar sua propriedade, os auxílios recebidos e dar conta da manutenção do culto, instrução e pagamento de impostos.

As colônias da 2ª fase da colonização estrangeira no Rio Grande do Sul

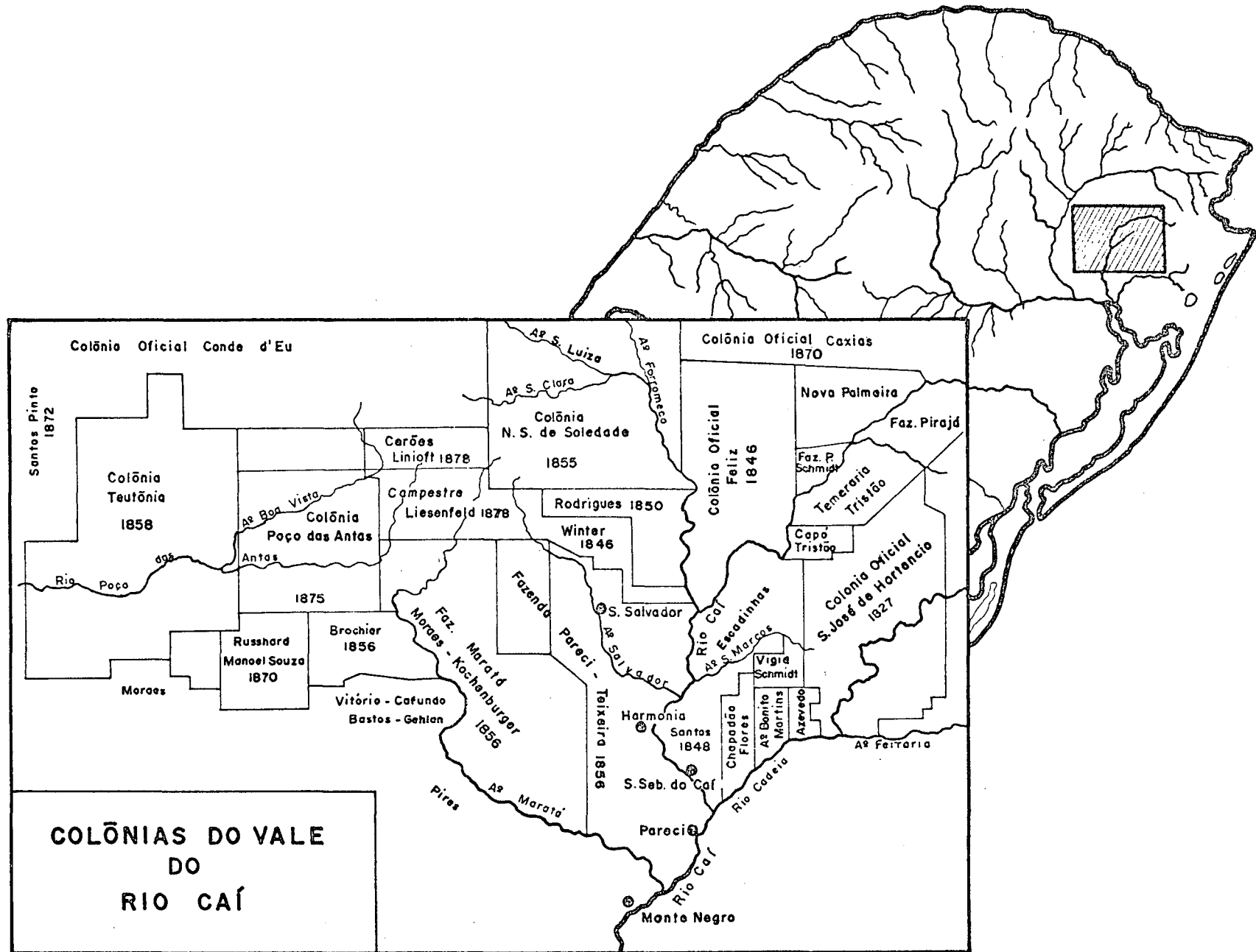
Até o começo da década de 1870, são fundadas no Rio Grande do Sul as colônias provinciais alemãs de Santa Cruz em 1849, Santo Ângelo em 1857, Nova Petrópolis em 1858 e Monte Alverne em 1859(38). Em 1869 e 1870 são fundadas pelo governo provincial as colônias italianas de Conde D'Eu e Dona Isabel(39)

(36)ANDRÉA, Francisco J. Soares de. Op. Cit. p. 19.

(37)Idem. p. 20

(38)Santa Cruz dá origem ao município de Santa Cruz do Sul criado em 1877, Santo Ângelo se transforma no final da década de 1860 no município de Agudo desmembrado de Cachoeira do Sul, Nova Petrópolis se torna município em 1954 e Monte Alverne compõe um dos distritos de Santa Cruz do Sul, também em 1877.

(39)Conde D'Eu dá origem ao município de Garibaldi e Dona Isabel ao de Bento Gonçalves.



COLÔNIAS DO VALE DO RIO CAÍ

FONTE: VERBAND DEUTSCHER VEREINE. Hundert Jahre Deutschum in Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tipografia do centro, 1924, p. 104.

logo transferidas para o governo geral. Neste mesmo período são fundadas inúmeras colônias particulares principalmente nos vales dos rios Caí e Taquari(40) colonizadas por imigrantes vindos diretamente da Europa e por um grande número de descendentes, especialmente dos primeiros troncos de São Leopoldo e Santa Cruz.

Santo Ângelo(41), criada por lei provincial de 30 de novembro de 1855, é instalada em 1857 quando nela se estabelecem os primeiros 119 colonos vindos da Alemanha. A colônia é situada dentro do município de Cachoeira distante da cidade cerca de 75 quilômetros e bastante próxima do Rio Jacuí (cerca de 12 quilômetros). O desenvolvimento da colônia é bastante lento principalmente devido aos problemas de comunicação. No final de 1866 sua população é de 825 habitantes, que ocupam 194 domicílios. A distribuição etária da população é a seguinte:

IDADES	HOMENS	MULHERES
Mais de 50 anos	6	10
41 a 50 anos	38	37
31 a 40 anos	65	68
21 a 30 anos	71	71
11 a 20 anos	124	59
Até 10 anos	145	131
TOTAL	449	376

CONDIÇÃO	HOMENS		MULHERES	
Casados	166	37,0%	166	44,0%
Solteiros	283	63,0%	210	56,0%
TOTAL	449	100,0%	376	100,0%

(40)Uma relação de todas as colônias, inclusive as particulares, aparece em PELLANDA, Ernesto. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. p.p.142-3.

Também RAMBO, Pe. Balduino. A imigração alemã no Rio Grande do Sul; 1824-1914. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE: O Rio Grande Antigo. v. I. oferece um histórico da empresa colonial particular alemã nos vales dos rios Caí e Taquari.

(41)Todas as informações sobre a colônia de Santo Ângelo foram tiradas do RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p.p. 27-33.

COLÔNIA DE SANTO ÂNGELO - 1866

PRODUTOS AGRÍCOLAS

PRODUÇÃO

	ALQUEIRES
MILHO	11.640
BATATAS	7.198
FEIJÃO	3.321
ARROZ	582
TRIGO	297

EXPORTAÇÃO

	ALQUEIRES
MILHO	5.408
FEIJÃO	3.022
BATATAS	676
ARROZ	448

PRODUTOS ANIMAIS

EXPORTAÇÃO

	ARROBAS
TOUCINHO	582
MANTEIGA	60
BANHA	23

Como se vê, 55,6% da população tem até de 20 anos e 33,5% tem menos de 10 anos de idade. Tomando-se o número de domicílios (194) em relação ao número de famílias (167 - número de casados mais uma família que tem como cabeça uma viúva), tem-se o número de 27 domicílios singulares, isto é, ocupados por solteiros (certamente homens). Subtraindo-se o número de solteiros da população total (825) tem-se 798 indivíduos, número que tomado em relação ao número de famílias dá a média de 5 (4,8) pessoas por família. Estes dados demonstram que a população pioneira da colônia de Santo Ângelo é bastante jovem, sendo grande o número de solteiros que ocupam singularmente lotes e que as famílias são igualmente jovens, ou seja, de constituição recente, tomando-se para ensaio os dados fornecidos por KOSERITZ em 1867.

A produção agrícola da colônia em 1866 demonstra a preocupação em produzir para o mercado. Assim, 46% da produção de milho, 91% da produção de feijão, 77% da produção de arroz, 9% da produção de batatas inglesas e da produção de trigo são exportadas. A colônia destaca-se também na produção de tabaco, exportando cerca de 23% (251 arrobas) de sua produção. O cultivo de cana-de-açúcar também é importante, contribuindo para a exportação de 112 medidas de melado, 500 rapaduras e 3 pipas de aguardente. Este quadro oferece alguns indícios sobre os hábitos dos pioneiros, conservadores quanto à alimentação, destinam o feijão e o arroz, alimentos pouco conhecidos deles mas essenciais nas mesas brasileiras, quase que unicamente à exportação, o que não ocorre com o trigo e a batata, Esta última atingiu em 1866 a produção de 7.198 alqueires, quase totalmente consumidos pelos colonos(42). Também destinam-se para o consumo próprio a

(42)A batata inglesa, alguns legumes e o pão de centeio são, na primeira metade do século passado, a única alimentação da maioria da população camponesa da Alemanha.

totalidade da produção de cevada (51 alqueires) e de centeio (33 alqueires); o milho também é em grande parte consumido localmente na forma de farinha para pão e ração animal.

A criação de porcos é registrada como sendo, no ano de 1866, de 3.811 cabeças, mais de 4 animais por habitante da colônia de Santo Ângelo. Existem ainda 473 cabeças de gado vacum, das quais 411 vacas, e ainda alguns carneiros, cabras e inúmeras aves domésticas. A criação de animais permite que neste anos a colônia exporte 582 arrobas de toucinho, 23 de banha e 60 de manteiga.

No seu relatório de 1867, KOSERITZ reclama para Santo Ângelo o incremento da imigração estrangeira, pois considera seu crescimento populacional muito pequeno em relação a sua capacidade de receber de 3 a 4.000 colonos, necessários, segundo ele, para transformá-la em uma das mais florescentes colônias da província. KOSERITZ também reclama a atenção do governo provincial em relação às estradas que ligam a colônia a seus mercados, principalmente a estrada para Cachoeira. Ressalta ainda a necessidade de abrir uma nova estrada que ligue Santo Ângelo ao planalto (Cima da Serra), na verdade o objetivo inicial para a criação da colônia *"desde o principio destinada a abrir comunicação directa entre a Cruz Alta e a fronteira do Alegrete"*(43) e que permita de um lado o comércio dos colonos com os habitantes do planalto e de outro a utilização das terras devolutas nos contrafortes da serra, cobertas de hervais.

Outro problema levantado por KOSERITZ é o da instrução. Em 1866 há na colônia de Santo Ângelo duzentas crianças em idade escolar e os colonos, não podendo pagar professores particula-

(43)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 30.

res, reclamam um subvencionado pela província. O problema religioso, especialmente em relação aos protestantes, também é referido pelo Agente Intérprete:

"Em todas as colonias do governo geral são estipendiados os pastores evangelicos e aqui mesmo já se estipendia á pastores da dita religião; não é pois um precedente novo que se vai abrir, e tanto menos difficil seria tal concessão, quanto o espirito esclarecido da época e as manifestas tendencias á liberdade religiosa nos altos circulos do paiz, de alguma maneira proscrevem o espirito acanhado, que quer negar toda e qualquer protecção por parte do Estado aos cultos dissidentes da nossa sancta religião."(44)

De fato, o governo geral há muito vem adotando uma política de tolerância religiosa e em 1861, através do decreto nº 1.144 de 11 de setembro, faz extensivo aos que professam religião diferente da católica os efeitos civis dos casamentos, nascimentos e óbitos celebrados e registrados nestas religiões(45); mas KOSE- RITZ não está preocupado com a tolerância ou legalidade, deixa transparecer claramente seu pensamento sobre a importância da religião na manutenção da ordem e no desenvolvimento das colônias quando afirma que,

"A moralisadora influencia de comunidade morigeradas e bem dirigidas, embora de culto dissidente, não pôde ser negada e manifesta-se claramente em todas as colonias da pro-

(44)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 32.

(45)IMPÉRIO DO BRASIL. Collecção de leis do Império do Brasil de 1861. Tomo XXII, Parte I. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1862. p. 21.

"DECRETO n. 1,144 - de 11 de setembro de 1861: faz extensivo os efeitos civis dos casamentos, celebrados na forma das Leis do Império, aos das pessoas que professarem religião differente da do Estado, e determina que sejam regulados o registro e provas destes casamentos e dos nascimentos e óbitos das dittas pessoas, bem como as condições necessarias para que os Pastores das religiões toleradas possam praticar actos que produzão efeitos civis."

O Decreto nº 1.144 é regulamentado por outro decreto, o de nº 3.069 de 17 de abril de 1863. IMPÉRIO DO BRASIL. Collecção das Leis do Império do Brasil de 1863. Tomo XXVI, Parte II. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1863.

vincia, onde existem comunidades evangelicas, regidas por pastores capazes."(46)

Quanto à administração de Santo Ângelo, nesta época, era diretor o barão von KAHLDEN(47), elogiado por KOSERITZ como "*um dos funcionarios publicos mais intelligentes e zeloso cumpridor de seus deveres*" e considerado responsável pelo desenvolvimento da colônia, cuja dívida colonial soma em 1867 a importância de 75:258\$876 réis; porque até então nenhum dos colonos solvera seu débito para com os cofres provinciais.

Em agosto de 1858, chegam os primeiros colonos alemães à nova colônia provincial de Nova Petrópolis, fundada no território do município de São Leopoldo (7º distrito) junto da serra, numa região de vales profundos e montanhas escarpadas. A fundação da colônia objetiva a criação de um entreposto comercial junto da estrada geral que deveria ligar o porto do Guimarães no rio Caí aos Campos de Cima da Serra (Campos do Raposo - São Francisco de Paula).(48) Esta estrada, assim como a que presidiu a fundação de Santo Ângelo, só é aberta depois da década de 1870 com o começo da colonização italiana na serra gaúcha.

KOSERITZ(49), em seu relatório, diz que as terras de Nova Petrópolis são excelentes e que sua altitude faz com que nela

(46)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 32.

(47)Karl von KAHLDEN (1831-1910) nascido na Alemanha (Mecklenburg-Schwerin) "*Veio para o Brasil como alferes de infantaria (...) a 15/03/85 (...) diretor da colônia de Santo Ângelo (Agudo), desde 19/12/1857 até 1882 e seu administrador daí até 1885(...)*" BARRETO, Abeillard. Op. Cit. v. II. p. 738.

(48)A intenção é ligar a capital da província ao planalto, parte por via fluvial até o porto de Santos Guimarães no Caí e daí até os Campos de Cima da Serra passando pela colônia de Nova Petrópolis, transformada deste forma em um mercado intermediário, "*e ao mesmo tempo preparar pela abertura da estrada para os ditos campos uma via de comunicação, que passando pelo aldeamento de Nonohay, se dirigisse para as provincias do Paraná e Mato Grosso.*" RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 37.

(49)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p.p. 33-41.

Todos os dados não referenciados sobre Nova Petrópolis são emprestados do relatório de 1867.

se desenvolva extraordinariamente o cultivo do trigo, do centeio, da cevada, do linho, da colza, do milho e do feijão preto, o que não ocorre com o fumo e o algodão que aí não dão bem. Diversos produtos da colônia são premiados na Exposição Provincial e na Nacional de 1866 e na Universal de Paris em 1867:

"Treze diversas especies de feijão, trigo de todas as qualidades, centeios diversos, bellas amostras de arroz, amostras de differentes qualidades de cevada, ditas de avêa, differentes amostras de milho, de colza, de lentilhas, de grãa de bico, ervilhas, favas, linhaça, farinha de milho, de trigo, de centeio, de cevada e de avêa; de herva mate, de linho canhamo preparado de casca moída, de linho em planta, de tecidos de linho, de fios de linho, de canna de assucar, etc."(50)

O linho cultivado abastece a necessidade dos próprios colonos e chega em 1866 a produzir 10.000 varas de tecido (11 mil metros) demonstrando a existência de uma intensa atividade artesanal doméstica, ao considerar-se que na mesma época a população alcança pouco mais de mil habitantes. Quanto ao trigo, ele não resiste por muito tempo ao baixo nível técnico empregado em seu cultivo e às dificuldades de comercialização. A ênfase inicial parece justificar a idéia de que

"o trigo foi cultivado, em primeiro lugar, pelos colonos desejosos de afirmar a superioridade de sua condição, comendo pão branco"(51),

pois na Alemanha os camponeses se alimentavam, na maioria das regiões, exclusivamente com pão de centeio, sendo o trigo reservado ao fabrico do pão consumido pelas camadas mais abastadas da população.

(50)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 35.

(51)ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. v. 1. p. 245.

O quadro geral da colônia de Nova Petrópolis parece não conferir com o ufanismo dos relatórios oficiais. O abandono e o isolamento das picadas mais distantes, até o final do século passado, fazem com que seus habitantes chamem a colônia de "*Neu Betrübnis*", ou seja, "*Nova Tribulação*", uma reação às privações e sofrimentos dos pioneiros(52).

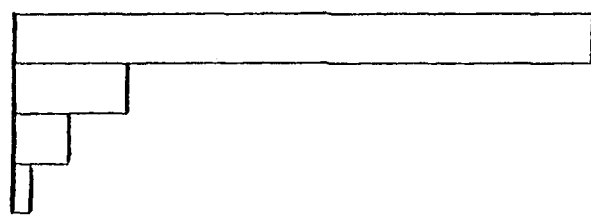
Monte Alverne, criada e instalada por ato do governo provincial de 8 de fevereiro de 1859 junto aos arroios Castelhana e Sampaio, em janeiro de 1860 é incorporada a Santa Cruz sendo administrada por um vice-diretor subordinado ao diretor desta. Em 1867, KOSERITZ comunica ao governo que os habitantes da colônia de Monte Alverne são extremamente pobres o que se deve em grande medida à

"anomala situação d'essa colonia, que como tal faz parte de Santa Cruz, ao passo que pertence ao município de Taquary (...) Todo o commercio, todo o movimento da colonia de Mont'Alverne, se faz para os lados de Santa Cruz; talvez nem um só colono de Mont'Alverne tenha ainda estado em Santo Amaro, não se faz n'aquelle infeliz districto baptisados nem casamentos catholicos, porque pertence á Santo Amaro; e o vigario d'ahi, nunca foi a Mont'Alverne (...) Os colonos de Mont'Alverne, que por causa dos pessimos caminhos e da distancia de Santo Amaro, tem de vender seus productos em Santa Cruz e sortir-se, ahi não tem credito, porque pertencendo a Santo Amaro o districto colonial de Mont'Alverne, os processos por dividas, (...) devem correr pelas autoridades de Santo Amaro, razão porque os negociantes de Santa Cruz (...) preferem não dar credito aos mont'alvernenses, e a falta de credito para o colono é a fome, a miseria, a nudez, visto que o colono compra todo o anno fiado, para pagar com os seus productos na occasião da colheita."(53)

(52)AMSTAD, Theodoro e PHILIPP, Arno. Hundert Jahre Deuschtum in Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1924. p. 83.

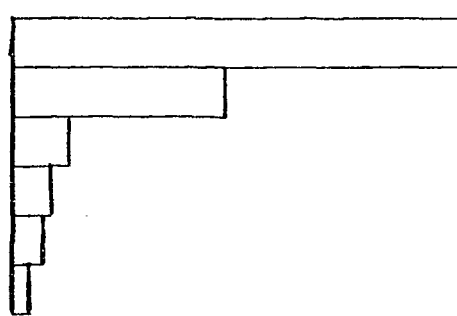
(53)RELATÓRIO (...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p.p. 25-6.

Apesar do isolamento, os colonos de Monte Alverne produzem, em 1866,

	milho- 12.975 alqueires,
	batata inglesa- 1.951 alqueires,
	feijão- 1.195 alqueires,
	outros cereais- 134 alqueires;
	(54)

além de 2.269 arrobas de tabaco e 269 de linho, este último transformado em 59 côvados (125 metros) de tecido(55). É grande a produção de legumes e de frutas, quase tudo consumido pelos próprios colonos(56).

A criação de animais na mesma época é a seguinte:

	1.727 aves,
	780 suínos,
	156 bovinos,
	119 eqüinos,
	33 muares,
	19 caprinos.(57)

(54)Mapas estatísticos da colônia de Santa Cruz e distrito colonial de Monte Alverne que acompanham o ofício nº 305, com data de 12 de dezembro de 1866, dirigido à Inspeção Geral das Colônias em Porto Alegre pelo Diretor da Colônia de Santa Cruz Pierre-François Alphonse MABILDE. AHRGS - Colonização 288.

Outros cereais compreendem: 419,5 alq. de cevada, 53 de ervilhas, 33 de centeio, 31 de trigo, 9 de favas e 8 alq. de arroz.

(55)Em 1866, há em Monte Alverne 12 rodas de fiar e 2 tecelões que praticam seu ofício. Mapas estatísticos (...) MABILDE. AHRGS - Colonização 288.

(56)MABILDE registra em Monte Alverne no ano de 1866 a existência de 1.506 pessegueiros, 573 laranjeiras, 243 figueiras, 132 pereiras e 22 bananeiras, apesar de informar que a prolongada seca de 1863, 1864 e 1865 e as extraordinárias geadas e o frio prolongado do 1866 tenham prejudicado muito os pomares.

Mapas estatísticos (...) MABILDE. AHRGS - Colonização 288.

(57)1.727 aves correspondem a 1.533 galinhas, 188 patos e 6 gansos; 156 bovinos somam 11 bois e touros, 71 vacas e 74 terneiros. Mapas estatísticos (...) MABILDE. AHRGS - Colonização 288.

Em 1869, a colônia de Monte Alverne ocupa uma área de duas léguas quadradas e tem uma população de 348 habitantes. Em 1872 esta população está aumentada para 389 habitantes, um acréscimo lento produzido principalmente pelas dificuldades de comunicação.

Em 1870, o presidente da província João SÉRTÓRIO(58) lamenta que a colônia de Monte Alverne, apesar de sua proximidade com três portos para a exportação de seus produtos (nos rios Taquari e Jacuí), não possua estradas transitáveis que a ligasse a eles. Em 1872, as primeiras providências são tomadas para melhoria das estradas que ligam a colônia a seus mercados(59) e os resultados são promissores. Em 1874 a colônia exporta 3.680 arrobas de fumo, 2.300 de toucinho e 720 arrobas de banha, além de 6.561 litros de aguardente e algum feijão e milho(60). Em 1880 já são cerca de 15.000 arrobas de fumo, 3.000 arrobas de banha e 8.900 alqueires de feijão (a metade de toda a produção)(61); este quadro se deve também à colonização das terras particulares nas cercanias de Monte Alverne e ao povoamento do chamado Faxi-

(58)RELATÓRIO COM QUE O SR.DR. JOÃO SERTORIO PRESIDENTE DESTA PROVINCIA PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA MESMA AO EXMº SR.DR. JOÃO CAPISTRANO DE MIRANDA E CASTRO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE NO DIA 29 DE AGOSTO DE 1870. Porto Alegre, Tipografia Rio-Grandense, 1870. p. 66.

(59)FALLA COM QUE O EXMº SR.DR. JOÃO PEDRO CARVALHO DE MORAES, PRESIDENTE DA PROVINCIA, ABRIU A 1ª SESSÃO DA 15ª LEGISLATURA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PROVINCIAL NO DIA 1º DE MARÇO DE 1873. Porto Alegre, Tipografia do 'Constitucional', 1873. p. 24.

(60)RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DE COLONIZAÇÃO. Porto Alegre, Tipografia Rio-Grandense, 1874. p. 7.

(61)RELATÓRIO COM QUE O EXMº SR.DR. JOAQUIM PEDRO SOARES PASSOU A ADMINISTRAÇÃO DA PROVINCIA DE S. PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL AO EXMº SR.DR. JOSÉ LEANDRO DE GODOY E VASCONCELLOS A 27 DE FEVEREIRO DE 1882. Porto Alegre, Tipografia do 'Conservador', 1882. p. 14.

nal dos Fagundes e adjacências(62) que facilitam as comunicações e criam um mercado consumidor mais próximo da colônia.

Sobre as colônias particulares(63) fundadas neste período e mesmo antes da Revolução Farroupilha, os dados para análise são escassos. Estas colônias resultam em inúmeras povoações e cidades, muitas das quais dão origem a sedes de diversos municípios. KOSERITZ coloca que

"(...) todos esses empresários de colônias particulares, não adoptarão sistemas especiais; elles vendem as suas terras divididas em prazos de dimensões maiores ou menores, ao preço que lhes convem, concedendo ordinariamente algum prazo para o reembolso do valor das terras e dos adiantamentos que por ventura tiverem feito os colonos."(64)

Alguns empresários chegam a adiantar a passagem da Europa aos colonos e fornecer-lhes subsídios e adiantamentos, que depois são reembolsados. Exemplo disto são os irmãos Baptista Pereira e os irmãos Fialho de Vargas, loteadores de imensas fazendas na margem direita do Rio Taquari.

(62) Terras da Sociedade das Colônias de Santa Emília e Sampaio, dos irmãos Enrique e Antônio Baptista Pereira que as loteiam a partir de 1865 aproveitando os serviços dos agrimensores provinciais que trabalham em Monte Alverne.

O Faxinal dos Fagundes é a sede de uma antiga sesmaria de Felisberto Fagundes cujas terras também são loteadas na mesma época por sua filha Brígida Joaquina do Nascimento. A povoação que se desenvolve no Faxinal recebe o primeiro nome de São Sebastião e mais tarde se transforma no município de Venâncio Aires, vizinho ao de Santa Cruz do Sul.

UMANN, Josef. Memórias de um imigrante boêmio. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981. Tradução e notas de FLORES, Hilda Hübner.

(63) Entre 1824 e 1889, segundo dados do livro 'Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul' comemorativo dos 100 anos do começo da imigração alemã, são fundadas 97 colônias particulares. Apud. OBERACKER Jr., Carlos H. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967. v. 3. p. 230.

(64) RELATÓRIO(...) CARLOS DE KOSERITZ. Op. Cit. p. 11.

SANTA CRUZ, 1849-1881

Para esclarecer as circunstâncias que marcam o desenvolvimento social e econômico dos habitantes da colônia de Santa Cruz no período que vai de sua fundação, em 1849, até sua emancipação e posterior transformação em município, em 1877, é necessário começar por analisar brevemente sua administração nesse período.

Em março de 1848 o presidente da província, Soares de Andréa, coloca diante da Assembléia Provincial do Rio Grande do Sul as razões pelas quais julga indispensável a colonização das vastas áreas desabitadas da província: 1ª) "...para levar a população a todos os lugares da província que a precisem"; 2ª) para trazer exemplos e estímulos aos lugares onde a agricultura esteja abandonada e conseqüentemente para cidades e povoações, "outrora notáveis", que estejam estagnadas "como esteve Porto Alegre antes da fundação da Colônia de São Leopoldo em 1824"; 3ª) para a manutenção das estradas recentemente abertas, através da distribuição de lotes ao longo delas para colonos antigos ou famílias brasileiras; 4ª) "para extinguir os tigres e obrigar os indígenas, que habitam com eles as matas, a procurar as civilizações" e, finalmente, nos lugares desertos da fronteira para travar a cobiça das populações platinas sobre o território gaúcho(1). No mesmo ano são tomadas as primeiras providências a

(1)RIO GRANDE DO SUL. Additamento feito ao relatório, que perante a Assembléa Provincial do Rio Grande de São Pedro do Sul; dirigido ao Exmo. Vice-Presidente em Sessão de 4 de março de 1848 pelo Illmo. e Exmo. Snr. Presidente da Província e Commandante do Exército em Guarnição Francisco Jozé de Souza Soares de Andréa, para ser presente á mesma Assembléa. Porto Alegre, Typographia do Jornal do Commercio, 1848. pp. 18-20.

respeito, principalmente diante das notícias de que uma grande quantidade de colonos estavam em viagem da Europa para o Rio Grande. O engenheiro João Martin BUFF(2), responsável, então, pela distribuição de lotes de terra em São Leopoldo, é encarregado de convidar algumas famílias para se estabelecerem em Rio Pardo, onde haveria terrenos apropriados para colônias. Também Christiano Falker, então encarregado da exploração do Rio Guaíba, é indicado para convidar até duzentos colonos para se estabelecerem no município de Cruz Alta. Como não há, ainda, uma legislação sobre o estabelecimento de colônias de estrangeiros, a orientação oficial é de que sejam asseguradas aos colonos as ferramentas, a passagem gratuita até o lugar do estabelecimento e alimentação durante o primeiro mês após a entrega do lote, que deveria ser de cem braças de frente e mil e seiscentas de fundo (160.000 braças quadradas)(3).

O empenho em descobrir novas alternativas para o estabelecimento de colonos que não a colônia de São Leopoldo, reside também na preocupação de uma parte da aristocracia gaúcha, da metade do século passado, com o crescimento (considerado exagerado) deste núcleo de imigrantes alemães. Esta preocupação fica bem expressa pelo próprio ANDRÉA em seu relatório de 1º de junho de 1849:

(2) Johann Martin Buff (1800-1880) nasceu em Rüdelsheim, perto de Franckfurt a. M. (Alemanha), veio para o Brasil em 1824, contratado como capitão de 28º batalhão de caçadores. Dando baixa, dedicou-se no Rio Grande do Sul à agrimensura e à engenharia, sendo nomeado, em 1858, diretor da colônia de Santa Cruz.

BARRETO, Abeillard. Bibliografia Sul-Riograndense. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973. v. I. pp. 218-19.

(3) RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 04 de março de 1848. Vice-Presidente João Capistrano de Miranda Castro. Porto Alegre, Typographia Porto-Alegrense, 1848. p. 16.

"A tendencia que tem todos os Colonos logo que chegam a esta provincia de se unirem aos seus Patrícios, tem tornado a Colonia de São Leopoldo maior do que era preciso; e como não devemos querer uma Allemanha entre nós, he justo que se prohiba a admissão de novos colonos n'aquelle lugar.

Para que isto se faça sem produzir grandes embarços, he tão bem indispensável ter sempre terras medidas, com os rumos bem abertos e gravados no terreno, para se poderem distribuir logo que um Colono se apresente."(4)

E é o próprio ANDRÉA quem coloca como alternativa, para a questão suscitada, as terras devolutas descobertas junto da estrada que está sendo aberta entre Rio Pardo, passando pelo Rincão del Rei, e Cruz Alta, no planalto (em Cima da Serra)(5), onde autorizou a medição de quartos de légua e a sua distribuição a brasileiros que se obrigam a dobrar às suas custas a largura da estrada, com que se confrontam os lotes, e a edificar suas casas junto dela. Aí, segundo ANDRÉA, podem ser admitidos colonos estrangeiros "quando assim o queirão; e cheguem a tempo"(6).

(4)RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Tenente General Francisco Jozé de Souza Soares de Andréa na Abertura da Assembléa Provincial no 1º de junho de 1849. Porto Alegre, Typographia Porto-Alegrense, 1849. pp. 7-8.

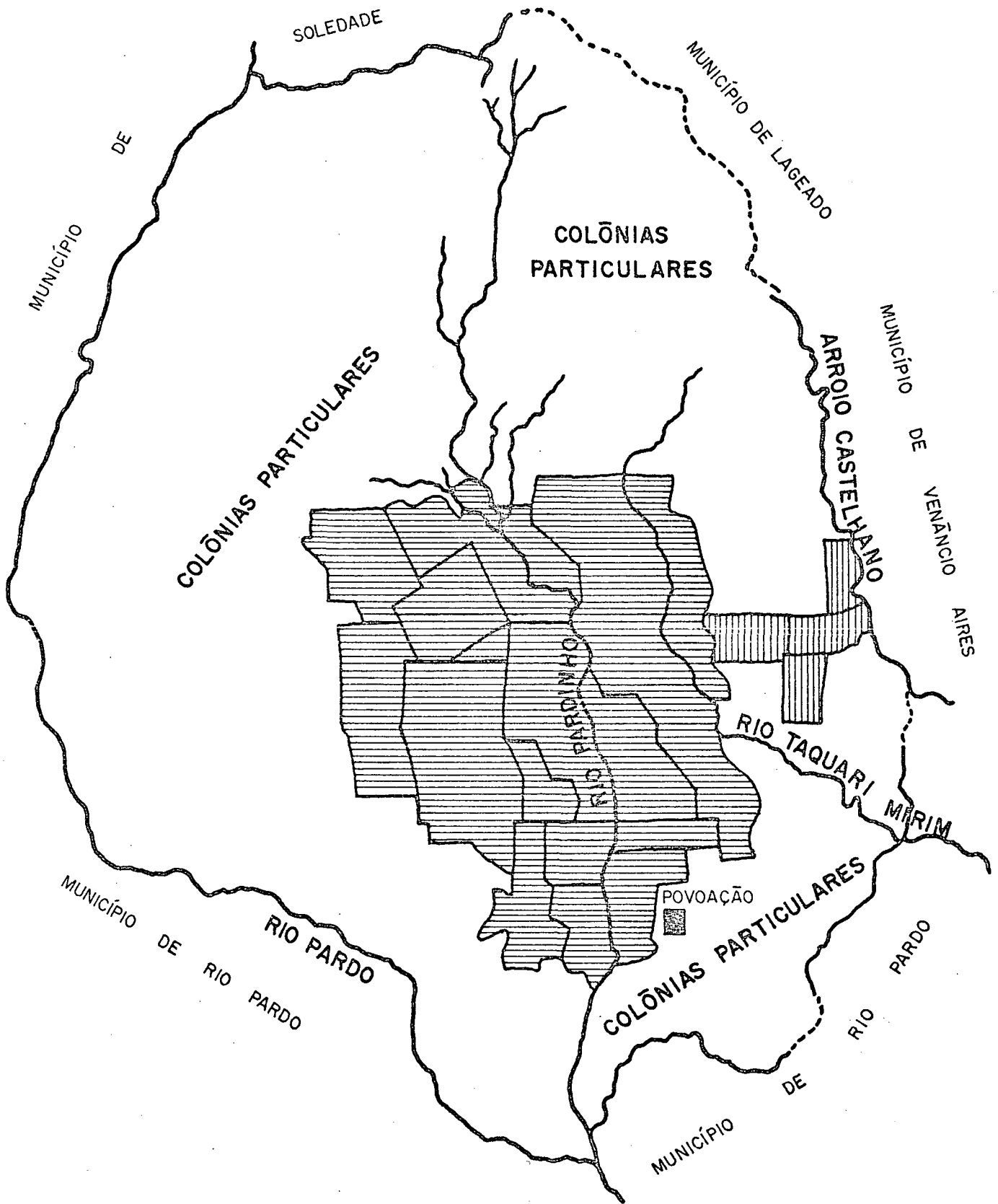
(5)A estrada entre Rio Pardo e Cruz Alta, passando por Rincão del Rei, é aberta como alternativa a uma outra estrada, bem mais antiga e sempre em péssimo estado, que ligava, desde o século XVIII, Rio Pardo e as povoações de Cima da Serra: a estrada do Passa Sete.

A autorização para a abertura da estrada que dará origem à colônia de Santa Cruz se deve à lei provincial nº 111, de 6 de dezembro de 1847: "Art. 1º - O presidente da Província é autorizado a contratar a abertura da nova estrada entre os municípios de Cruz Alta e Rio Pardo, com Delfino dos Santos Moraes, pelo lanço de 45:800\$000 réis e com as condições que elle ofereceu á administração da Fazenda Provincial em ato de arrematação no dia 02 de setembro do corrente anno."

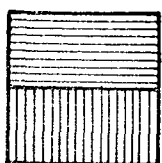
RIO GRANDE DO SUL. Indice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Sul desde o anno de 1835 ate o de 1851. Porto Alegre, Typografia Rio-Grandense. 1872.

(6) RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Presidente(...)Andréa(...)no 1º de junho de 1849. Op. Cit. p. 8.

MAPA DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ
(COM OS LIMITES DO MUNICÍPIO INSTALADO EM
1878 E COLÔNIAS ADJACENTES) .



LEGENDA:



COLÔNIA PROVINCIAL
DE SANTA CRUZ
COLÔNIA PROVINCIAL
DE MONTE ALVERNE

Assim, em dezembro de 1849, chegam os primeiros colonos alemães para a nova colônia de Santa Cruz(7), ao todo doze pessoas que ocupam os primeiros lotes demarcados pelo engenheiro Frederico Augusto de Vasconcellos Almeida Pereira Cabral a partir do começo de novembro do mesmo ano em terras devolutas, já sobre o primeiro degrau da serra, naquela que se chamaria Picada Santa Cruz ou "*Alt Picade*" (Picada Velha). Os lotes têm todos 160.000 braças quadradas e são distribuídos nos moldes em que eram distribuídos os da antiga colônia de São Leopoldo.

Em outubro de 1850 é nomeado o primeiro administrador da colônia: Evaristo Alves de Oliveira, que assume o cargo de vice-diretor no começo de novembro sob a supervisão do diretor geral da colonização, o Coronel João Daniel Hillebrand, lotado em São Leopoldo. Até então a distribuição dos lotes vinha sendo feita pelo engenheiro Cabral e pelo engenheiro da Comarca de Rio Pardo, João Martin Buff.

As primeiras providências do vice-diretor são: tornar conhecida aos colonos da Santa Cruz a lei provincial nº183, de 18 de outubro de 1850, que proíbe a introdução de escravos no território da colônia e a solicitação ao governo provincial de uma polícia que deveria ser localizada logo na entrada da colônia para assegurar o cumprimento da lei e guardar a tranqüilidade e a segurança públicas(8). Esta acentuada preocupação, com a

(7)São considerados fundadores da colônia de Santa Cruz: Augusto Wutke, 42 anos, da Silésia, católico, moleiro, recebeu a colônia nº 4; sua mulher e seus quatro filhos. Frederico Tietze, 28 anos, da Silésia, evangélico, moleiro, recebeu a colônia nº 5, e sua irmã. Augusto Raffler, 26 anos, da Silésia, católico, labrador, recebeu a colônia nº 6. Augusto Mandler, 30 anos, da Silésia, evangélico, lavrador, recebeu a colônia nº 7. Gottlieb Pohl, 29 anos, da Silésia, evangélico, lavrador, recebeu a colônia nº 8. Augusto Arnold, 43 anos, da Silésia, evangélico, lavrador, recebeu a colônia nº 10. MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul de colônia a freguesia, 1849-1859. Santa Cruz do Sul, APESC, 1979. p. 33.

(8)ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Diretoria da Colônia de Santa Cruz, 1850. Colonização 288.

não introdução de escravos na nova colônia, revela novamente o duplo e contraditório caráter da colonização estrangeira no Rio Grande do Sul do século XIX: o de renovar as práticas econômicas tradicionais através da introdução de novas relações de trabalho e o de não concorrer com a economia tradicional baseada no consumo de mão-de-obra escrava.

Alves de Oliveira também registra em sua correspondência oficial as dificuldades dos pioneiros: "...os tigres os incommodão matando os cães, que se achão presos em correntes" e os especuladores "os obrigão a soffrer fome" pelo alto preço com que lhes vendem os gêneros de primeira necessidade, que os colonos não conseguem produzir, pois precisam primeiro se abrigar em ranchos de pau a pique e depois derrubar a mata para então lançarem as primeiras sementes(9).

Apesar das dificuldades iniciais e das despesas realizadas, que somam até maio de 1851 o total de 13:574\$697 réis gastos com subsídios, transporte, demarcação e administração, a população cresce ano a ano com a chegada de novos colonos, somando em 1851 ao todo 175 habitantes arranchados de um e de outro lado da Picada de Santa Cruz, numa extensão aproximada de três léguas.

Em julho de 1851 o novo diretor João Martin BUFF(10) comunica ao presidente da província, em seu relatório, que já estavam ocupados 64 lotes coloniais e que a maior parte dos colonos só tinha conseguido levantar suas casas e plantar hortas com a ajuda dos primeiros colonos que se achavam já estabeleci-

(9)AHRGS. Santa Cruz, 1850. Op. Cit.

(10)João Martin BUFF foi nomeado por ato de 31 de dezembro de 1850 em substituição a Evaristo Alves de Oliveira.

dos e em condições de abastecer a colônia com algum feijão, abóbora, milho e alguma batata. Apesar da solidariedade, na opinião de BUFF,

"Para gente que vem da Europa he muito penozo acostumarem-se no matto nos primeiros tempos, por isso vivem sempre incomodados e doentes, principalmente não tendo sido bem tratados na viagem do mar, como aconteceo aos colonos da Silésia, os quaes chegam aqui na maior desmoralização, tem morrido alguns; não de miseria, mais por descuido, e por não querer acostumar-se ao estilo do paiz, e regras precisas nas enfermidades..."(11),

BUFF informa ainda que em 1851 não existem grandes plantações com ressalva para o fumo em rama produzido em quantidade suficiente para a exportação, bem como uma pequena quantidade de cana-de-açúcar, algodão e linho plantados experimentalmente pelos colonos neste ano(12).

Como todos os imigrantes entrados no Rio Grande do Sul em 1851 e 1852 são remetidos para a colônia de Santa Cruz, neste último ano é aberta uma nova picada, paralela à de Santa Cruz e acompanhando o vale do Rio Pardinho, de quem empresta o nome.

Em portaria de 18 de fevereiro de 1852, o então vice-presidente da província, Luís Alves Leite de Oliveira Bello, autoriza a despesa de 3:045\$380 réis para a construção de uma igreja provisória e de uma escola de primeiras letras na colônia.

Em seu relatório para a abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 19 de outubro de 1852, Oliveira Bello retoma a questão de que convém ficar atento para que as colônias alemãs não se tornem muito populosas como havia se tornado a de São Leo-

(11)AHRGS. Santa Cruz, 1851. Op. Cit.

(12)AHRGS. Santa Cruz, 1851. Op. Cit.

poldo(13). O vice-presidente reproduz uma preocupação corrente entre a aristocracia gaúcha, representada na Assembléia Provincial, que teme o crescimento de núcleos populacionais decorrentes da imigração estrangeira, neste caso alemã, pela dificuldade de controle social, econômico e principalmente político de uma população emersa de outro universo cultural.

No final de 1852 a entrada de novos colonos em Santa Cruz é intensificada com o trabalho de Pedro KLEUDGEN(14) na Alemanha, nomeado pelo governo provincial em dezembro de 1851 como agente promotor da imigração para o Rio Grande do Sul, conforme previa o artigo 3º da lei nº 229 de 4 de dezembro de 1851.

Em 1853 os relatórios oficiais colocam que a colônia de Santa Cruz, apesar dos inconvenientes da distância de Rio Pardo e as péssimas estradas, já possui 196 lotes distribuídos e seus 692 habitantes vivem em relativa abundância, pois as terras férteis produzem bem o feijão, o milho, a batata, a cevada, o linho e principalmente o fumo. Neste ano de 1853 a colônia exporta, através de Rio Pardo, 245 sacos de feijão e 160 arrobas de fumo em rama, o que bem atesta a preocupação dos colonos em produzir alguns produtos utilizados para a aquisição de mercadorias que eles não produzem, como o sal, ferramentas e remédios. Contudo, os relatórios oficiais escondem a dura realidade dos recém-chegados que parecem não contar com a suficiente solidariedade

(13)RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luís Álvares Leite de Oliveira Bello, a abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de outubro de 1852. Porto Alegre. Mercantil, 1852.

(14)Uma pequena biografia de Peter Kleudgen e a reprodução do contrato firmado por ele com o governo provincial obrigando-se a introduzir até dois mil colonos para a colônia de Santa Cruz no prazo de dois anos, aparece em MARTIN. Hardy Elmiro. Op. Cit. pp. 62-79.

dos colonos estabelecidos há mais tempo: em ofício de 24 de outubro de 1853, o diretor da colônia, João Martin BUFF, envia uma petição de cem colonos da picada Rio Pardinho que vivem de esmo-las, e já tendo vendido seus trastes e roupas demoram em se acostumar com o trabalho na mata e necessitam de pelo menos um ano de subsídios oficiais para se arranjam(15). BUFF também solicita mais dois professores, um que seja brasileiro para a Picada Rio Pardinho, além de um "professor" para cuidar de uma "botica", que possa atender os doentes da colônia.

No ano seguinte, 1854, diante da quantidade de novos colonos que chegam à colônia em busca de terras, o governo provincial abre crédito para a desapropriação de terras particulares da Fazenda Dona Josefa(16), nome dado a diversas propriedades da margem direita do Rio Pardinho, oriundas do desmembramento das terras de Dona Josefa Maria Branca. A efetivação da desapropriação não acontece senão no ano de 1858, depois de inúmeras tentativas do governo em encontrar terras devolutas na região compreendida entre a linha Santa Cruz e o Rio Taquari e de um minucioso levantamento, realizado pelo diretor BUFF, de todas as propriedades do chamado Faxinal de Dona Josefa(17).

Em 30 de novembro de 1854 é promulgada a lei provincial nº 304 que estabelece que a colonização do Rio Grande do Sul passe a ser feita através da venda de terras devolutas ou compradas, pelo governo, de terceiros. Até então os lotes eram distribuídos gratuitamente aos colonos que se apresentassem.

(15)Ofício nº 61 de 24 de outubro de 1853. AHRGS. Santa Cruz, 1853. Op. Cit.

(16)Lei de Orçamento da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nº 309 de 20 de dezembro de 1854.

(17)Relatório do Diretor da Colônia de Santa Cruz de 12 de junho de 1858. AHRGS. Santa Cruz do Sul, 1858. Op. Cit.

No final de 1854 o presidente da província, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, visita pessoalmente a colônia de Santa Cruz e reconhece a necessidade de,

"... estabelecer-se um ponto em que sua população numerosa se congregue para a prática do culto religioso, e para tratar também de seus negocios visto que a igreja mais proxima da Colonia é a da cidade de Rio Pardo."(18)

Considera como local mais apropriado para o estabelecimento de uma povoação o Faxinal de João Faria(19), onde se encontram as picadas de Santa Cruz e Rio Pardinho, mandando o capitão Tenente da Armada Francisco Cândido de Castro Menezes demarcar o terreno para a povoação com reserva de terras para logradouro público e chácaras. Em março de 1855 começam a ser concedidos os primeiros terrenos na povoação que se transforma rapidamente em centro administrativo e comercial de toda a colônia de Santa Cruz(20).

Com a regulamentação da lei nº 304 em 30 de junho de 1855, fica vedada a doação de terras e os colonos que chegam, ao contrário do que esperam os autores da própria lei, em sua maior parte não têm condições de comprá-las. Deste modo, a maioria de-

(18)RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Dr. João Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Vice-Presidente Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello no dia 30 de junho de 1855. Porto Alegre, Mercantil, 1855. p. 20.

(19)O Faxinal de João de Faria havia sido desapropriado por determinação da Lei provincial nº 248, de 25 de novembro de 1852:

"O Dr. Luis Alves Leite de Oliveira Bello, Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assemblêa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Artigo 1º - O Presidente da Província é autorizado a mandar desapropriar, na forma das leis vigentes, a herança de João de Faria, um quarto de légua de campos e faxinais, sitos no municipio de Rio Pardo.

Artigo 2º - Este terreno será anexado ao da colonia de Santa Cruz, e em beneficio della convenientemente distribuido.

Artigo 3º - Ficam revogadas todas as leis e disposições em contrario."

RIO GRANDE DO SUL. Indice das leis promulgadas pela Assemblêa Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o anno de 1852 até o de 1875. Porto Alegre. Typographia Rio-Grandense, 1881.

(20)MARTIN, Hardy Elmiro. Op. Cit. p. 101.

les se estabelece como jornaleiros junto dos colonos mais antigos e sô quando conseguem juntar algum dinheiro solicitam ao governo provincial que lhes venda um lote(21).

Em agosto de 1856 o diretor BUFF informa que a povoação já possui

"... huma casa com telha construida com preceito, e quasi concluidas mais tres cobertas de taboinhas e sete cobertas com capim, de diferentes pessoas com officinas. Sendo das primeiras oito quadras com 168 terrenos, requeridos cento e cinquenta e oito, e cinco nas outras quadras."(22)

Outro indicador da importância da colônia e da povoação de Santa Cruz é a solicitação de uma polícia com comandante para o Faxinal, feita pelo diretor BUFF, através de ofício dirigido ao governo provincial em 12 de dezembro de 1856. Os motivos para tal solicitação são explicitados pelo diretor:

"O progressivo augmento de moradores na povoação nova de Santa Cruz (...) para cujo local concorrem agregados e jornaleiros de muitos pontos da provincia, tanto nacionaes como estrangeiros, sendo a maior parte dos concorrentes de problemáticas condições, tem dado lugar a diferentes desordens na mesma povoação nos dias sanctificados, por já haverem n'ella cinco cazas de negócio sob carregadas de bebidas espirituosas, observando-se então mais de quatrocentas pessoas reunidas..."(23)

Como se vê, o trabalho assalariado é largamente utilizado já no começo da colônia de Santa Cruz e especialmente de-

(21)RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Conselheiro Barão de Muritiba entregou a presidencia da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmo. Snr. Presidente e Commandante das Armas, Conselheiro e General Jeronymo Francisco Coelho no dia 28 de Abril de 1856. Porto Alegre, Mercantil, 1856. pp. 22-3.

(22)AHRGS. Santa Cruz, 1856. Op. Cit.

(23)Ofício nº 32 de 12 de dezembro de 1856. AHRGS. Santa Cruz, 1856. Op.Cit.

A portaria de 21 de janeiro de 1857 do governo provincial autoriza a criação de uma polícia, composta de um cabo e dois soldados na povoação de Santa Cruz.

NÚMERO DE LOTES COLONIAIS DISTRIBUIDOS POR ANO E POR LINHA
COLÔNIA DE SANTA CRUZ

	LINHA SANTA CRUZ	LINHA RIO PARDINHO	LINHA DONA JOSEFÁ	LINHA ANDRÉA	ENTRADA RIO PARDINHO	TRAVESSA DONA JOSEFA	LINHA SINIMBU	LINHA SÃO JOÃO	LINHA VILA THERESA	LINHA BOM JESUS	LINHA FERRAZ	LINHA DAS NOVE COLÔNIAS	LINHA DA SERRA	TOTAL
1849	6													6
1850	22													22
1851	34	15	1											50
1852	39	41												80
1853	33	17	2	1										53
1854	4	5	13		3	2								27
1855	3	1	14		25									43
1856	3	4	8	5	5	1	1							27
1857	3	7	50			2	29	11						102
1858	1	1	15	2			6	20	15	1				61
1859		1		12			20	14		19	39			105
1860						1	13				5	7		26
1861											10			10
1862			3				15						36	54
1863			1											1
1864							3							3
1865							2							2
TOTAL	148	92	107	20	33	6	89	45	15	20	54	7	36	672

FONTE: CADASTRAMENTO REALIZADO, EM 1879, POR CARLOS TREIN FILHO - AHRGS .

pois da regulamentação da lei de terras em 1854 e de sua versão provincial em 1855. Quatrocentas pessoas reunidas, em sua maior parte agregados e jornaleiros, representam cerca de 22% da população total da colônia que é de 1.859 habitantes em 1856.

Em seu relatório de 1857, BUFF solicita que o governo autorize a desapropriação do Faxinal de Dona Josefa onde acredita possam ser abertas três linhas de colônias de 200 braças de frente e 500 ou mais de fundos e sugere ainda que o lugar da casa da Fazenda seja utilizado como sede de uma capela ou freguesia que no futuro, crê, deva dividir-se do restante da colônia de Santa Cruz com todo o território da margem direita do Rio Pardinho(24). Em 18 de dezembro de 1857, a lei do orçamento nº 377, em seu artigo 1º, reproduzindo as disposições da lei nº 309 de 20 de dezembro de 1854, artigo 1º § 38, autoriza a desapropriação das terras situadas no Faxinal de Dona Josefa. Em 12 de junho de 1858 BUFF envia ao governo o levantamento das terras e proprietários do Faxinal de Dona Josefa(25), estimando o custo total da desapropriação em 68:150\$672 réis, preço que deve ter assustado os responsáveis pelos cofres provinciais, que solici-

(24)AHRGS. Santa Cruz, 1857. Op. Cit.

(25)Pelo levantamento realizado por João Martin Buff, em 1858, as terras do Faxinal de Dona Josefa pertencem: aos herdeiros de Dona Josefa Maria Branca - o total de 19.429.359 br² (9.404 ha) - somando 25:949\$327 réis; a Manoel Paranhos da Silva - o total de 5.055.932 br² (2.447 ha) - somando 17:398\$327 réis; ao Tenente Coronel Abél Correa da Câmara - o total de 2.731.174 br² (1.322 ha) - somando 8:193\$528 réis; a Antonio Joaquim da Silva - o total de 2.387.977 br² (1.156 ha) - somando 7:163\$931 rs.; a viúva de Julião de Oliveira Cortes - o total de 3.413.930 br² (1.652 ha) - somando 10:241\$790 réis; a Francisco Borges - o total de 1.617.150 br² (783 ha) - somando 4:851\$450 réis; a Evaristo Alves de Oliveira - o total de 2.235.000 br² (1.082 ha) - somando 3:352\$200 réis; a Maria Barboza - o total de 511.237 br² (247 ha) - somando 1:000\$000 réis.

O Faxinal de Dona Josefa compreende o valor total de 68:150\$672 réis.
AHRGS. Santa Cruz, 1858. Op. Cit.

tam confirmação de tal valor(26), uma vez que em 28 de junho BUFF envia um ofício à presidência da província dando conta de que:

"... os actuaes possuidores, são todas pessoas decentes abastadas, pelo que hão de fazer valer o direito de propriedade até o infinito, ou se aproveitarão da oportunidade."(27)

Finalmente, ainda em 1858, parte das terras do Faxinal de Dona Josefa são compradas pela província e logo o diretor BUFF inicia a demarcação de novos lotes para fazer frente ao grande número de novos colonos "*despejados*" em Santa Cruz graças aos contratos assinados pelo governo com Companhias de Imigração(28).

O ano de 1859 marca a elevação da povoação de Santa Cruz à condição de Freguesia (lei provincial nº 432 de 8 de janeiro de 1859) e a continuação de demarcações de novos lotes no alto da Linha Rio Pardinho, local que passa a chamar-se Sinimbu, e no Faxinal da margem direita do Rio Pardinho, nas Linhas Dona Josefa, Andréas, São João, Ferraz e Vila Theresa.

É importante salientar que apesar da efetivação da desapropriação do Faxinal de Dona Josefa ocorrer somente em 1858, o diretor da Colônia parece não ter resistido às pressões impos-

(26)Ofício da presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, nº 23, de 15 de junho de 1858, endereçado ao Diretor da Colônia de Sta. Cruz. AHRGS. Santa Cruz, 1858. Op. Cit.

(27)Ofício nº 33, de 28 de junho de 1858. AHRGS. Santa Cruz, 1858. Op. Cit.

(28)No final de 1857 o governo provincial assina com a Companhia Hamburgo Brasileira e com a Casa Claussen & Bertrand dois contratos que estabelecem a arregimentação de colonos imigrantes sob o prêmio de 30\$000 réis por cada um maior de doze anos e 15\$000 réis por cada menor de doze anos até dois anos de idade. RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul o Commendador Patricio Correa da Camara na Abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre, Mercantil, 1857.

tas pela constante chegada de novos colonos e medido e distribuído lotes nas terras do Faxinal já a partir de 1854. A saber, segundo o cadastramento realizado a partir de 1879, na Travessa Dona Josefa foram distribuídos dois lotes em 1854, um em 1856 e dois em 1857; em Linha Dona Josefa foram distribuídos um lote em 1851, dois em 1853, treze lotes em 1854, quatorze em 1855, oito em 1856, cinquenta em 1857 e somente quinze em 1858; na Linha Andréas, cinco lotes em 1856 e na Linha São João, onze lotes em 1857.

Os colonos que chegam a partir de 1860 começam a ser localizados também em outras colônias provinciais como Santo Ângelo, instalada em 1857, Nova Petrópolis, instalada em 1858 e Monte Alverne, fundada em terras devolutas e ervais dos índios da aldeia de São Nicolau (Rio Pardo)(29) em 1859; além de várias colônias particulares, inclusive nas cercanias de Santa Cruz: em terras de José Rodrigues de Almeida, de João Kochenburger, do major João de Freitas Leitão, João Alves Ferreira, Capitão Evaristo Alves de Oliveira, do inglês Guilherme Lewis e Francisco Antônio de Borges, que possuem grandes extensões de terras divididas em lotes coloniais que já contam com grande número de co-

(29) Com a valorização das terras em torno da colônia de Santa Cruz, os matos e ervais pertencentes aos índios da aldeia de São Nicolau de Rio Pardo, com cerca de 2.000.000 de braças quadradas (968 hectares), são considerados devolutos e loteados passando a fazer parte da colônia de Monte Alverne, apesar da solicitação do Diretor Geral dos Índios da Província - José Joaquim de Andrade Neves (Barão de Triunfo) encaminhada ao presidente da Província para que estas terras não fossem loteadas.

Ofício de 20 de junho de 1859 do Diretor Geral dos Índios em Rio Pardo. AHRGS. Diretoria Geral dos Índios, 1859. Índios 533 - Maço 2.

lonos(30), que preferem adquirir terras de particulares do que dispor das que o governo ainda coloca a disposição nas últimas terras devolutas de que dispõe na Colônia, por sinal de péssima qualidade (já sobre as escarpas da serra) como o atesta o abandono, pelos primeiros concessionários, de todos os trinta e seis lotes distribuídos na Linha da Serra em 1862, por sinal a última Linha aberta sob responsabilidade do governo provincial na Colônia de Santa Cruz.(31)

A colônia de Santa Cruz continua crescendo muito. Em 1863 o então diretor Carlos SCHWERIN, efetuando medidas na serra ao norte das Linhas Ferraz e São João, comunica que por ali pode ser construída uma estrada de rodagem que permita o acesso às terras devolutas de Cima da Serra e aos mercados das povoações do planalto. Contudo, o que chama a atenção no ofício em que dá estas notícias ao Inspetor Geral das Colônias é a comunicação de que havia encontrado

"... os vestígios, que existem por dentro destes mattos um quilombo numeroso, cuja destruição he tanto mais necessario, que a colonização de Santa Cruz ha de se estender por este lado até chegar em Cima da Serra."(32)

Novamente fica claro que a colonização com imigrantes brancos e europeus significa o desejo subjacente de modernização calcada

(30)Segundo o Pe. RAMBO, foram patrocinadas por particulares dez colônias no município de Santa Cruz. RAMBO, Balduino. A imigração alemã no Rio Grande do Sul, 1834 - 1914. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE: O Rio Grande antigo. v. I.

KOSERITZ, refere-se a estas colônias da seguinte maneira: "...há na região fluvial do Cahy, na do Taquary, e nas cercanias da colonia de Santa Cruz, empresas que não são verdadeiramente colonias, e sim terras de particulares divididas em lotes, que forão e vão ser vendidos a colonos antigos, que a pouco e pouco se vão espalhando pelo interior da Provincia." RIO GRANDE DO SUL. Relatório da administração central das colonias da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Illmo.Sr.Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, Dignissimo Presidente da mesma Provincia, pelo Agente Interprete da Colonisação Carlos de Koseritz. Porto Alegre, Jornal do Comércio, 1867.

(31)Conforme demonstra o cadastramento realizado em 1879 pelo governo provincial.

(32)Ofício de 15 de janeiro de 1863. AHRGS. Santa Cruz, 1863. Op. Cit.

sobre o abandono e a destruição dos elementos característicos de uma forma de produção que, dados os "*compromissos de dever e de honra nacional, os tratados, os sentimentos de humanidade, e a reprovação geral dos povos cultos*", deve desaparecer para sempre(33).

A colônia prospera a ponto de o presidente da província Espiridião Eloy de Barros Pimentel, em seu relatório para a Assembléia Provincial em 1864, afirmar:

"É esta a mais rica, a mais populosa, e por conseguinte a mais importante das colônias provinciais (...), não obstante as dificuldades com que tem lutado, das quaes a maior é a dificuldade de comunicação com o mercado."(34)

Outro problema começa a agravar-se com a solicitação, por parte dos colonos, dos títulos definitivos de propriedade de seus lotes: não há cadastros da maioria dos lotes distribuídos e os que existem não conferem com as medidas reais, "*sendo as reais geralmente maiores*"(35). Este problema retarda a emancipação da colônia, sugerida já em 1867 pelo agente intérprete da colonização, Carlos de KOSERITZ, que afirma que:

"... se não fosse a dívida colonial, de que deve ser reembolsado o governo, a colônia de Santa Cruz lucraria muito com a emancipação, logo que tivesse esperança de ser elevada a categoria de município, ao que pode aspirar..."(36)

(33)RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho na Abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856. Porto Alegre. Mercantil. 1856.

(34)RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre, Correio do Sul, 1864.

(35)Ofício do diretor Floriano de Borowski de 10 de outubro de 1864. AHRGS. Santa Cruz, 1864. Op. Cit.

(36)RIO GRANDE DO SUL. Relatório (...) de Carlos de Koseritz. Op. Cit. p. 20.

Por isso mesmo, KOSERITZ discorda da compra de novas terras particulares nas cercanias da colônia de Santa Cruz, para alargar a empresa colonial oficial da província, pois crê que o impulso para a colonização já está dado e que a iniciativa particular substitui perfeitamente a ação do governo, fazendo penetrar a colonização estrangeira, em direção ao oeste e ao sul, abrindo novas fronteiras ao trabalho dos colonos alemães, de sorte que em poucos anos, afirma KOSERITZ, São Leopoldo se ligará através de uma série não interrompida de colônias a Santa Maria da Boca do Monte, onde numerosos colonos, descendentes dos antigos colonos de São Leopoldo, começam a formar um novo núcleo(37).

Finalmente, a colônia de Santa Cruz é emancipada por ato do presidente José Fernandes da Costa Pereira Júnior, de 8 de novembro, em cumprimento do artigo 16, título 4º da lei nº 807 de 30 de outubro de 1872, aprovada pela Assembléia Legislativa Provincial que cede às pressões da Câmara Municipal de Rio Pardo. A emancipação apanha de surpresa o próprio governo provincial que: meses antes havia incluído Santa Cruz entre as colônias que poderiam receber colonos agenciados por força dos contratos assinados com a Casa Caetano Pinto & Irmão e Holtzweissig & Companhia e que iniciara também em 1872, sob a supervisão do então diretor da colônia Carlos Trein Filho, o recadastramento de todos os lotes distribuídos e/ou vendidos pela província. Com a emancipação, este trabalho e toda a administração oficial é suspensa, passando Santa Cruz à condição de distrito do município de Rio Pardo e, portanto, sob sua jurisdição. Ora, Carlos Trein Filho havia medido apenas cerca de sessenta lotes coloniais, faltando aproximadamente oitocentos, cuja medição era

(37)RIO GRANDE DO SUL. Relatório (...) de Carlos de Koseritz. Op. Cit. pp. 20-1.

necessária para que seus proprietários, uma vez pago seu débito com os cofres provinciais, pudessem obter seus títulos definitivos de propriedade. Desta forma, o agente intérprete da colonização Luiz Kraemer WALTER(38), em seu relatório de 5 de fevereiro de 1873, além de lastimar o modo como havia sido feita e emancipação, reclama providências para a recepção de alguns colonos que continuam chegando a Santa Cruz e não podem mais contar com os serviços do diretor, exonerado por força da emancipação, e alerta para a necessidade de nomeação de uma comissão especial para a continuação do trabalho de recadastramento dos lotes coloniais de Santa Cruz, que incluía Carlos Trein Filho,

"... que conhecendo pessoalmente o local e também as questões pendentes, pode como nenhum outro, auxiliar a comissão na decisão de diferentes pleitos que tem aparecido nos limites das colônias entre si, devido à irregularidade que se tem encontrado no antigo cadastro e que só podem ser sanadas por uma nova verificação de todos os prazos da Colônia."(38)

A solicitação do agente intérprete é atendida e a comissão chefiada por Carlos Trein Filho procede ao recadastramento, concluindo-o no começo do ano de 1881, possibilitando a regularização fundiária dos lotes agrícolas da ex-colônia de Santa Cruz e também da de Monte Alverne, que desde 1877 (Lei nº 1.079 de 31 de março) fazia parte do novo município de Santa Cruz, desmembrado de Rio Pardo e instalado em 28 de setembro de 1878.

(38)RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Agente Interpreté da Colonização Senhor Luis Kraemer Walter, em 5 de fevereiro de 1873. Porto Alegre, Constitucional, 1873.

OS COLONOS ALEMÃES DE SANTA CRUZ

A combinação de fatores que na Alemanha estimulam a migração e fatores atrativos no Brasil, em particular no Rio Grande do Sul(1), - os primeiros vividos na carne pelos camponeses e artesãos alemães e os segundos divulgados intensamente pelo governo imperial e provincial através de agentes especialmente contratados(2) resultam na povoação das terras das colônias oficiais - uma delas Santa Cruz - e particulares, por homens e mulheres que nelas aportam na esperança de sobreviver.

Na tentativa de apreender a evolução social e econômica que marca a vida dos colonos de Santa Cruz, torna-se necessário explicitar a questão da procedência dessa gente, desvelando aspectos que marcam sua condição de imigrantes, isto é, o conjunto de práticas sociais e econômicas que trazem consigo do lugar de

(1) Uma atilada discussão sobre o jogo dialético dos fatores expulsivos (repulsivos) e atrativos nos movimentos migratórios humanos é desenvolvida em:

RAISON, Jean-Pierre. Migração. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa, Casa da Moeda, 1986. v. 8. pp. 488-517.

(2) Os agentes contratados pelo governo do Império ou da Província costumavam publicar pequenas obras de propaganda na Alemanha com o fim evidente de atrair imigrantes para as 'adivosas' terras brasileiras:

SCHÄFFER, Georg. Brasilien, als unabhängige Reich. Altona, 1824.

KLEUDGEN, Peter. Die deutsche Kolonie Santa Cruz - Provinz Rio Grande do Sul - Sudbrasilien - von P. Kleudgen, bevollmächtigtem Agenten genn ter Provinz. Hamburg, Druck von J. I. Nobiling, 1852. 48 p.

KLEUDGEN, Peter. Die Deutsche Kolonie Santa Cruz, in der Provinz Rio Grande do Sul in Sldbrasilien nach den neuen Nachrichten dargestellt von Kleudgen P. Hamburg, Druck von Robert Kittler, 1853. 40 p.

POPULAÇÃO DE SANTA CRUZ (1879)

CONFORME CADASTRAMENTO DE CARLOS TREIM FILHO

SEXO MASCULINO

GRUPOS DE IDADES	ALEMÃES		BRASILEIROS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
0 - 4	0	-	289	25,06	289	15,08
5 - 9	19	2,48	317	27,49	336	17,52
10 - 19	82	10,72	457	39,64	539	28,10
20 - 29	163	21,31	80	6,94	243	12,67
30 - 39	149	19,48	7	0,61	156	8,13
40 - 49	144	18,82	3	0,26	147	7,66
50 - 59	126	16,47	0	-	126	6,57
60 - 69	64	8,37	0	-	64	3,34
70 - 79	16	2,09	0	-	16	0,83
80 e mais	2	0,26	0	-	2	0,10
T O T A L	765	100,00	1.153	100,00	1.918	100,00

SEXO FEMININO

GRUPOS DE IDADES	ALEMÃES		BRASILEIROS		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
0 - 4	0	-	253	25,82	253	15,10
5 - 9	10	1,44	272	27,75	282	16,84
10 - 19	76	10,94	379	38,67	455	27,16
20 - 29	170	24,46	63	6,43	233	13,91
30 - 39	163	23,45	7	0,71	170	10,15
40 - 49	123	17,70	3	0,31	126	7,52
50 - 59	103	14,82	3	0,31	106	6,33
60 - 69	42	6,04	0	-	42	2,51
70 - 79	6	0,86	0	-	6	0,36
80 e mais	2	0,29	0	-	2	0,12
T O T A L	695	100,00	980	100,00	1.675	100,00

origem, para, em seguida, analisar a transformação que se revela em suas vidas, decorrência de alterações nas relações de produção na Colônia. Para este último propósito torna-se necessário, como recurso analítico, aceitar uma periodização: adota-se a concebida por ROCHE(3) para descrever a evolução da agricultura em Santa Cruz:

1º Período: 1849-1859, desmatamento e agricultura de subsistência - economia de subsistência.

2º Período: 1860-1881, estruturação dos setores econômicos, expansão agrícola e início da exportação de excedente - produção simples de mercadorias(4).

Os colonos imigrantes

A população da Colônia de Santa Cruz, tomando-se por base as informações fornecidas pelo cadastramento de TREIN FILHO, pode ser dividida em dois grupos. Os pioneiros - colonos imigrantes - e os teuto-brasileiros, nascidos, em sua maioria, na própria Colônia.

A análise das informações sobre o primeiro grupo nos permite caracterizá-los:

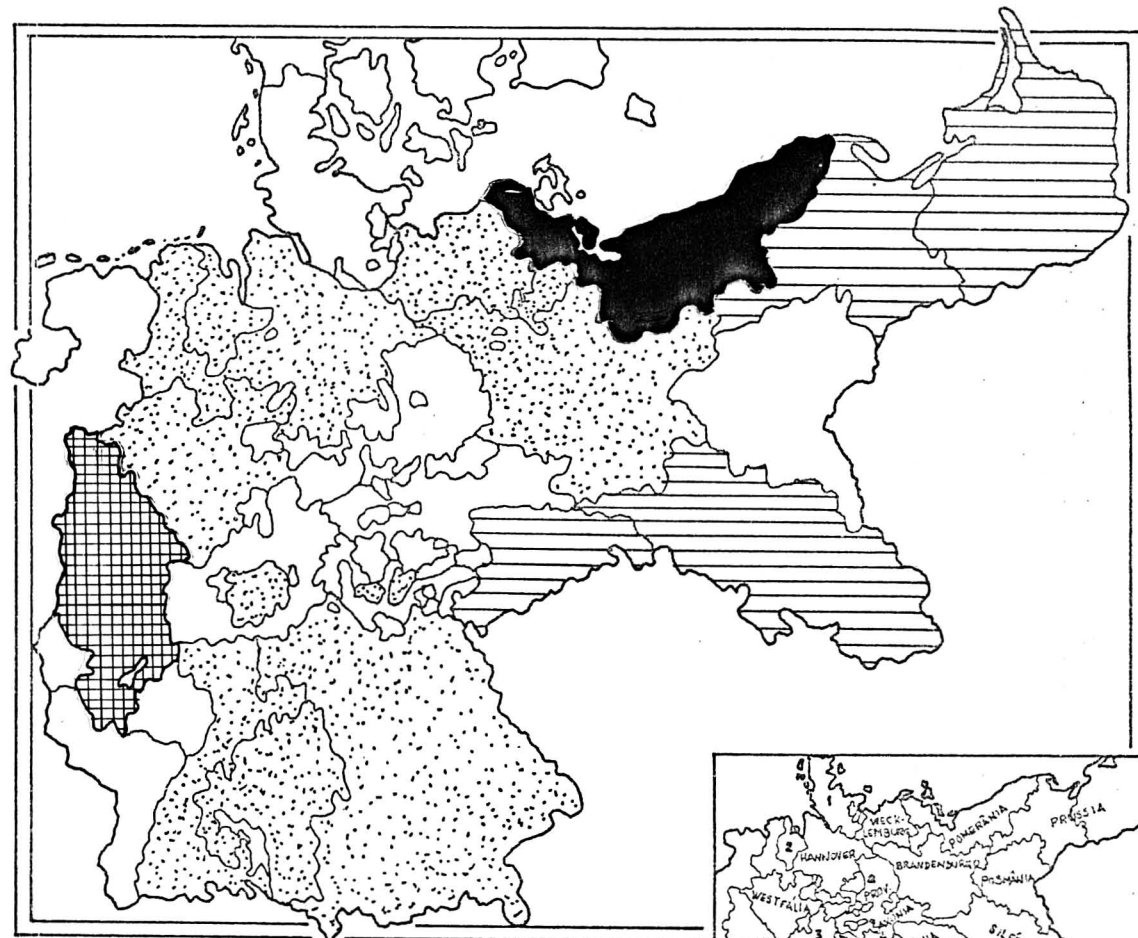
São alemães em sua absoluta maioria, vêm em sua maior parte das províncias da Prússia.

(3) ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1965. v. 1. pp. 274-75.

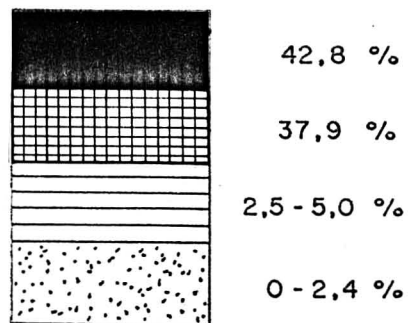
(4) Este segundo período termina exatamente com a regularização fundiária dos lotes coloniais possibilitada pelo cadastramento realizado por Carlos TREIN FILHO, importante fonte utilizada neste trabalho, e pela integração da economia da colônia de Santa Cruz à divisão inter-regional do trabalho e a criação das pré-condições para a penetração do capital na produção local.

LOCAL DE NASCIMENTO DOS COLONOS ALEMÃES DE SANTA CRUZ

LOCAL DE NASCIMENTO	NÚMERO	PERCENTUAL
POMERÂNIA	624	42,83
RENÂNIA	552	37,88
PRÚSSIA	65	4,46
SILÉSIA	52	3,57
SAXÔNIA	48	3,29
OLDENBURG	32	2,19
WESTFÁLIA	24	1,65
HESSEN	16	1,10
BADEN	10	0,69
HAMBURGO	6	0,41
BAVIERA	6	0,41
HANNOVER	5	0,34
MECKLEMBURG	2	0,14
SCHWARZBURG	2	0,14
BRANDENBURG	2	0,14
WÜRTEMBERG	1	0,07
HOLANDA	6	0,41
LUXEMBURGO	2	0,14
BÉLGICA	1	0,07
TIROL	1	0,07
TOTAL	1457	100,00



LOCAL DE NASCIMENTO DOS COLÔNOS



FONTE: CADASTRAMENTO REALIZADO POR CARLOS TREIN FILHO (1879).

Examinando-se as informações contidas no cadastramento realizado por Carlos TREIN FILHO, conclui-se, excluídos os nascidos no Brasil, que 90,53% dos habitantes da Colônia de Santa Cruz haviam nascido em território do Reino da Prússia: 42,53% deles naturais da Pomerânia, 37,88% da Renânia, 4,46% da Prússia Ocidental e Oriental, 3,57% haviam nascido na Silésia, 1,65% na Westfália e 0,14% em Brandenburgo. Apenas 8,92% haviam nascido em outros Estados alemães. Outros 0,55% são naturais, seis da Holanda, um da Bélgica e um da Suíça (Tirol).

Este quadro é modificado parcialmente ao considerar-se, a partir do mesmo cadastramento, apenas os chefes de domicílios, excluídos igualmente os nascidos no Brasil. Dos chefes de domicílios, 88,11% são naturais do Reino da Prússia - 38,72% nasceram na Renânia, 37,96% na Pomerânia, 6,10% nas duas Prússias, 3,35% na Silésia, 1,83% na Westfália e 0,15% em Brandenburgo. Somente 11,74% dos chefes de domicílios da Colônia haviam nascido em outros Estados alemães e apenas um, representando 0,15%, é natural da Bélgica.

LOCAL DE NASCIMENTO DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS ENTRE AS FAMÍLIAS
DE SANTA CRUZ

Conforme o cadastramento de 1879

LOCAL DE NASCIMENTO	NÚMERO	PERCENTUAL
RENÂNIA	254	38,72
POMERÂNIA	249	37,96
PRÚSSIA	40	6,10
SAXÔNIA	29	4,42
SILÉSIA	22	3,35
OLDENBURG	21	3,20
WESTFÁLIA	12	1,83
HESSEN	11	1,69
BADEN	7	1,07
HANNOVER	4	0,61
BAVIERA	2	0,30
MECKLEMBURG	1	0,15
LUXEMBURG	1	0,15
WÜRTEMBERG	1	0,15
BRANDEMBURG	1	0,15
BÉLGICA	1	0,15
T O T A L	656	100,00

LOCAL DE NASCIMENTO DOS COLONOS DE SANTA
CRUZ POR LINHAS

LOCAL DE NASCIMENTO	LINHAS													TOTAL DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ
	SANTA CRUZ	ENTRADA RIO PARDINHO	RIO PARDINHO	TRAVESSA DONA JOSEFA	DONA JOSEFA	ANDRÉAS	SÃO JOÃO	SINIMBU	VILA THERESA	BOM JESUS	FERRAZ	DAS NOVE COLÔNIAS DA SERRA		
BRASIL	358	153	391	46	396	90	111	251	65	56	175	18	26	2.136
POMERÂNIA	39	7	140	21	53	45	31	143	10	5	118	1	11	624
REMÂNIA	136	29	44	8	183	13	28	64	2	15	16	7	7	552
PRÚSSIA	3	9	27		2			19	1	2	2			65
SILÉSIA	22	15	5		2			2	1	4	1			52
SAXÔNIA	1	8	15	2	5		7	3	3	2		2		48
OLDENBURG	1	15	1				1	10	2				2	32
WESTFÁLIA	1	7	2				7		2	2			3	24
HESSEN	3	1	2		1	2	6				1			16
BADEN	8				1		1							10
HAMBURGO		1			1				4					6
BAVIERA	1	1	1		3									6
HANNOVER	3	1	1											5
MECKLEMBURG		1	1											2
SCHWARZBURG			2											2
BRANDENBURG					2									2
WÜRTEMBERG									1					1
HOLANDA	1		5											6
LUXEMBURGO		2												2
BÉLGICA										1				1
TIROL	1													1
TOTAL	578	250	637	77	649	150	192	492	91	67	312	29	49	3.593
BRASIL	358	153	391	46	396	90	111	251	65	56	175	18	26	2.136
ALEMANHA	220	97	246	31	253	60	81	241	26	31	137	11	23	1.457

FORNE: CADASTRAMENTO REALIZADO POR CARLOS TREIN FILHO (1879).

LOCAL DE NASCIMENTO DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS
DE SANTA CRUZ POR LINHAS

122

LOCAL DE NASCIMENTO	LINHAS													TOTAL DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ
	SANTA CRUZ	ENTRADA RIO PARDINHO	RIO PARDINHO	TRAVESSA DONA JOSEFA	DONA JOSEFA	ANDRÉAS	SÃO JOÃO	SINIMBU	VILA THERESA	BOM JESUS	FERRAZ	DAS NOVE COLÔNIAS DA SERRA		
BRASIL	7		9		2								3	21
REMÂNIA	70	16	11	5	84	4	16	19	1	12	12	2	2	254
POMERÂNIA	13	3	63	6	11	23	12	54	6	2	46	1	9	249
PRÚSSIA	2	9	15		2			8	1	2	1			40
SAXÔNIA	1	2	9	1	5		5	1	2	2		1		29
SILÉSIA	1	10	5		2			1	1	1	1			22
OLDENBURG	1	12					1	5	1				1	21
WESTFÁLIA	1	1	1				4		1	1			3	12
HESSEN	2	2	1		1	2	2					1		11
BADEN	5				1		1							7
HANNOVER	2	1	1											4
BAVIERA	1				1									2
MECKLEMBURG			1											1
WÜRTEMBERG									1					1
BRANDENBURG					1									1
LUXEMBURGO			1											1
BÉLGICA										1				1
TOTAL	106	57	116	12	110	29	41	88	17	21	60	5	15	677
BRASIL	7		9		2								3	21
ALEMANHA	99	57	107	12	108	29	41	88	14	21	60	5	15	656

As diferenças entre as duas formas de abordagem da questão da proveniência dos colonos são devidas ao papel percentual das mulheres, muitas vezes buscadas para o casamento em famílias das colônias mais antigas, principalmente São Leopoldo, pelos imigrantes solteiros e das mulheres e filhos nos casos de famílias imigrantes.

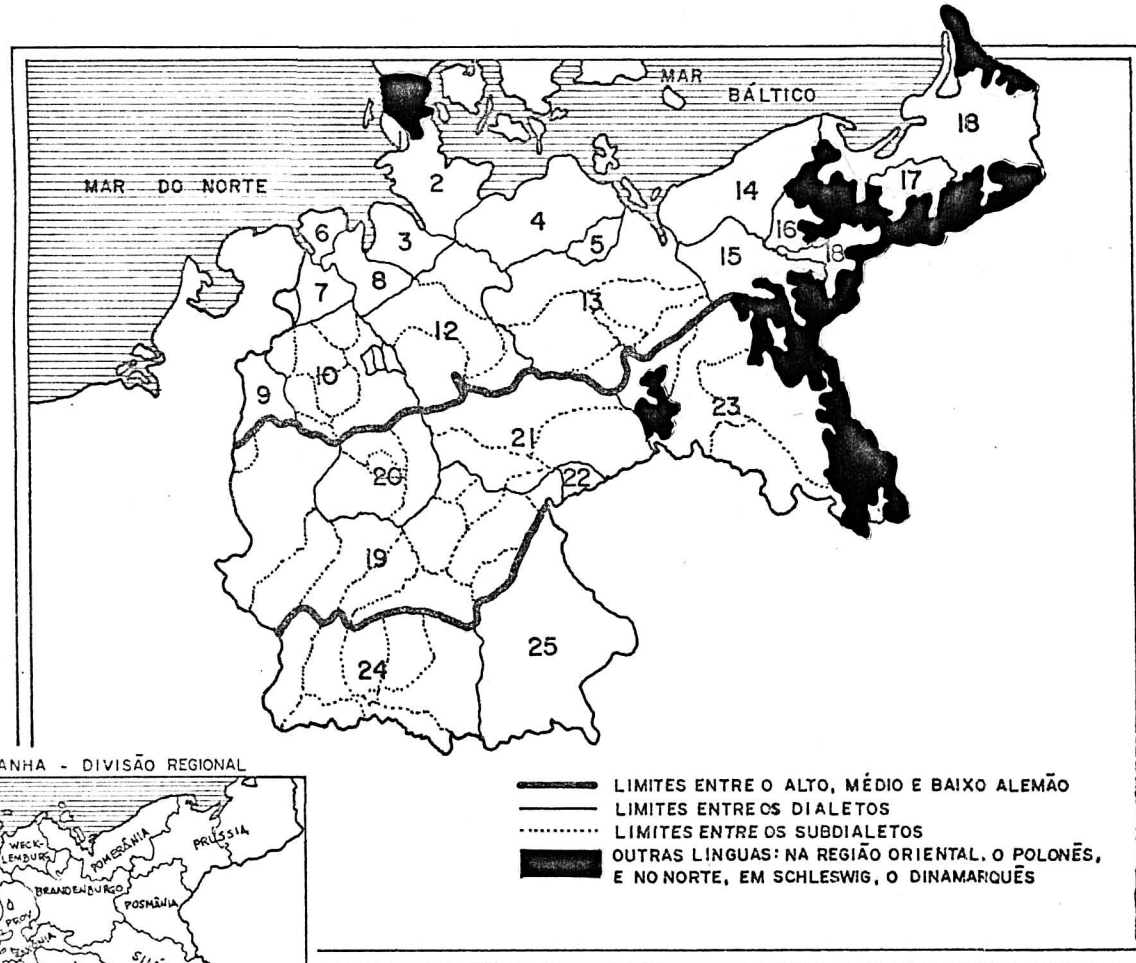
Contudo, esta homogeneidade na origem territorial não significa uma homogeneidade cultural. Os colonos imigrantes da Colônia de Santa Cruz são iguais na extrema miséria que os expulsa de seu país natal, caracterizada no capítulo sobre a Alemanha no século XIX, mas diferentes culturalmente: língua, religião, hábitos e costumes.

1. Os dialetos

Tomando-se por base a classificação do filólogo MAURMANN, no verbete '*Die Deutschen Mundarten*' - os dialetos alemães - da Enciclopédia MEYERS(5), e comparando-a com as informações contidas no cadastramento de TREIN FILHO sobre o lugar de nascimento dos colonos imigrantes de Santa Cruz, conclui-se que os primeiros habitantes da Colônia(possivelmente 80% deles) falavam predominantemente os dialetos pomerano e franco (da Renânia), este último também chamado por MAURMANN de palatino (*Pfälzisch*).

(5)MAURMANN, Emil. *Die Deutschen Mundarten*. In: MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON: Deutsche Sprache. Leipzig, Bibliographisches Institut, 1895. pp.836-43.

DISTRIBUIÇÃO DOS DIALETOS DA LÍNGUA ALEMÃ NO TERRITÓRIO DA ALEMANHA - 2ª METADE DO SÉC. XIX



DIALETOS DA LÍNGUA ALEMÃ

DO ALTO ALEMÃO (Oberdeutschen Mundarten)

1. FRISIO (Friesisch)
2. DE HOLSTEIN (Holsteinisch)
3. DO BAIXO ELBA (Unter Elbe-Mundarte)
4. DE MECKLENBURG (Mecklenburgisch)
5. DE STRELITZ (Strelitzisch)
6. FRISIO ORIENTAL (Ost-Friesisch)
7. DO BAIXO EMS (Unterems Mundarte)
8. DE OLDENBURG (Oldenburgisch)
9. BAIXO FRANCO (Niederfränkisch)
10. WESTFALIANO (Westfälisch)
11. DE LIPPE (Lippisch)
12. DE BRAUNSCHWEIG-LÜNEBURG (Braunschweig-Lüneburgisch)
13. MARQUÊS (Märkisch)
14. POMERANO (Pomerisch)
15. DO VALE DO RIO NETZE (Netze-Mundarte)
16. DO VALE DO RIO BRAHE (Brohe-Mundarte)
17. ALTO PRUSSIANO (Hochpreußisch)
18. PRUSSIANO (Preußisch)

DO MÉDIO ALEMÃO (Mitteldeutschen Mundarten)

19. FRANCO (Fränkisch)
20. DE HESSEN (Hessisch)
21. DA THURINGIA E ALTA SAXÔNIA (Thüringisch-Obersächsisch)
22. BOÊMIO DO NORTE (Nordböhmisch)
23. SILESIANO (Lousitzisch-Schlesisch)

DO BAIXO ALEMÃO (Niederdeutschen Mundarten)

24. ALEMÃO SUEVO (Alemannisch-Schwäb.)
25. BÁVARO AUSTRIACO (Bairisch-Osterreichisch)

ALEMANHA - DIVISÃO REGIONAL



FONTE: MAURMANN, Emil. Die Deutschen Mundarten. In: MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON. Deutsche Sprache. Leipzig, Bibliographisches Institut, 1895. pp. 836-43.

O pomerano faz parte do grupo dos dialetos da língua alemã reunidos no chamado '*Oberdeutsch*' (alto alemão), que junto com o grupo denominado de '*Mitteldeutsch*' (médio alemão) formam o '*Hochdeutsch*' (alemão superior), matriz da língua oficial da Alemanha.

O dialeto franco, da Renânia, é representado, entre os colonos imigrantes de Santa Cruz, pelo subdialeto batizado com o nome da região alemã onde é característico: o '*Hunsrückisch*' de '*Hunsrück*', entre os rios Reno e Mosel, um dos componentes do grupo do '*Mitteldeutsch*'.

Partindo das mesmas fontes, é possível afirmar que entre os pioneiros da colonização de Santa Cruz tenha havido colonos imigrantes que falavam outros dialetos da língua alemã: o prussiano, o silesiano, da Thuringia e Alta Saxônia, o boêmio do norte, de Oldenburg, o Westfaliano e o dialeto de Hessen, todos certamente submetidos ao uso de um dos dois dialetos predominantes: o pomerano e o renano (*Hunsrückisch*), bastante diferentes entre si e que predominaram em uma ou outra linha, conforme a preponderância de um ou de outro grupo(6), pelo menos até que o desenvolvimento econômico, resultando no incremento do comércio, acelerasse as relações sociais nas próprias linhas, entre as linhas e entre as linhas e o núcleo urbano da Colônia, produzindo, conseqüentemente, uma nivelção lingüística, inclusive com a crescente participação de vocábulos portugueses na língua falada pelos colonos(7).

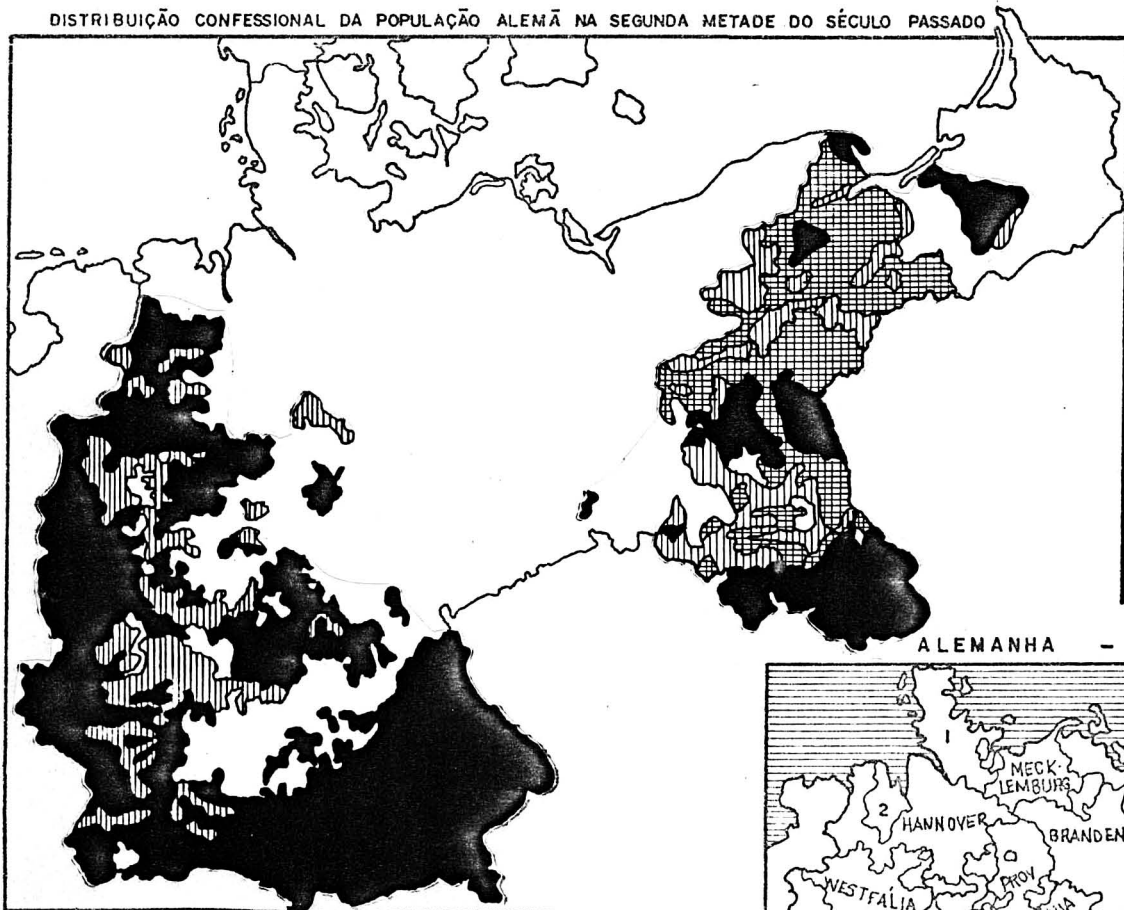
(6)Veja-se o 'Local de nascimento dos colonos de Santa Cruz' discriminado por linhas coloniais, no quadro da página 122.

(7)Sobre a transformação da língua alemã falada pelos imigrantes, são importantes os trabalhos de: WILLEMS, Emílio. A língua. In: Assimilação e populações marginais no Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1940. pp. 187-207. e de OBERACKER, Carlos H. Vocabulário de palavras portuguesas que os descendentes de colonos alemães acolheram na língua vulgar. Sociologia. São Paulo, I(3), 1939.

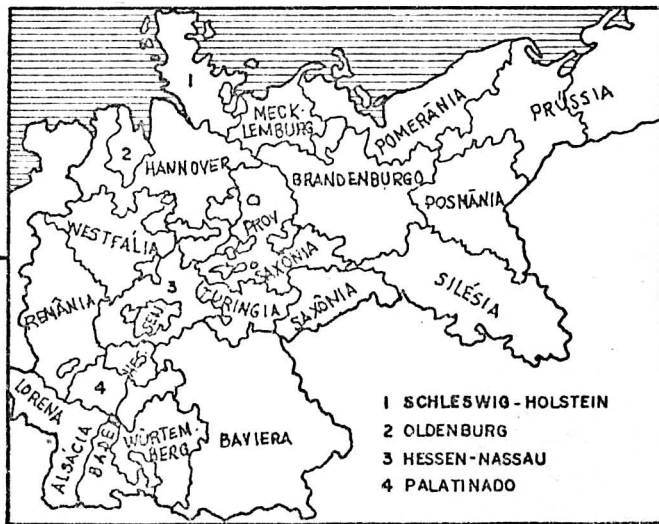
RELIGIÃO DAS FAMÍLIAS DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ
(Por Linhas, segundo o cadastramento de 1879)

RELIGIÃO	SANTA CRUZ	ENTRADA RIO PARDINHO	RIO PARDINHO	TRAVESSA DONA JOSEFA	DONA JOSEFA	ANDRÉAS	SÃO JOÃO	SINIMBU	VILA THERESA	BOM JESUS	FERRAZ	DAS NOVE COLÔNIAS DA SERRA	TOTAL DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ	
PROTESTANTES	43	31	106	8	42	28	31	76	9	11	60	3	8	456
CATÓLICAS	59	23	9	4	66	1	10	12	8	9		2	7	210
MISTAS	4	3	1		2					1				11
TOTAL	106	57	116	12	110	29	41	88	17	21	60	5	15	677

DISTRIBUIÇÃO CONFSSIONAL DA POPULAÇÃO ALEMÃ NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO PASSADO

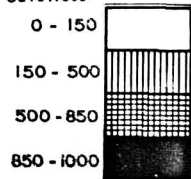


ALEMANHA - DIVISÃO REGIONAL



FONTE: MEYERS KONVERSATIONS - LEXIKON, 1895. V. 4 pp 872 - 3.

De cada 1000 moradores são Católicos:



- 1 SCHLESWIG - HOLSTEIN
- 2 OLDENBURG
- 3 HESSEN-NASSAU
- 4 PALATINADO

2. A religião

Quanto à religião dos colonos imigrantes de Santa Cruz, observa-se segundo as informações colhidas do cadastramento de TREIN FILHO, que 456 famílias, ou 67,36% do total, são protestantes, 210 famílias, ou 31,03% do total, são católicos e 11, ou 1,62% do total, são mistas.

A preponderância de protestantes se dá principalmente entre famílias cujos chefes de domicílio nasceram na Pomerânia: ali de cada 1000 habitantes cerca de 850 a 1000 são protestantes, segundo levantamentos realizados a partir da década de 1850 praticamente em todos os Estados alemães. O percentual de protestantes entre os pomeranos, na Colônia, alcança 98,39%, 245 famílias, contra apenas 1,61%, 4 famílias, de católicos.

O mesmo não se pode afirmar acerca das famílias renanas, ou seja, aquelas cujos chefes de domicílio nasceram na Renânia, pois na Colônia se observa, entre este grupo de famílias, um maior número de católicos: 59,69% (144 famílias) contra 43,31% (110 famílias) de protestantes. Na Renânia, a distribuição confessional é inversa à da Pomerânia: uma vez que, para a segunda metade do século XIX, em cada grupo de 1000 habitantes, cerca de 850 a 1000 são católicos.

Nas famílias de religião mista - onde o chefe do domicílio pertence a um grupo confessional e a mulher a outro - os filhos seguem a religião do pai católico em dois casos e do pai protestante em três casos. Em seis casos os filhos seguem a religião da mãe católica e em nenhum caso, da mãe protestante. As famílias de religião mista encontram explicação para seu comportamento, em relação à religião dos filhos, possivelmente na

rigidez da Igreja católica quanto a este tipo de união conjugal(8) e no fato de o catolicismo ser a religião oficial do Império do Brasil: neste aspecto pode-se inferir sobre as vantagens de ser católico, apesar de estrangeiro ou descendente deles, diante da expectativa de ascensão social(9).

Mais do que o lugar de nascimento na Alemanha e consequentemente a variedade lingüística e de hábitos e costumes, a religião parece ser um fator de extraordinária importância no comportamento social dos colonos, especialmente na primeira fase, antes de a prosperidade econômica possibilitar a superação de possíveis diferenças. Tal questão se confirma ao analisar-se a distribuição dos colonos nas linhas, especialmente nas de ocupação mais recente(10): a distribuição dos lotes nas linhas co-

(8)Os Concílios de Trento, 1545-1563, e do Vaticano I, 1869-1870, proibiam os casamentos mistos:

"Muito faltam neste ponto e, por vezes, collocando em perigo a propria salvação eterna, os que temerariamente contraem matrimonio mixto, do qual a providencia e o amor materno da Egreja afasta os fieis por gravissimas razões, conforme se deduz claramente dos muitos documentos comprehendidos naquelle canon do Codice onde se lê: 'A Egreja prohibe em toda parte, com grande severidade, que se realize o matrimonio entre duas pessoas baptizadas, das quaes uma seja catholica e a outra pertencente a seita heretica ou scismatica e, si houver perigo de perversão do conjuge catholico e da prole, é prohibido tambem pela lei divina' (Cod. Jur. Can. c. 1060)" Encíclica sobre o 'Matrimonio Christão' do Papa Pio XI, de 31 de dezembro de 1930.

Contudo eram concedidas licenças especiais para a realização de casamentos mistos, após longas tentativas de abjuração de fé da parte não católica, com o comprometimento dos cônjuges em relação ao próprio ritual do casamento, que somente se realizava após o pôr-do-sol e em domicílio, e com respeito à educação dos filhos.

(9)A integração de um grupo, ou mesmo de um indivíduo, na grande sociedade requer sua adaptação aos padrões utilizados pelo grupo que nela dá o tom comportamental, inclusive no campo religioso, quando ele detém ainda alguma importância.

(10)Tomando-se por base o cadastramento de Carlos TREIN FILHO, de 1879, e considerando-se a seguinte ordem na ocupação das linhas coloniais de Santa Cruz: Linha Santa Cruz, a partir de 1849; Linha Rio Pardinho, a partir de 1851; Linha Dona Josefa e Travessa Dona Josefa, a partir, principalmente, de 1854; Linha Entrada Rio Pardinho, a partir, principalmente, de 1855; Linha Andréas, a partir de 1856; Linha Sinimbu e Linha São João, a partir de 1857, Linha Vila Thereza, a partir de 1858; Linha Bom Jesus e Linha Ferraz, a partir de 1859; Linha das Nove Colônias, a partir de 1860 e Linha da Serra em 1862.

loniais se dá de um e de outro lado da 'picada' (depois estrada de rodagem), resultando em um povoamento disperso em fileiras com as habitações construídas numa série alongada e contínua ao longo dos dois lados da picada. Neste quadro o que se percebe é que os colonos de uma mesma confissão religiosa procuram agrupar-se por vizinhança, ocupando os católicos e os protestantes diferentes segmentos da linha colonial, onde cada grupo constrói sua igreja e não raro sua própria escola.

Contudo, os relatórios dos diretores da Colônia e sua correspondência não manifestam nos primeiros anos da colonização de Santa Cruz o menor indício de problemas entre católicos e protestantes, talvez pelas dificuldades enfrentadas pelos pioneiros e pela ausência de cléricos(11).

3. Os artesãos

Outro aspecto que não pode ser esquecido na tarefa de caracterizar o imigrante que chega da Alemanha e se torna colono em Santa Cruz é sua profissão. Ao contrário do esperado, é grande o número de artesãos entre os que chegam à Colônia e sua importância numérica teve efeitos que não devem ser desprezados, principalmente no que diz respeito à rapidez com que se instala e prospera o núcleo urbano da Colônia.

(11)Até o final de 1857 os católicos contavam apenas com uma visita anual do vigário da cidade de Rio Pardo para ministrar os sacramentos. Em 11 de dezembro de 1857 é nomeado como capelão da colônia o Pe. João Meinhojph Traube, recebendo a gratificação anual de 400\$000 réis do governo provincial. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Diretoria da Colônia de Santa Cruz, 1857. Colonização 288.

Em 1859, com a elevação da povoação à condição de Freguezia, é nomeado vigário o Pe. Manoel José da Conceição Braga, substituído em 1863 (21 de março) pelo Pe. José Stuer.

Em 1867 existiam na Colônia dois pastores protestantes "*ambos vindos da Alemanha por pedido de seus parochianos*". RIO GRANDE DO SUL. Relatório (...) de Carlos de Koseritz. Porto Alegre, Jornal do Comércio, 1867. p. 24.

MESTRES DE ARTES E OFÍCIOS - SANTA CRUZ, 1866

PROFISSÃO *	EM ATIVIDADE							
			NA POVOAÇÃO		NAS LINHAS		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Alfaiates	20	5,25	2	0,53	3	0,79	5	0,31
Amolador de tesouras	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Abridor de metais	1	0,26	--	----	1	0,26	1	0,26
Abridor em pedras finas	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Boleiro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Canteiro	1	0,26	1	0,26	--	----	1	0,26
Coeiro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Carpinteiros	18	4,73	2	0,53	9	2,36	11	2,89
Construtor de moinhos	3	0,79	--	----	3	0,79	3	0,79
Carniceiros	4	1,05	3	0,79	--	----	3	0,79
Carreiros	8	2,10	5	1,31	1	0,26	6	1,57
Cortidores	7	1,84	3	0,79	2	0,53	5	1,31
Cordoeiro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Destiladores	15	3,94	--	----	15	3,94	15	3,94
Encanador	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Estalajadeiro	1	0,26	1	0,26	--	----	1	0,26
Escultores	2	0,53	1	0,26	--	----	1	0,26
Ferreiros	20	5,25	2	0,53	7	1,84	9	2,36
Ferreiros Aprendizes	3	0,79	2	0,53	--	----	2	0,53
Ferradores	2	0,53	1	0,26	--	----	1	0,26
Fabricantes de pregos	6	1,57	--	----	--	----	--	----
Fabricantes de carros	9	2,36	--	----	3	0,79	3	0,79
Fabricantes de sapatos de pau	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Fabricantes de cerveja	9	2,36	2	0,53	7	1,84	9	2,36
Fabricante de escovas	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Fabr. de panos de lã	3	0,79	--	----	--	----	--	----
Fabricantes de charutos	11	2,89	7	1,84	3	0,79	10	2,62
Fabr. de armas de fogo	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Fabricante de vidro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Falquejador	1	0,26	--	----	1	0,26	1	0,26
Funileiros	5	1,31	1	0,26	3	0,79	4	1,05
Funileiro aprendiz	1	0,26	1	0,26	--	----	1	0,26
Fundidor de ferro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Lapidadores	2	0,53	--	----	--	----	--	----
Limpador de chaminés	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Marceneiros	22	5,77	3	0,79	1	0,26	4	1,05
Moleiros	14	3,67	1	0,26	13	3,41	14	3,67
Mineiros	2	0,53	--	----	--	----	--	----
Moldador em ferro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Maquinista	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Músicos	7	1,84	--	----	7	1,84	7	1,84
Marinheiros	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Negociantes	18	4,73	7	1,84	10	2,62	17	4,47
Ourives	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Oleiros	2	0,53	2	0,53	--	----	--	----
Pedreiros	25	6,57	4	1,05	16	4,19	20	5,25
Padeiros	6	1,57	1	0,26	--	----	1	0,26
Polidor de aço	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Sapateiros	34	8,93	4	1,05	9	2,36	13	3,41
Serralheiros	5	1,31	1	0,26	--	----	1	0,26
Seleiros e lombilheiros	3	0,79	2	0,53	--	----	2	0,53
Taboeiros	2	0,53	--	----	--	----	--	----
Tecelões	54	14,17	--	----	54	14,17	54	14,17
Tintureiro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Torneiros	3	0,79	1	0,26	--	----	1	0,26
Toucinheiros	2	0,53	1	0,26	--	----	1	0,26
Tanoeiros	3	0,79	1	0,26	--	----	1	0,26
Tamanqueiros	3	0,79	2	0,53	1	0,26	2	0,79
Veterinário	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Vidraceiro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
Vinhateiros	3	0,79	--	----	3	0,79	3	0,79
Veleiro	1	0,26	--	----	--	----	--	----
T O T A I S	381	100,00	64	16,80	172	45,14	236	61,94

FONTE: AHRGS. Diretoria da Colônia de Santa Cruz. Relatório do Diretor Affonso Mabilde de 02 de novembro de 1866.

* AS PROFISSÕES FORAM RELACIONADAS COMO APARECEM NA FONTE DOCUMENTAL

Os artesãos representam 23,71% entre os homens com mais de 16 anos(12), isto é, 381 indivíduos num total de 1.607 imigrantes masculinos, maiores de 16 anos, habitantes da Colônia. Os artesãos em atividade, tanto na povoação quanto nas linhas coloniais, representam neste grupo o percentual de 14,69%, o que comprova que nem todos se adaptam ao trabalho agrícola nos lotes coloniais (vistos sob outro ângulo: em relação ao total de mestres de artes e ofícios na Colônia, os artesãos em atividade somam 61,94% do total).

Em ofício de 8 de maio de 1854(13), o diretor da Colônia, João Martin BUFF, comunica que o colono João Henrique Kramer deixou a Colônia vendendo em segredo seu lote para Jorge Hassmann:

"(...) Tenho de ponderar a V. Excia. que João Henrique Kramer não hé lavrador e pouco acostumado a trabalhos de roça não devia ter vindo estabelecer-se, para depois dar maos exemplos vendendo cultivados e terras, para não voltar mais a este lugar." (14)

Outros deixam seus lotes coloniais e passam a se dedicar ao seu ofício na povoação de Santa Cruz:

"Passo as mãos de V. Excia. as incluzas contas de despesas feitas pelo Cofre Provincial com Gustavo e Guilherme von Winterfeld presente-mente no Faxinal de João de Faria e com negócio, estiverão somente quatro meses na Colônia, e como não são agricultores, deixarão os prazos que eo lhes tinha distribuido..."(15)

Contudo, a maior parte deles permanece em seus lotes transformando-se em agricultores ou passando a exercer seus ofícios em suas próprias propriedades. Uma evidência disso são os artesãos mestres tecelões, em número de 54 - 14,71% do total dos

(12)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866. Op. Cit.

(13)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1854. Op. Cit.

(14)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1854. Op. Cit.

(15)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1855. Op. Cit.

artesãos, todos em atividade nas linhas coloniais, portanto em seus próprios lotes, exercendo seu ofício paralelamente ao trabalho agrícola: no ano de 1866 estavam em uso, nas linhas da Colônia de Santa Cruz, 353 rodas de fiar e 41 teares(16). Considerando-se a existência neste ano de 816 'fogos'(17) em toda a Colônia, tem-se a relação aproximada de uma roda de fiar para cada 2,5 domicílios e de um tear para cada 20 domicílios.

4. A família imigrante

Finalmente, para completar a caracterização social dos colonos imigrantes de Santa Cruz, na sua fase inicial, é necessário deter-se na análise da família imigrante, elemento essencial para o entendimento de vários aspectos da vida na Colônia.

A preferência da concessão de lotes coloniais recai sobre os imigrantes casados, o que é determinado no Art. 8º da Lei Provincial nº 229 de 4 de dezembro de 1851:

"São se consideram com direitos de receberem terras os colonos casados ou viúvos com filhos, e os solteiros que se casarem depois de chegarem a Província."(18)

Pedro KLEUGEN, em seu trabalho como agente do governo provincial na Alemanha, comenta, em uma de suas publicações de propaganda(19), as razões deste artigo da lei nº 229:

(16)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866. Op. Cit.

(17)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866. Op. Cit.

(18)RIO GRANDE DO SUL. Índice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o anno de 1835 até o de 1851.

(19)KLEUDGEN, Peter. Op. Cit. Sem paginação.

"Um colono solteiro tem como a experiência mostrou, grandes dificuldades; perde tempo com trabalhos caseiros e sente-se sózinho após a jornada de trabalho, sentindo-se solitário e abandonado. Esta a razão de dar preferência pelos casados."(20)

O artigo da lei provincial e as observações de Pedro KLEUDGEN baseiam-se provavelmente na experiência dos colonos solteiros fixados em Santa Cruz entre 1849 e 1851, sob vigência da lei de nº 514 de 28 de outubro de 1848, do governo Imperial (21) que não trata deste particular.

Segundo um relatório do diretor BUFF(22), em julho de 1851 são 63 os lotes distribuídos na Colônia, dos quais 26 (41,26% do total de lotes distribuídos até então) a imigrantes solteiros.

Em um ofício para a Presidência da Província, de 23 de fevereiro de 1851, BUFF relata o que bem pode ter sido uma das alternativas dos colonos solteiros ante as dificuldades de nessa condição sobreviver na Colônia:

"Levo ao conhecimento de V^a. Excia. que no dia 22 do corrente achando me no interior da Picada de Santa Cruz fazendo roçar a vegetação para facilitar o trânsito de carretas que têm que conduzir a bagagem dos colonos vindos da Silésia, na minha volta soube que se tinham ausentado e seguido para Porto Alegre cinco colonos solteiros, constantes da relação junta, tendo elles feito entrega das ferramentas e obrigando-se por escrito de satisfazer a despesa feita com o seu transporte até a entrada da Picada; o que comunico a V^a. Excia. a fim de deliberar o que for justo."(23)

(20)KLEUDGEN, Peter. Op. Cit. Apud. MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul de Colônia a Freguezia; 1849-1859. Santa Cruz do Sul, APESC, 1979. p.68.

(21)COLLECÇÃO DAS LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL DE 1848. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1849. pp. 35-6.

(22)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1851. Op. Cit. *"Relatório ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Caxias, Presidente da Província, respectivo a prosperidade, agricultura e população da Colônia de Santa Cruz."* Do diretor da Colônia de Santa Cruz João Martin BUFF em 16 de julho de 1851.

Outras referências às dificuldades dos solteiros em permanecerem em seus lotes coloniais aparecem na correspondência da Diretoria da Colônia em 1856, 1858 e 1859.

(23)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1851. Ofício do diretor da Colônia João Martin BUFF, de 23 de fevereiro de 1851, ao Presidente da Província Pedro Ferreira de Oliveira.

Contudo, mesmo depois da lei nº 229, continuam a ser distribuídos lotes coloniais a solteiros na Colônia: em 1853, na Linha Santa Cruz estão ocupados 126 lotes, dos quais 40 por homens solteiros (31,75%) e na Linha Rio Pardinho estão ocupados 70 lotes, dos quais 20 por homens solteiros (28,57%)(24), fato que o diretor BUFF afirma que

"...não há util para a Colonia em geral por não estar o solteiro em estado de tratar da agricultura em termos, tendo de cuidar em arranjos da casa, e alguns nem plantam para o seu sustento."(25)

Outra idéia sobre as dificuldades enfrentadas pelos solteiros e sobre a importância da família como unidade produtiva, é dada pelos depoimentos constantes em oito requerimentos ao Presidente da Província, diante da publicação de editais que obrigavam à efetiva ocupação dos lotes para a legitimação da posse dos mesmos:

"Diz Jacob Heinen, colono, morador nesta Freguezia de Santa Cruz que tomou conhecimento dos editais publicados pelo Ilmo. Diretor da Colônia que todos os prazos colonias abandonados dos seus proprietarios devem reverter ao domínio provincial, vem respeitosa-mente perante Vª. Excia. reclamar o seu prazo colonial, situado na Linha Sinimbu nesta Colônia de Santa Cruz sob nº 69. Este prazo foi lhe distribuído no anno de 1863 e o supplicante principiou a cultivar-o e habitar-o, roga a Vª. Excia. neste tempo era solteiro, e, como tal tinha de lutar com muitas difficuldades mas preservou durante tres annos. Reconhecendo porem que um solteiro não pode subsistir numa colonia e que sua vizinhança consistindo também em homens solteiros, dos quais o supplicante não podia esperar ajuda alguma, ficou obrigado de deixar entretanto o prazo colonial e de procurar aoutra arrumação. O supplicante agora casado deseja muito continuar de cultivar e habitar o ditto prazo colonial, e como elle esta cumprindo as ordens que este Directório lhe impo de limpar a picada e roçar a vegetação vem pedir respeitosa-mente a Vª. Excia. de tomar em consideração o que

(24) AHRGS. Relatório do diretor João Martin BUFF de 19 de setembro de 1853 ao Presidente da Província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu.

(25) Idem.

o supplicante tem a honra de allegar, a fim de que Vª.Excia. se dignè de mandar o que for de justiça. Jacob Heinen. Santa Cruz, 4º de junho de 1871."(26)

Os outros sete colonos apresentam em seus requerimentos os mesmos motivos para o abandono dos lotes e solicitam a consideração do governo, que os atendeu (deferidos em 23/01/1872 pelo Diretor Geral dos Negócios da Fazenda Provincial: Gerônimo Martins F. de Mello).

Uma explicação para a questão dos colonos solteiros nos primeiros anos de Santa Cruz pode ser encontrada, possivelmente, no fato de que a corrente imigratória seja formada por famílias inteiras (em sua maioria jovens: o casal e os filhos pequenos) e por homens solteiros, pois as mulheres solteiras não têm razões e certamente condições para partir sozinhas, porque não encontrariam amparo no país de adoção e, continuam, desta forma, integradas as suas famílias e as suas aldeias, das quais têm maiores dificuldades em se libertar. Outra explicação é indicada por Robert AVÉ-LALLEMANT:

"...No meio de um campo, entre cinzas e carvões, encontrei um belo rapaz - um Mário entre as cinzas de Cartago; há um ano fazia queimadas e vivia do produto de seu trabalho. Mas, queixou-se ele: sozinho, na mata, nem o diabo pode suportar! 'Não podia achar uma esposa; não há moças na Colônia. Apenas se emplumam, batem asas. É geral a queixa sobre a falta de moças vigorosas, dessas que podem reunir na mesma pessoa a criada e a senhora, a mãe e a ama ao mesmo tempo."(27)

Depreende-se de tudo isso o significado da família como unidade social de trabalho articulada por força das exigências diretas da produção econômica, constituindo-se ao mesmo tempo em elemento de reprodução física e social de seus membros (unidade

(26) AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1871. Requerimentos de Jacob Heinen, Henrique Heinen, Frederico Heinen, Adão Weigel, João Schmidt, Pedro Heinen, Carlos Heinen e João Heinen.

(27) AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul, 1858. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. pp. 185-86.

de consumo) e em elemento de produção econômica (unidade de produção)(28). E, na família, a importância da mulher que participa de cada fase da produção de alimentos: derrubada e queimada da mata, preparo do solo, sementeira, controle das ervas daninhas (capina), colheita, transporte, preservação e preparação para a transformação dos produtos colhidos em produtos consumíveis, estoque e, eventualmente, comercialização. São as mulheres que cuidam igualmente do galinheiro e dos outros animais, da ordenha, da preparação dos alimentos, da confecção da maior parte dos utensílios domésticos, enfim, são as mulheres que desempenham a maior parte dos serviços essenciais ao funcionamento efetivo da família enquanto unidade de produção(29).

Apesar de sua importância dentro da família, as mulheres são colocadas em segundo plano e, quase sempre, sob a autoridade do chefe do domicílio, marido ou pai, a exceção cabe as viúvas que desempenham o papel de cabeças da família na falta de um membro masculino em idade e condições de exercer tal função.

(28)MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1983. V. 1. pp. 74-5. A propósito da teoria do valor-trabalho, ressalta a característica própria desta forma de organização econômica: "...A indústria rural patriarcal de uma família camponesa, que produz para seu próprio uso cereais, gado, fio, linho, peças de roupa etc.(...) Essas diversas coisas defrontam-se à família como produtos diferentes de seu trabalho familiar, mas não se relacionam entre si como mercadorias. Os trabalhos diferentes que criam esses produtos, lavoura, pecuária, fiação, tecelagem, costura etc., são na sua forma natural funções sociais, por serem funções da família, que possui sua própria divisão de trabalho naturalmente desenvolvida, assim como a tem a produção de mercadorias. Diferenças de sexo e idade e as condições naturais do trabalho, que mudam com as estações do ano, regulam sua distribuição dentro da família e o tempo de trabalho dos membros individuais da família."

(29)Uma descrição da divisão do trabalho na família imigrante (camponesa) é feita em: SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974. pp. 75-7. E também em: ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. p. 559.

É a família que detém e organiza o essencial da vida econômica da Colônia, é no seu interior que produz os bens necessários à sua subsistência e outros que troca por bens ou serviços com outras famílias.

A família caracteriza-se por uma quase total integração de seus membros com sua exploração agrícola, isto é, as atividades agrícolas são orientadas principalmente à produção suficiente para satisfazer as necessidades básicas de seus membros e os compromissos assumidos com o governo provincial (despesas de assentamento e preço de lote).

Suportando-se nas informações do cadastramento de Carlos TREIN FILHO, realizado exatamente no momento em que a Colônia abandona a produção simples de mercadorias e integra-se definitivamente no mercado capitalista, é possível concluir que a ocupação dos lotes coloniais por homens solteiros é uma característica transitória dos primeiros anos da colonização de Santa Cruz e que logo em seguida, ainda na fase de produção para a subsistência, predomine de forma absoluta a exploração dos lotes coloniais por famílias nucleares (o casal e seus filhos) até como resposta às necessidades impostas pela carência de mão-de-obra na colônia.

As informações contidas no cadastramento realizado por TREIN FILHO reforçam a idéia de que, pelo menos na fase inicial, as famílias de Santa Cruz tenham as necessidades de consumo de seus membros como seu objetivo principal e a força de trabalho familiar como o meio de alcançá-lo, de tal forma que a subsistência é a primeira preocupação e a produção de mercadorias (excedente) decorrente da satisfação primeira das necessidades do núcleo familiar.

Percebe-se ainda que a família, na maioria absoluta dos casos, passada a fase inicial de implantação da Colônia, é com-

posta por familiares sanguíneos de duas ou três gerações. Aquele que se une em casamento com um dos membros da família passa também a ser considerado membro de pleno direito na medida em que se submete aos padrões de conduta estabelecidos sob a autoridade do pai ou avô (chefe do domicílio), somente o estabelecimento autônomo do novo casal lhe garante a independência e o prestígio do resto da comunidade.

SHANIN(30), que se refere à família como '*unidade doméstica campesina*', a descreve como uma unidade de organização social de alta coesão, com divisões básicas de trabalho, autoridade e prestígio. Geralmente, o chefe é o pai de família ou o membro mais antigo. Sua autoridade sobre os outros membros e os assuntos relativos à unidade doméstica implicam, segundo a tradição camponesa, em direitos autocráticos e obrigações gerais de cuidado e proteção. A unidade doméstica é considerada por SHANIN como unidade básica de produção, consumo, posse, socialização, sociabilidade, apoio moral e ajuda econômica mútua, o que se enquadra perfeitamente à caracterização da família de colonos de Santa Cruz:

- Como unidade de produção e consumo já foi caracterizada há pouco.

- Como unidade de posse é caracterizada na medida em que a propriedade, considerada sob a ótica da família, não é propriedade pessoal de seu chefe mas propriedade familiar, onde o chefe é mais quem dirige a propriedade do que proprietário e seu

(30)SHANIN, Teodor. La clase incómoda. Madri, Alianza Universidad, 1983. p. 55.

papel primordial é dirigido em função do suprimento das necessidades básicas de manutenção e reprodução da família e de seus bens, considerados propriedades comuns de seus membros.

- Como unidades de socialização a família é definida na medida em que é no seu interior e por meio dela que os indivíduos tornam-se membros de uma sociedade e definem seus papéis específicos nela. A definição de seus papéis sociais é desenvolvida pela participação precoce das crianças na divisão do trabalho familiar, desde cedo desempenham tarefas que cumprem a função de introjetar comportamentos relativos aos papéis sexuais, às obrigações e direitos que vêm anexos a eles.

- Como unidade de sociabilidade a família caracteriza-se na medida em que a categoria de membro de uma família, considerado em função de sua participação absoluta nela, é que define o prestígio e a posição do indivíduo na comunidade local. Esse prestígio e essa posição são determinados pelo prestígio da família a que pertence o indivíduo e pela posição que ele ocupa dentro dela(31).

- Como unidade de apoio moral e ajuda econômica mútua de seus membros a família de colonos se define pela estreita coesão que a caracteriza: o indivíduo não conta por direito próprio, ele não é senão uma parte do conjunto familiar e seria ilógico supor que sua existência como indivíduo possa se dar fora

(31)SHANIN, Teodor. Op. Cit. pp. 279-80. Afirma que a posição do indivíduo na família depende fundamentalmente de sua progressão através de certas posições básicas: infância, maturidade parcial antes do matrimônio, o período do matrimônio antes da completa independência, a independência (que pode ser obtida abandonando a exploração familiar e estabelecendo sua própria, ou convertendo-se em cabeça da família por retiro ou falecimento dos pais), e, finalmente, o período de retiro.

da unidade da família, no período histórico em questão. Daí também o compromisso da família na ajuda econômica a um de seus membros na tarefa de constituir-se independentemente como nova unidade familiar através do casamento, que se constitui em postulado absoluto para a exploração econômica de um lote colonial e do prestígio social do colono.

A economia de subsistência (1849-1859)

Distante cerca de quarenta quilômetros da cidade de Rio Pardo, em uma região relativamente isolada onde inexiste qualquer organização produtiva anterior, a Colônia de Santa Cruz nos seus primeiros anos passa por uma fase caracterizada pela subsistência das famílias que nela se estabelecem. Esta forma de organização econômica que se constitui em Santa Cruz nos primeiros anos de sua colonização se enquadra no conceito desenvolvido por LUXEMBURGO(32) de uma "economia rural" marcada pela quase completa auto-suficiência dos colonos imigrantes que desenvolvem uma agricultura e um artesanato de subsistência que suprem praticamente todas as necessidades. É raro o consumo de mercadorias produzidas fora da unidade familiar, limitando-se praticamente ao sal, ao ferro (na forma de ferramentas) e a algum tecido. Também não há a produção de excedentes, principalmente nos primeiros anos desta fase. O uso da moeda é limitado e parece ser maior no primeiro ano de estabelecimento de cada unidade, quando ainda não existe a produção e os alimentos precisam ser comprados

(32)LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do Capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. Capítulos 27, 28 e 29.

de comerciantes de Rio Pardo, providência possibilitada pelo fornecimento de subsídios pecuniários, aos colonos mais necessitados, pelo governo provincial, pelo menos até 1854.

As condições dadas na Colônia nos seus primeiros anos determinam a configuração da unidade de produção e consumo - a família do colono imigrante - como unidade familiar de subsistência, caracterizando em Santa Cruz a reprodução de uma forma de organização econômica já superada (destruída) na Europa, particularmente na Alemanha, com o desenvolvimento do capitalismo em todos os setores, em muito semelhante à família camponesa medieval caracterizada por KAUTSKY(33):

"A família camponesa medieval constituía uma comunidade econômica que se bastava a si mesma, auto-suficiente; uma comunidade que não somente produzia seus próprios meios de subsistência, senão que também construía sua habitação, seus móveis e utensílios domésticos, que fabricava a maior parte de seus instrumentos de trabalho, curtia as peles, fiava o linho e a lã, confeccionava suas roupas, etc. O camponês ia ao mercado, por certo, porém não vendia senão uma sobra de sua produção, comprando supérfluos, exceção feita ao ferro, de que se servia limitadamente. Do mercado podia depender sua comodidade, porém de nenhum modo sua existência."

A produção nestas unidades familiares de subsistência parece obedecer, nos primeiros anos, à lógica da reprodução do conhecimento técnico que os imigrantes trazem sobre agricultura e artesanato de suas regiões de origem na Alemanha. Ou seja, tratam os colonos, uma vez construída a primeira habitação: uma choupana coberta de folhas de gerivá e de paredes de barro, cha-

(33)KAUTSKY, Karl. El campesino y la industria. In: _____ . La cuestión agraria. México, Siglo Veintiuno, 1977. p. 7.

mada pelos colonos de "*Lehmhütte*"(34) e derrubada a mata, em um espaço suficiente para os primeiros cultivos, de plantar batata inglesa, abóboras, aveia, centeio, cevada, ervilhas, trigo e rãbanos para a alimentação, fumo para uso próprio, colza para fabricar óleo para a iluminação e linho para a confecção de tecidos, produtos todos cujas técnicas de cultivo conhecem de sua terra natal e cujas sementes, não raro foram trazidas consigo da Alemanha(35). Mais tarde, geralmente por ocasião da segunda plantação, os colonos começam a plantar os produtos locais: milho, feijão, arroz, amendoim, batata doce e mandioca para a alimentação e o algodão para fabricar tecidos, influenciados por algum colono migrado de uma colônia mais antiga ou instruídos por fun-

(34)Esta habitação inicial: "*Lehmhütte*", literalmente: rancho de barro, é substituída na primeira oportunidade, geralmente depois de lançadas as primeiras sementes sobre o solo recém-desbravado, por uma habitação maior e mais sólida, com telhado de tabuinhas (madeira lascada) e paredes sustentadas por caibros de madeiras cujos vãos são preenchidos por ripas trançadas cobertas de barro, chamada pelos colonos de "*Lehmhaus*", literalmente: casa de barro. A terceira fase da habitação da família de colonos ocorre passados os primeiros anos do desbravamento. Caracteriza-se pela construção de uma habitação mais complexa: "*Fachwerkhaus*" - casa enxaimel e taipa, ou enxaimel de tijolos ou ainda enxaimel e pedras de arenito - substituída no final do século por uma construção de inspiração burguesa, com paredes sólidas de pedras e telhado de telhas, com aposentos amplos e bem iluminados que atesta a prosperidade de seus proprietários.

Sobre a questão das habitações coloniais alemãs recomenda-se: WEIMER, GUnter. A arquitetura rural da imigração alemã. In: BERTUSSI, Paulo I. e outros. A arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. pp. 95-119.

(35)KIRCHHOFF, Karl. Chronik der Familie Kirchhoff. Travessão Dona Josefa, manuscrito, 1868. Sem paginação.

Também: RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta Província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos, no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre, Rio-Grandense, 1969.

"O colono chegando aqui, pode cultivar, a par dos productos da zona intertropical, todos os que produz o norte da Europa e a cultura dos quaes está accustomed. É esta uma vantagem muito apreciável que evita que o colono logo à sua chegada tenha de mudar de habitos e genero de trabalho."

cionários do governo provincial ligados à administração da Colônia(36). O mesmo ocorre com o artesanato de subsistência: é a reprodução do conhecimento que têm os imigrantes das técnicas em uso nas regiões em que viviam na Alemanha.

"Para muitos o trabalho na selva, em si já penoso, tornou-se ainda mais pesado porque não procediam sequer do meio rural, crescendo a todos esses fatores adversos o novo clima e as novas condições de vida. O rancho de barro era a primitiva moradia. Dinheiro havia pouco. Cada qual procurava plantar o necessário para o seu sustento, assim como por via de regra cada qual era seu próprio pedreiro e carpinteiro, seu próprio ferreiro, marceneiro, sapateiro e curtidor. Panos e fazendas mais grossas eram tecidos com fios de linho, da própria produção. A farinha era moída a mão. Em casa, muitas vezes uma simples conchinha com gordura e pavio serviam de luz, sendo que as velas, muito caras para o uso comum, também eram produzidas pelos processos comuns conhecidos entre os imigrantes. Do óleo conseguia-se uma luz mais clara, sendo então bastante comum o óleo de sementes de colza, uma forragem que antigamente se plantava aqui. (...) Para o mesmo fim se aproveitavam as sementes de abóbora e um certo tipo de azeitona brava."(37)

O preparo da primeira plantação inicia com o desmatamento, queima e limpeza de uma pequena roça(38) onde se lançam as sementes entre os troncos carbonizados(39) com a ajuda somente de uma enxada (o arado é utilizado quando os troncos, já apodre-

(36) KIRCHHOFF, Karl. Op. Cit.

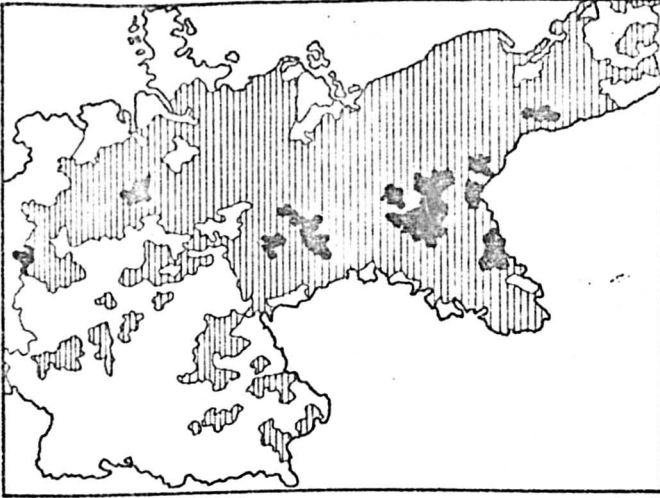
(37) ASSMANN, M. A. Os primeiros anos. In: LOEFFLAD, F. e outros. Centenário da colonização alemã em Rio Pardo - município de Santa Cruz do Sul - 1852-1952. Santa Cruz do Sul, Bins & Rech, 1952. p. 43.

(38) "...*zuerst eine kleine Roça zu hauen, zu brennen und sauber auszuräumen* ..." KIRCHHOFF, Karl. Op. Cit.

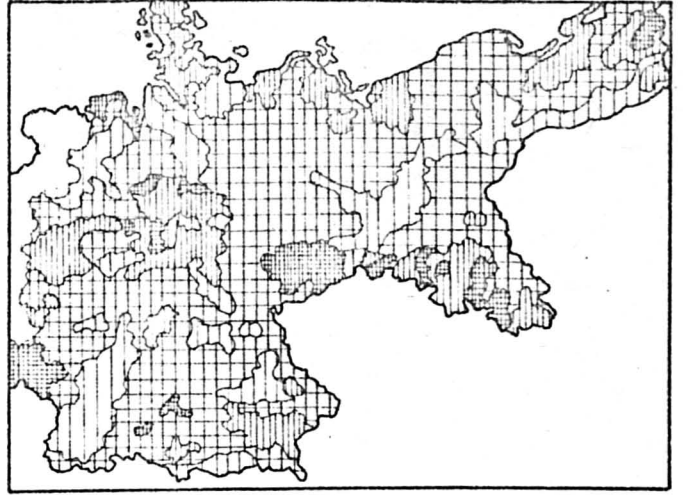
(39) "...*tudo é brutal e cruel destruição. Em toda a parte troncos de árvores meio carbonizados e cinzentos - restos do voraz incêndio da mata na floresta semitostada! Só depois de muitos anos apresenta um destes estabelecimentos coloniais um quadro de paz tranqüila, de repouso ordenado, de amenidade exterior. Até agora só cferece o aspecto da desenfreada destruição, mostrando o desenvolvimento das plantações a exuberancia e fertilidade do solo conquistado.*" AVÉ-LALLEMANT descreve a Colônia de Santa Cruz, que visitou em 1859. AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit. p. 175.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA ALEMANHA 2ª METADE DO SÉCULO XIX

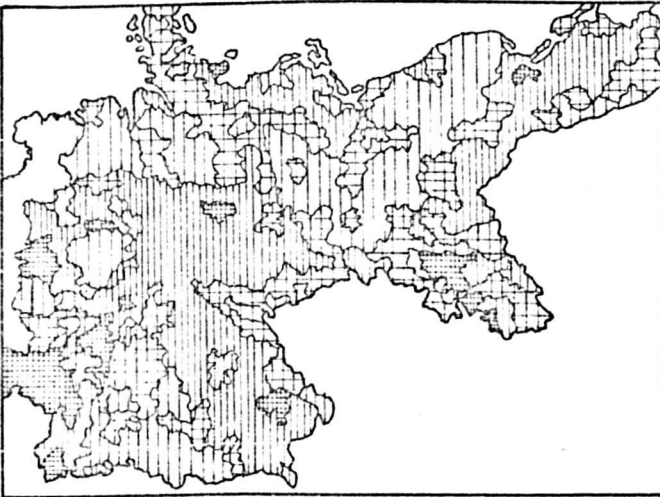
PRODUÇÃO DE CENTEIO



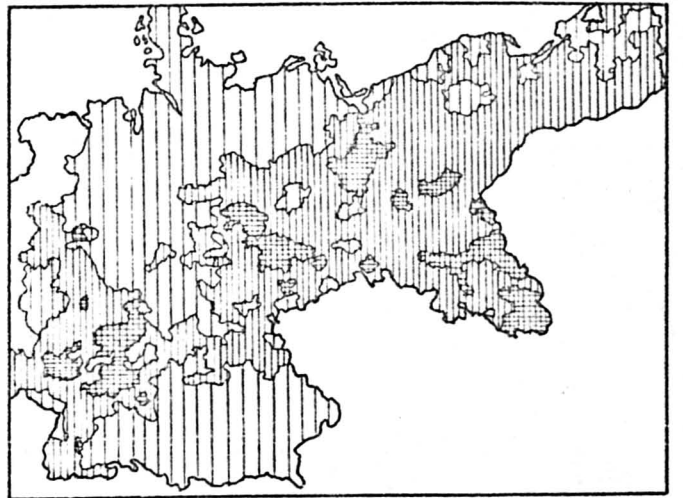
PRODUÇÃO DE AVEIA



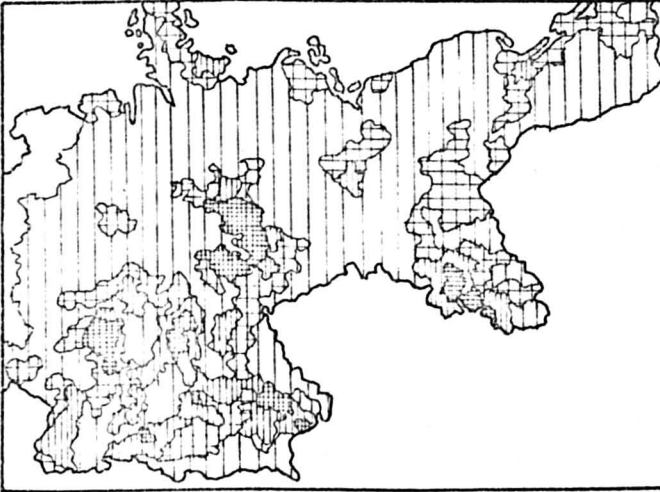
PRODUÇÃO DE TRIGO



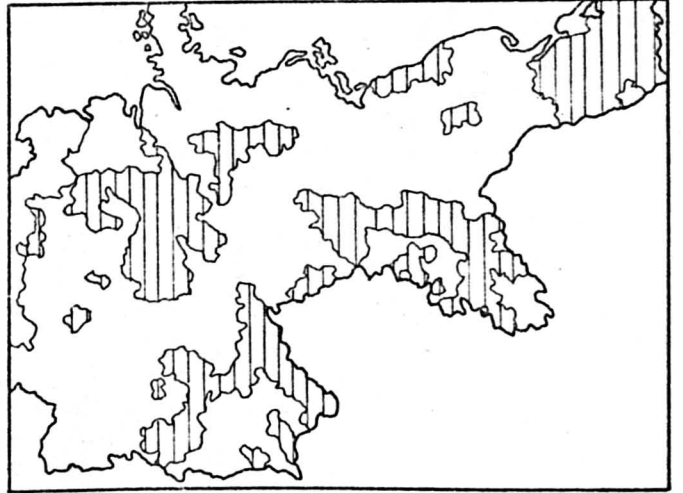
PRODUÇÃO DE BATATA INGLESA



PRODUÇÃO DE CEVADA



PRODUÇÃO DE LINHO

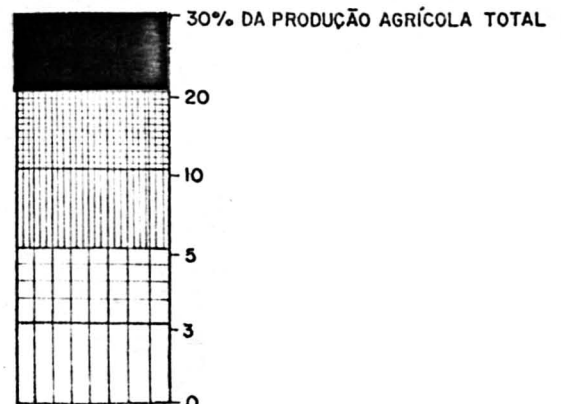


ALEMANHA - DIVISÃO REGIONAL



FONTE: BROCKHAUS CONVERSATIONS - LEXIKON, 1883 - DIV. VOL.
MEYERS CONVERSATIONS - LEXIKON, 1895 - DIV. VOLUMES.

LEGENDA :



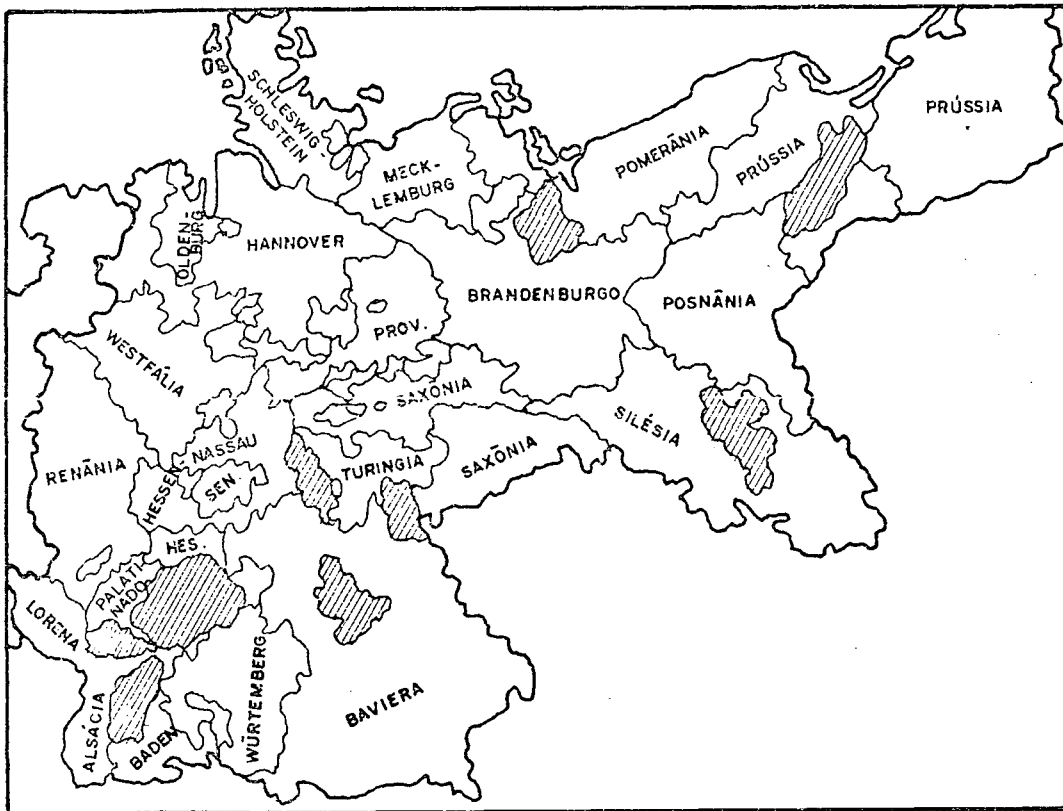
cidos, o permitem e quando os animais de tração podem ser comprados). As primeiras plantações são de batata inglesa, conhecida por todos os alemães e cultivada como principal alimento nas regiões de onde provêm os imigrantes que se tornam colonos em Santa Cruz. Também a aveia, que representa em algumas partes da Renânia mais de 12% da produção agrícola total e na Pomerânia mais de 8%, na segunda metade do século XIX, utilizada como forragem animal e alimento humano, e o centeio, que representa, na mesma época, para toda a porção norte da Alemanha sempre mais de 10% de toda a produção agrícola, são utilizados nos primeiros anos como primeira cultura por sua rudez. Contudo, a maior parte dos colonos, já na segunda plantação, começa a substituir a aveia e o centeio pelo milho que apresenta maior rendimento e se adapta à alimentação de homens e animais com a vantagem de conservar-se melhor. Já o trigo, importante praticamente em toda a Alemanha e lá destinado principalmente ao consumo das camadas mais abastadas da população, é aqui, apesar de seu pouco rendimento e das dificuldades em adaptar as espécies européias às terras novas da Colônia, transformado em símbolo de 'status' na forma de pão branco na mesa dos colonos(40). O linho que na Alemanha sempre esteve ligado ao artesanato de subsistência, pois a indústria têxtil abastecia-se principalmente do algodão importado dos Estados Unidos(41), na Colônia desempenha o mesmo papel e não chega a ser desbancado pelas tentativas de introdução do algodão nos primeiros anos da colonização, mas sim pelo desenvol-

(40)KIRCHHOFF, Karl. Op. Cit.

(41)MEYER KONVERSATIONS-LEXIKON. Op. Cit. 1985. v. 4. pp. 380-85.

ALEMANHA

FUMICULTURA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX



FONTE: BROCKHAUS' CONVERSATIONS-LEXIKON. 1883 - Diversos volumes
 MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON. 1895 - Diversos volumes

vimento do comércio que acaba final e definitivamente, por volta da década de 1870, por substituir os tecidos artesanais, produzidos pelos próprios colonos, pelos manufaturados importados da Inglaterra.

O fumo, conhecido e cultivado na Alemanha desde o século XVI nas variedades Virgínia (Havana) e Rústico(42), se adapta perfeitamente às terras novas da Colônia e é plantado inicialmente para o consumo próprio(43). A respeito dele, o Diretor da Colônia, em seu relatório de 16 de julho de 1851(44), coloca:

"Na Colônia não houve este anno ainda plantações grandes, excepto fumo em rama em quantidade, que podem exportar algumas arrobas, o terreno para isto hê propicio.(...)"

Em maio de 1851(45), o Diretor da Colônia acusa o recebimento de *"sementes de varias qualidades de trigos e cevadas"* enviadas pelo governo provincial, ao mesmo tempo em que solicita

(42) BROCKHAUS CONVERSATIONS-LEXIKON. Leipzig, S.A. Brockhaus, 1886. v. 15. pp. 429-36. (verbeta 'Tabak').

MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON. Op. Cit. 1897. v. 16. pp. 637-41. (verbeta 'Tabak: Produktion und Verbrauch').

(43) As primeiras plantações de funo na Colônia não mereciam muito cuidado por parte dos colonos, considerada como uma planta rústica e destinada ao consumo próprio, era semeada na horta, em um canteiro coberto com cinzas, no final do inverno e depois de dois meses as mudas eram replantadas, preferencialmente em um dia úmido e sem sol, em algum pedaço de roça nova. No começo do verão realizava-se a colheita, as plantas inteiras eram cortadas, deixadas ao sol para murcharem, levadas a um galpão onde se aguardava que tomassem ponto, quando então as folhas eram separadas do caule, tiradas as nervuras centrais e enroladas em forma de uma longa corda, cuja confecção necessitava da ajuda de várias pessoas. A corda de fumo era por sua vez enrolada em um 'tronco' de cinco a sete pés de comprimento e guardado em lugar sombrio protegido da umidade. Diariamente a corda de fumo era transferida para outro 'tronco' e apertada para que 'sangrasse'. O processo estava terminado quando cessava o 'sangramento' e o fumo atingia uma cor escura e um aroma agradável e característico. KIRCHHOFF, Karl. Op. Cit.

(44) AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1851.

(45) AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1851.

"remessa de quaisquer outras sementes, próprias e de utilidade para a referida Colonia". No relatório de julho do mesmo ano, o Diretor já faz referência à colheita de algum feijão e milho, além de batatas, para o consumo e sementes, para as plantações dos meses de agosto e setembro, mais sementes "se arranjará pelos arredores das cidades de Rio Pardo e Encruzilhada"(46). Em ofício de 6 de fevereiro de 1856(47), o Diretor BUFF informa que os colonos solicitam o cumprimento do artigo 10º da Lei Provincial nº 229(48) e pedem sementes de batatas, milho e feijão. Em abril deste ano acusa o recebimento de uma barrica de sementes de trigo para distribuir entre os colonos enquanto que informa que mandou vir de Camaquã sementes das três variedades plantadas então na Província. Como se percebe, o governo e especialmente a direção da Colônia tratam de fornecer as sementes precisas, de um lado como forma de evitar que dependessem somente dos subsídios do governo para se manterem e de outro garantindo que os novos colonos possam recorrer aos anteriormente fixados para obterem víveres nos primeiros meses após a chegada. Outro aspecto que chama a atenção é a insistência sobre o trigo que deixa transparecer o desejo de ver reabilitada sua produção no Rio Grande do Sul, desta vez entre os colonos alemães, já que nas antigas regiões colonizadas por açorianos seu fracasso se confirmara.

(46)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1851.

(47)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1851.

(48)"Artigo 10º - Sera por conta do cofre provincial a despeza da conducção dos colonos desde o porto de Rio Grande até as colonias e bem assim a que se fizer com a ferramenta, e sementes, que lhes suprirá por uma vez."

RIO GRANDE DO SUL. Indice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul desde o anno de 1835 até o de 1851. Porto Alegre, Rio-Grandense, 1872. Lei Provincial nº 229 de 4 de dezembro de 1851.

No relatório ao governo provincial, de 19 de setembro de 1853(49), o Diretor BUFF informa que:

"Todo o producto deste anno tem se consumido com os colonos recentemente chegados, menos 245 saccos de feijão e 160 arrobas de fumo em rama que já se venderão, ou estão prontas para este fim."

As geadas em 1853 foram tão fortes, informa o Diretor, que foram destruídas as plantações de cana, mamona, algodão e laranjas que em certos lugares não houve colheita de batatas. Nestes lugares crê ser melhor plantar trigo e relata:

"(...)plantou-se porção de diferentes qualidades para semente e consumo, julgo ser este o melhor ramo de commercio, tendo lugares bons para as maquinas de fazer farinha iguais as que vem dos Estados Unidos."

Informa, ainda, que existem na Colônia, em 1853,

"105 cavallos, 14 mulas, 55 vacas de leite, 12 bois mansos, 69 porcos para engordar e 805 porcos para criação, também tem os colonos grandes porções de aves de todas as qualidades."

Os cavalos, as mulas e os bois mansos são usados como animais de tração, os porcos são criados para fornecerem carne, conservada na forma de embutidos e defumados através de técnicas trazidas da Alemanha pelos colonos, e gordura(banha). As aves abastecem as famílias com ovos e carne, os gansos e patos são criados para que com suas penas sejam feitas cobertas e travesseiros.

A produção agrícola e a criação de animais crescem ano a ano na proporção em que novos lotes vão sendo distribuídos e ocupados e os antigos vão tendo maiores áreas exploradas e em melhores condições, em alguns casos já com a utilização do arado

puxado por animais. Contudo, todo o trabalho das unidades familiares é ainda dedicado à subsistência de seus membros e eventualmente algum excedente é lançado no mercado para a obtenção de mercadorias que a família não pode produzir.

Em 1854 o Diretor da Colônia de Santa Cruz deixa clara esta condição dos colonos:

"A indústria por hora não tem tido incremento, existem até o presente somente derrubados os mattos e rotiadas as terras com as plantas próprias ao clima, para servirem de sustento aos colonos e suas famílias, e as sobras forão vendidas em Rio Pardo ou na Colônia, a negociantes, os quais exportão para diferentes lugares desta Provincia e mesmo fora della."(50)

No final do ano de 1854 é demarcado o terreno para a povoação da Colônia de Santa Cruz, no Faxinal de João de Faria, comprado pelo governo provincial. Em março de 1855 são concedidos os primeiros terrenos aos interessados.

No final de 1856 o Diretor da Colônia informa(51) a existência de cinco '*casas de negócio*', chamadas pelos colonos de "vendas" - "*Kaufläden*", na nova povoação de Santa Cruz.

Os comerciantes da povoação e depois os que se estabelecem nas próprias linhas coloniais, nos entroncamentos, bifurcações ou próximos à Igreja e Escola, são colonos que se especializam no comércio deixando a agricultura e muito raro comerciantes de outras regiões. A relação entre os comerciantes e os colonos quase nunca envolve dinheiro, especialmente nesta fase inicial, os colonos se abastecem daqueles produtos que necessitam e não são capazes de produzir e pagam com os excedentes de sua produção animal ou por ocasião da colheita. Abastecem-se de fer-

(50)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1854.

(51)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1856.

ramentas, sal, açúcar, café, tecidos e pagam com milho, feijão, fumo, banha, derivados do leite (manteiga, queijos), ovos, etc.

AVÉ-LALLEMANT descreve uma manhã de domingo na povoação da Colônia de Santa Cruz:

"...a praça em frente da casa de meu hospiteiro inglês apresentava um aspecto animado. De todos os lados chegavam, trotando, colonos alemães vindos a Fachinal para comprar as provisões da semana; ouvem-se todos os nomes alemães; na praça ouvi chamar Schultz, Müller, Meyer e até Winterfeld.*

Chegou também gente com milho e feijão para vender, em alforjes pendurados nos animais de carga. Sobre os alforjes senta-se geralmente uma criança de cabelos louros, de oito a dez anos, menino ou menina, pouco importa! Mas quanto menor, melhor, para que o animal possa andar com mais facilidade. Inteiramente sozinhos, esses pequeninos cavaleiros, andando uma ou duas milhas até cá, conduziam-se com tão modesta seriedade, tanta segurança e tranquilidade, que me obrigaram a rir. Descarregados, porém, os animais, num instante a gurizada salta nos cavalos e em pleno galope, desaparece atrás das moitas e da floresta." (52)

ROCHE(53) afirma que as trocas comerciais nas colônias no início se faziam à vista, isto é, o colono trazia alguns produtos ao comerciante e levava em contrapartida os artigos ou gêneros de que necessitava. Depois, foi adotada a prática da conta-corrente, em que os produtos trazidos pelo colono entravam como receita e os fornecidos pelo comerciante como despesa, que se apresentava mais vantajosa, evitando deslocamentos desnecessários e perda de tempo. ROCHE coloca que este sistema de trocas comerciais é característico de todas as colônias alemães e o credita à ausência de capital mobiliário e de moeda circulante.

(52)O inglês de que fala LALLEMANN é Guilherme LEWIS que se estabelece na povoação logo após sua fundação, era proprietário de terras entre a cidade de Rio Pardo e a Colônia. AVÉ-LALLEMANT, Robert. Op. Cit. pp. 173-74.

(53)ROCHE, Jean. Op. Cit. v. 11. pp. 410-11.

Em Santa Cruz a prática de trocas comerciais sem a intermediação de dinheiro é corrente e beneficia os comerciantes no papel de intermediários. Não é por menos que em 1856, até o mês de agosto, a Colônia de Santa Cruz, leia-se os comerciantes de Santa Cruz, havia exportado produtos que alcançaram a soma de 33:900\$000 réis.

RELAÇÃO DOS PRODUTOS EXPORTADOS DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ DURANTE O ANO DE 1856 (Até o mês de agosto)

Descrição	Preço Unitário	Preço Total
2.000 sacos de feijão para a cidade de Rio Pardo e o município	6:000 réis	12:000\$000 réis
400 sacos de feijão para o Erval, Passo Fundo e Capela Soledade	6:000 réis	2:400\$000 réis
100 sacos de feijão a serem conduzidos na época presente	7:000 réis	7:000\$000 réis
2.000 sacos de milho	2:240 réis	4:480\$000 réis
200 sacos de batatas	2:000 réis	400\$000 réis
150 arrobas de erva mate	2:560 réis	384\$000 réis
120 arrobas de fumo	6:000 réis	720\$000 réis
6 arrobas de rapé	16:000 réis	96\$000 réis
100.000 charutos	7:000 réis	700\$000 réis
100 arrobas de banha de porco	8:000 réis	800\$000 réis
800 arrobas de toucinho	6:000 réis	4:800\$000 réis
10 arrobas de manteiga	12:000 réis	120\$000 réis
SOMA TOTAL		33:900\$000 réis

FONTE: Anexo nº 5 do Relatório do Diretor João Martin BUFF de 15 de agosto de 1856. AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1856.

Um indício das vantagens obtidas pelos comerciantes enquanto intermediários entre os colonos (produtores diretos) e os consumidores ou outros comerciantes é dado por um ofício do Diretor Antônio Prudente da FONSECA(54) de 5 de outubro de 1859,

(54)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1859.

O Diretor João Martin BUFF pediu exoneração do cargo em 26 de janeiro de 1859, sendo substituído a partir de então pelo Vice-Diretor Antônio Prudente da FONSECA, que ocupou o cargo até dezembro do mesmo ano, quando foi nomeado Juiz Comissário de Rio Pardo e substituído por Carlos SCHWERIN.

em que informa à Diretoria Geral das Colônias que um colono de Linha Rio Pardinho, tendo feito uma canoa de tábuas e carregando-a com milho, saiu da Colônia através do Rio Pardinho e chegou à cidade de Rio Pardo no dia seguinte vendendo o milho pelo dobro do preço daquele que conseguiria na Colônia.

Neste período de dez anos, 1849-1859, marcado por uma economia de subsistência, a Colônia de Santa Cruz é estabelecida e consolidada, de tal forma que em 1859 sua povoação é elevada à condição de Freguezia e a partir de 1860 os imigrantes que chegam à Província começam a ser destinados a outras colônias oficiais e particulares.

A população da Colônia, neste período, tem o seguinte comportamento:

POPULAÇÃO DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ

ANO	NÚMERO DE HABITANTES
1849	12
1850	72
1851	175
1852	254
1853	692
1854	891
1855	1.022
1856	1.230 (abril) e 1.451 (dezembro)
1857	1.798
1858	2.221
1859	2.723

FONTE: Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul de 1850 a 1859.

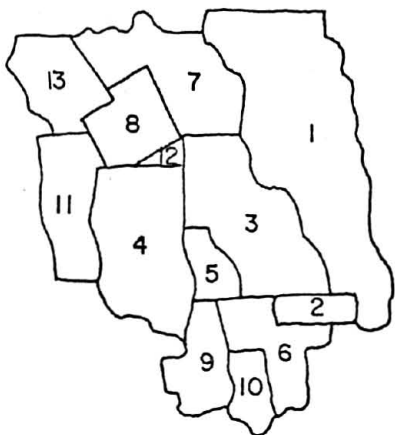
Para o ano de 1849: MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz de Colônia a Freguezia; 1849-1859. Santa Cruz do Sul, APESC, 1979. p. 33.

Seu crescimento deve-se principalmente à chegada de novos imigrantes mas é de importância também, especialmente depois de 1854, com a regulamentação da Lei de Terras e com a Lei Provincial nº 304, que possibilitam a compra dos lotes coloniais (na verdade obrigam a compra, como única alternativa de posse),

AGRICULTURA EM SANTA CRUZ (1860 - 1881) - CEVADA, ARROZ, CENTEIO E TRIGO

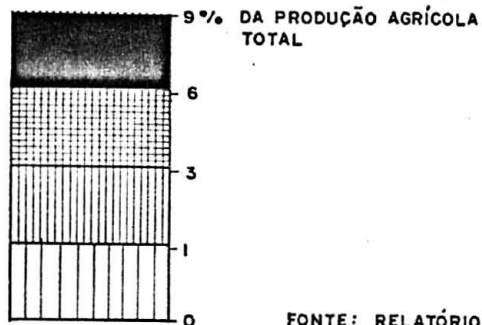
POR LINHAS COLONIAIS

LOCALIZAÇÃO DAS LINHAS COLONIAIS DE SANTA CRUZ

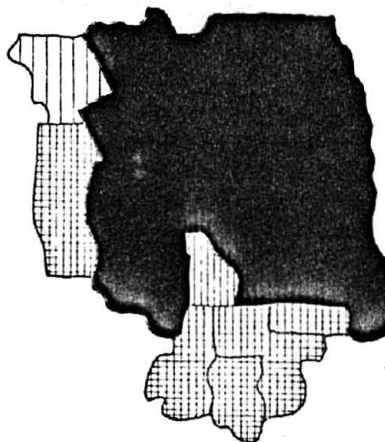


1. LINHA SANTA CRUZ
2. LINHA TRAVESSA
3. LINHA RIO PARDINHO E TRAVESSA DONA JOSEFA
4. LINHA DONA JOSEFA
5. LINHA ANDRÉA
6. ENTRADA RIO PARDINHO
7. LINHA SINIMBU
8. LINHA SÃO JOÃO
9. LINHA VILA THERESA
10. LINHA BOM JESUS
11. LINHA FERRAZ
12. LINHA DAS 9 COLÔNIAS
13. LINHA DA SERRA

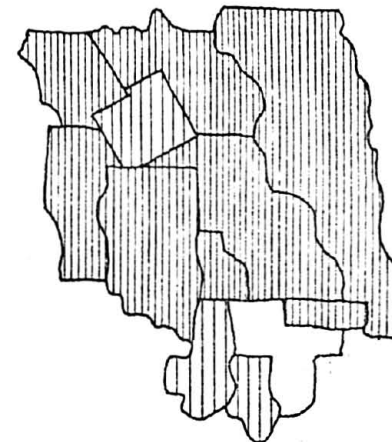
LEGENDA:



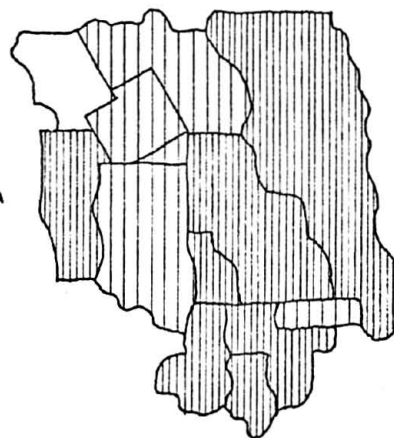
CEVADA



CENTEIO



TRIGO



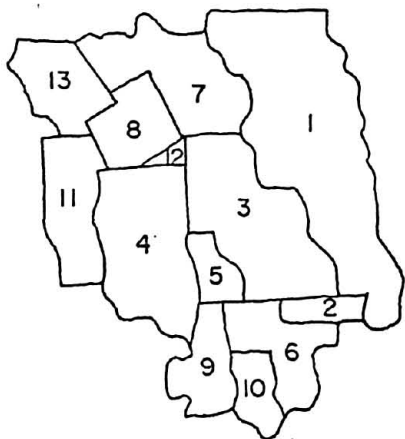
ARROZ



FONTE: RELATÓRIOS DOS DIRETORES DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ (ESPECIALMENTE DE AFFONSO MABILDE - 1866).

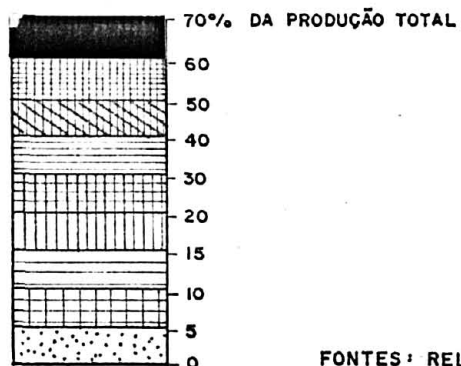
AGRICULTURA EM SANTA CRUZ (1860 - 1881) - MILHO, FEIJÃO, FUMO E BATATAS POR LINHAS COLONIAIS

LOCALIZAÇÃO DAS LINHAS COLONIAIS DE SANTA CRUZ

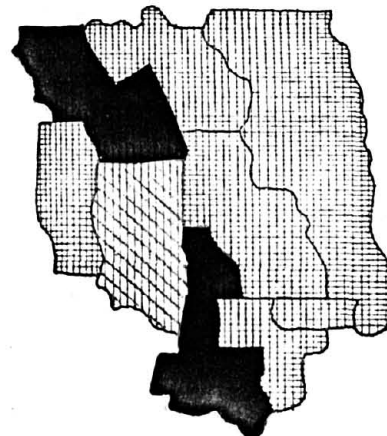


1. LINHA SANTA CRUZ
2. LINHA TRAVESSA
3. LINHA RIO PARDINHO E TRAVESSA DONA JOSEFA
4. LINHA DONA JOSEFA
5. LINHA ANDRÉA
6. ENTRADA RIO PARDINHO
7. LINHA SINIMBU
8. LINHA SÃO JOÃO
9. LINHA VILA THERESA
10. LINHA BOM JESUS
11. LINHA FERRAZ
12. LINHA DAS 9 COLÔNIAS
13. LINHA DA SERRA

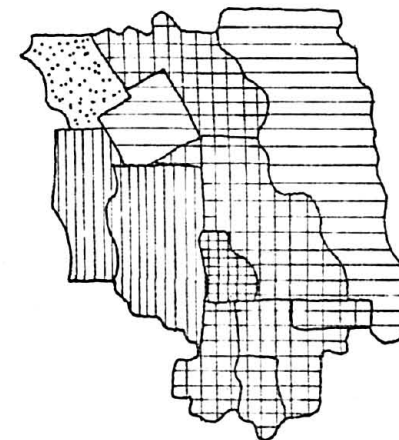
LEGENDA:



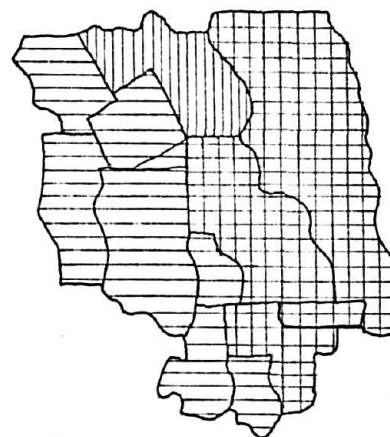
MILHO



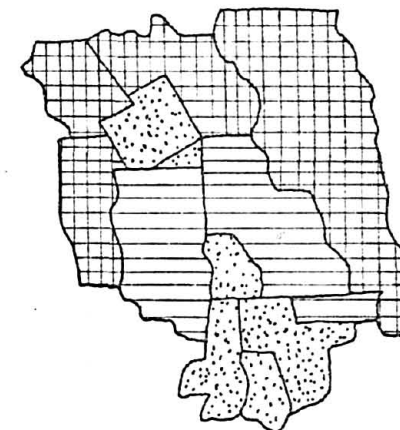
FEIJÃO



FUMO



BATATAS



FONTES: RELATÓRIOS DOS DIRETORES DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ (ESPECIALMENTE DE AFFONSO MABILDE - 1866).

a afluência de colonos ou filhos de colonos de Colônias mais antigas dos vales dos Rios dos Sinos e Caí, especialmente de São Leopoldo.

A produção simples de mercadorias (1860-1881)

Entre 1860 e 1881 a Colônia de Santa Cruz caracteriza-se pela produção simples de mercadorias realizado por agricultores, por artesãos ou por agricultores artesãos, proprietários, ainda, de seus próprios meios de produção - seus instrumentos de trabalho.

Nesta fase persiste ainda a produção para a subsistência. Contudo, evidencia-se claramente e cada vez com mais intensidade a intenção de produzir para o mercado, principalmente porque para os colonos chegados a partir de 1854 é preciso começar a pagar as dívidas coloniais: a Lei Provincial nº 304 estabelecia um prazo de três anos para o pagamento de um décimo do valor do lote e das despesas realizadas pelo governo com transporte, hospedagem inicial e subsídio para os primeiros meses e o prazo máximo de cinco anos, com mora de mais dois, para quitação definitiva da dívida. Para os colonos que haviam se estabelecido antes e para aqueles que viam a geração de seus filhos se aproximar da maioridade e da emancipação, urgia tratar de formar um pecúlio que permitisse a compra de mais terras para a reprodução das eventuais novas famílias. Por outro lado, passados os primeiros e difíceis anos, tratavam os colonos mais antigos de usufruir melhor da condição de proprietários, elevando seu nível de consumo, aparelhando melhor a casa e a propriedade.

Convivem neste período a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades da reprodução da unidade familiar e a produção de valores de troca, mercadorias, agora não mais exce-

dentes acidentais dos produtos agrícolas, animais e artesanato destinados a subsistência, mas mercadorias produzidas intencionalmente para o mercado.

Rompe-se nesta fase a identificação entre trabalho e produto do trabalho, entre produção e produto, existente na fase inicial e característica de quem produz valores de uso destinados à satisfação de suas necessidades e do grupo a que pertence: a família. Quem produz mercadorias, as produz para desfazer-se delas, passa a viver não daquilo que produz mas de seu próprio trabalho.

Passada a fase inicial de estabelecimento na Colônia, entendida aqui como estabelecimento dos próprios colonos imigrantes, estruturam-se os setores econômicos.

Persiste ainda uma agricultura e um artesanato de subsistência voltados ao atendimento das necessidades de consumo da unidade familiar. Percebe-se, contudo, uma acentuada diversificação na produção destinada a este fim.

Plantam-se desde o início batatas, abóboras, aveia, centeio, cevada, ervilhas, trigo, rābanos ao lado de produtos destinados somente em parte à subsistência como o milho e o feijão, mas o consumo familiar é, nesta fase, enriquecido pela produção dos pomares e pela criação de animais.

Em 1866 o Diretor MABILDE(55) informa que existem na Colônia, destinadas apenas ao consumo dos próprios colonos, as seguintes frutíferas em plena produção:

Pessequeiros	10.399	pés
Laranjeiras	5.585	"
Figueiras	2.578	"
Parreiras	1.879	"

(55)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866.

Marmeleiros	654	pés
Bananeiras	355	"
Macieiras	164	"
Ameixeiras	121	"
Ananaseiros	42	"
Damasqueiros	36	"
Pereiras	36	"
Goiabeiras	23	"
Limoeiros	19	"
Amoreiras	14	"
Nogueiras	8	"
Amendoeiras	4	"

Ressalta o mesmo Diretor que as secas que assolaram a Colônia nos anos de 1863, 1864 e 1865 e as geadas reduziram muito o número de árvores frutíferas.

Os pomares, além das frutas 'in natura', fornecem matéri-prima para a produção artesanal desenvolvida pelas mulheres como compotas, geléias produzidas com o acréscimo de batatas doces e melado de cana, doces, passas(56), cucas, pães e licores obtidos pela maceração de frutas em aguardente de cana.

A criação de abelhas também desempenha papel importante. Antes das secas de 1863, 1864 e 1865 havia na Colônia mais de 800 colméias; em 1866 são somente 227, mas produzem 4.544 libras de mel e 908 libras de cera(57). Em 1868 a produção de mel e de cera, para consumo dos colonos, chega, respectivamente, a 6.765 libras e 1.355 libras(58).

(56)Em 1868 o então Diretor da Colônia informa que a produção de pêssegos secos era estimada em 73 1/2 alqueires.

(57)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866.

(58)RIO GRANDE DO SUL. Relatório da colonização da Provincia anexo do Relatório com que o Exmo.Sr.Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta Provincia passou a administração da mesma ao Exmo.Sr.Dr. Israel Barcellos, no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre, Rio-Grandense, 1869. p. 5.

CRIAÇÃO DE ANIMAIS NA COLÔNIA DE SANTA CRUZ

Espécie	1860	1861	1862	1863	1866	1869
Suínos		10.000	15.000	18.000	5.385*	6.200
Bovinos	1.050	1.330	1.330	1.880	2.653	2.484
Eqüinos	900	1.040	1.400	1.460	1.278	1.520
Muares		400	400			275
Ovinos					33	30
Caprinos	25	25	25	30	81	44
Aves		30.000	30.000	40.000	11.828*	10.300

FONTES: AHRGS. Colonização 288. Relatórios dos Diretores da Colônia de Santa Cruz.

RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

* O Diretor MABILDE justifica: "*O número de suínos e das aves é mui diminuto à vista do número que já existia n' esta Colonia antes da secca dos anos de 1863, 1864 e 1865; em cuja epocha a falta de colheta, e por conseguinte a falta de meios para criar aquelles animaes, obrigou os colonos a mata-los e a desfazer-se d'elles por qualquer preço.*" AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866.

Galinhãs, gansos, patos, marrecos, galinhãs-d'angola, perus e pombos são criados para suprir as famílias de carne fresca e de penas. Os bois e vacas são raramente abatidos; sua criação, assim como a de cavalos e mulas, se destina à tração de carroças, carretas e arados. As vacas produzem leite que é consumido 'in natura' e na forma de derivados. As cabras e ovelhas fornecem alguma carne verde; a lã das últimas é utilizada pelos colonos somente para confecção de cobertas.

A criação de suínos, que em 1857(59) era de 4.022 cabeças e em 1866 de 5.385, desempenha o duplo papel: abastecer a mesa da família de carne (cozida na própria banha e conservada por até três meses(60)), e de defumados embutidos, além de pos-

(59)RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Vice Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o Commendador Patricio da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre, Mercantil, 1857. p. 21.

(60)KIRCHHOFF, Karl. Op. Cit.

sibilitar a produção de banha e de toucinho para o mercado. A banha, que praticamente caracteriza a produção animal de todas as colônias alemãs no Rio Grande do Sul, alcança grande importância comercial tanto em nível regional quanto nacional nas últimas décadas do século passado.

O artesanato, que na fase inicial destinava-se somente ao suprimento das necessidades de manutenção da unidade familiar e de sua capacidade produtiva, nesta fase extrapola os limites iniciais e desenvolve-se em função das necessidades dos vizinhos da mesma Linha colonial, de outras Linhas, da Povoação de Santa Cruz.

A exceção reside na tecelagem do linho e do algodão que, apesar do interesse oficial,

"O plantio de algodão estava dentro dos planos do governo que (...) mandava distribuir sementes selecionadas aos colonos (...). Em 1866 chegavam à Anfândega de Porto Alegre 3 barricas de sementes de algodão importadas dos Estados Unidos, destinadas à distribuição entre os melhores colonos, para experiência e produção (AHRGS, L.257, Diversos)" (61)

nunca chega a desempenhar um papel importante fora dos lotes coloniais considerados individualmente, isto é, cada família fia e tece somente para vestir seus próprios membros(62).

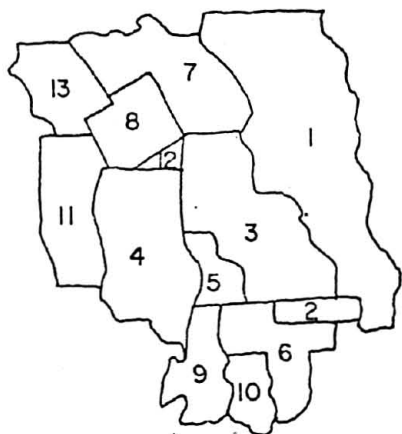
(61) FLORES, Hilda A. Hübner. Canção dos imigrantes. Porto Alegre, São Lourenço de Brindes, 1983. p. 53.

(62) Apesar disso, esta produção têxtil de subsistência parece ter afetado as expectativas comerciais da vizinha cidade de Rio Pardo de tal forma que sua Câmara Municipal pretendeu taxar em 4:000\$000 aos colonos, "por possuírem tear onde fabricam fazendas para seu uso". AHRGS, L.257, Colonização avulsos, 19 de maio de 1866. APUD, FLORES, HILDA A. Hübner. Op. Cit. p. 53.

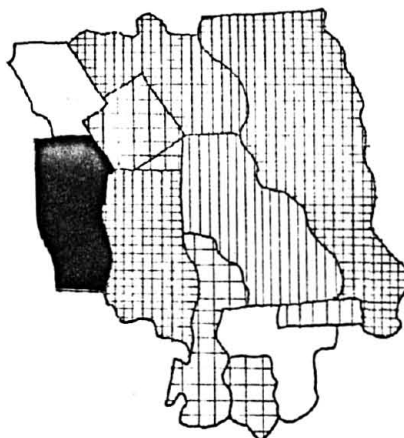
AGRICULTURA EM SANTA CRUZ (1860-1881) - LINHO E ALGODÃO

POR LINHAS COLONIAIS

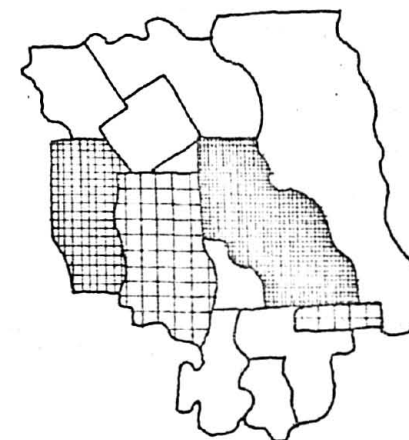
LOCALIZAÇÃO DAS LINHAS COLONIAIS DE SANTA CRUZ



LINHO

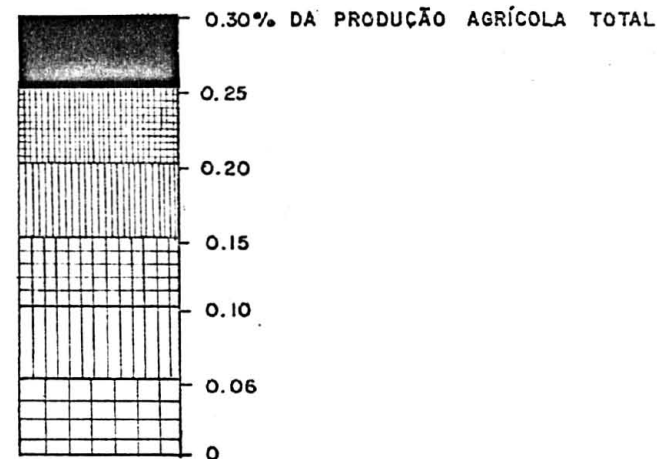


ALGODÃO



1. LINHA SANTA CRUZ
2. LINHA TRAVESSA
3. LINHA RIO PARDINHO E TRAVESSA DONA JOSEFA
4. LINHA DONA JOSEFA
5. LINHA ANDRÉA
6. ENTRADA RIO PARDINHO
7. LINHA SINIMBU
8. LINHA SÃO JOÃO
9. LINHA VILA THERESA
10. LINHA BOM JESUS
11. LINHA FERRAZ
12. LINHA DAS 9 COLÔNIAS
13. LINHA DA SERRA

LEGENDA:



FONTE: RELATÓRIOS DOS DIRETORES DA COLÔNIA DE SANTA CRUZ (ESPECIALMENTE DE AFFONSO MABILDE - 1866).

FIAÇÃO E TECELAGEM DE SUBSISTÊNCIA
SANTA CRUZ

Produto	1865/66 ^(A)	1868 ^(B)
Linho Cânhamo	8.886 1/2 libras	9.888 libras
Algodão	4.146 1/2 libras	
Fios de Linho		1.723 libras
Fios de Algodão		22 libras
Fazendas de Linho	2.259 côvados	7.934 côvados
Fazendas de Algodão		86 varas
Fazendas de Mescla		20 côvados
Rodas de Fiar	353 unidades	369 unidades
Teares	41 unidades	47 unidades
Máquinas de Costura		7 unidades

FONTES: (A) AHRGS. Colonização. Santa Cruz, 1866. Relatórios do Diretor MABILDE.

(B) RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta Província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre, Rio-Grandense, 1869.

O comportamento da atividade tecelã de subsistência acompanha com desvantagem o aumento da população da Colônia de Santa Cruz, de tal forma que já em 1866 a Colônia importa 70:000\$000 réis entre "*fazendas e ferramentas*"(63).

A produção artesanal de aguardente de cana, vinho e cerveja desempenha de um lado a função de suprir os próprios produtores e de outro o de abastecer em parte as "*vendas*" que, além de 'casas de negócio', são também lugares de encontro e lazer.

A destilação e fabrico de "*bebidas espirituosas*", considerada atividade não vital à sobrevivência dos colonos, alcança um notável desenvolvimento nesta fase, passadas já as agruras do estabelecimento inicial. Em 1862 há na Colônia cinco "*fábricas*

(63)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866.

de aguardente"(64), em 1863 já são onze(65) e em 1866 somam-se quinze destes estabelecimentos artesanais, todos localizados nas Linhas coloniais, e há também sete fábricas de cerveja nas Linhas e duas na Povoação de Santa Cruz. No mesmo ano, 1866, a produção de aguardente é de 2.070 quartilhos e a de vinho de 32.520 quartilhos(66). Em 1868 são produzidas 1.059 medidas de aguardente(67).

Sobre a destilação e fabricação de bebidas, o Diretor MABILDE(68) deixa sua impressão:

"Os estabelecimentos que (...) se achão qualificados por fabricas de aguardente; não passam de estabelecimentos no seu mais primitivo estado e onde a fabricação não passa de ensaio, pois que entre elles há poucos que fabricão mais de 300 garrafas d'aguardente. A canna é expremida em um pequeno engenho movido a braços. As fabricas de cerveja estão no mesmo caso; e nem um d'aquelles estabelecimentos fornece productos para a exportação da Colonia; o pouco que fabricão é consumido ahi mesmo".

Outro ramo do artesanato que encontra, nesta segunda fase do desenvolvimento econômico de Santa Cruz, importante incremento é o de transformação de couro que implica uma relativa divisão de trabalho, como demonstram os dados sobre este ramo:

(64)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1863. Relatório do Diretor da Colônia de Santa Cruz, Carlos SCHWERIN, de 15 de fevereiro de 1863.

(65)RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado pelo Presidente da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, na 1ª Sessão da 11ª Legislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre, Correio do Sul, 1864. p. 86.

(66)RIO GRANDE DO SUL. Falla dirigida á Assemblêa Legislativa da Provincia de São Pedro de Rio Grande do Sul pelo Presidente Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a 2ª Sessão. Porto Alegre, Rio-Grandense, 1867. Anexos.

(67)RIO GRANDE DO SUL: Relatório (...) Dr. Antonio da Costa Pinto Silva(...). Op. Cit. p. 6.

(68)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866.

ARTESANATO DE TRANSFORMAÇÃO DO COURO - SANTA CRUZ

Estabelecimentos	1861	1862	1863	1866		1867
				Nas Linhas	Na Povoação	
Curtumes	1	1	2	2	3	5
Sapatarias		4	4	9	4	
Fábricas de selas e de lombilhos	1	1	3	1	2	3
Fábricas de tamancos				1	2	

FONTES: RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para os anos de 1861, 1862, 1863 e 1867. AHRGS. Colonização 288. Relatório do Diretor MABILDE, para 1866.

A produção de sapatos, botas, tamancos, lombilhos, selas e arreios destina-se ao consumo da população da própria Colônia.

Examinando-se as informações detalhadas dadas pelo relatório do Diretor da Colônia em 1866, percebe-se que a Povoação de Santa Cruz começa a atrair e concentrar a produção não agrícola da Colônia de tal forma que dos cinco curtumes, três estão na Povoação e fornecem matéria-prima para quatro sapatarias, duas fábricas de lombilhos e selas e duas fábricas de tamancos e ainda é possível acreditar que sejam responsáveis pelo fornecimento de sebo à primeira fábrica de sabão que surge na povoação em 1867.

O crescimento da Povoação também é responsável pela especialização de artesãos ligados ao ramo das construções. Em 1866 há nove carpinteiros em atividade nas Linhas coloniais, exercendo seu ofício e o de agricultores simultaneamente, mas já há também duas carpintarias na Povoação. No mesmo ano registra-se a atividade de um 'agricultor marceneiro' nas Linhas e de três marceneiros na Povoação, de dezesseis 'agricultores pedreiros' nas Linhas e quatro na Povoação. Somente na Povoação é possível encontrar, no mesmo ano, um serralheiro, um torneiro (em madeira), um tanoeiro e uma olaria que ocupa dois oleiros e al-

guns escravos do inglês Guilherme LEWIS(69).

Outro indicador do extraordinário crescimento da Povoação é o número de habitações e seu tipo de construção:

"O mappa estatístico de 1866 a apresenta com 56 edificios, dos quaes a maior parte construidos de madeira e cobertos de taboinhas, enquanto hoje (1870) existem 80 edificios de pedra e cal, cobertos com telhas"(70)

Este crescimento do núcleo urbano é devido, sem dúvida alguma, ao desenvolvimento comercial que a Colônia, depois distrito do município de Rio Pardo (a partir de sua emancipação em 1872), apresenta. A povoação de Santa Cruz, localizada em um sítio para o qual convergem todas as Linhas coloniais e do qual saem todos os caminhos para outros mercados e portos, caracteriza-se desde o início como o mercado da Colônia.

Esta condição impulsiona seu crescimento e a valorização de seus terrenos, fato que causa problemas à administração da Colônia, decorrentes da irregularidade e não registro de propriedade dos terrenos da Freguezia, e leva o Diretor Carlos TREIN

(69)A Lei Provincial nº 183 de 18 de outubro de 1850 proíba a introdução e a permanência de escravos no território da Colônia. Contudo em fins do ano de 1857 o Diretor João Martin BUFF informa em seus mapas estatísticos a existência de 21 escravos, sendo 13 do sexo masculino e 8 do sexo feminino, dando indicações sobre sua procedência: "...os dittos escravos pertencem as seguintes famílias: A herdeiros de Vasco Jozé da Silveira estabelecidos em terras de sua propriedade, muito anterior a fundação da Colonia: a Guilherme Lewis na forma ditta, distante da povoação 3/4 de legoa, com quanto se acha actualmente residindo na ditta povoação, por ser o arrematante da edificação da respectiva capella. Ao Snr. Antonio Ignacio da Silva que tem só duas escravas de serviço doméstico, unico com colonia, na qual faz plantação com braços livres; e a Evaristo Alves de Oliveira, em terras de sua propriedade, encravadas na Colonia". AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1857. Ofício nº 48, de 20 de novembro de 1857, do Diretor da Colônia de Santa Cruz João Martin BUFF, dirigido ao Presidente da Província.

(70)RIO GRANDE DO SUL. Relatorio da Colonização anexo ao Relatorio com que o Exmo.Sr.Dr. João Sertório, presidente d'esta Provincia passou a administração da mesma ao Exmo.Sr.Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º Vice-Presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre, Rio-Grandense, 1870. p. 10.

FILHO, no começo de 1870, a pedir providências à administração provincial e a sugerir soluções:

"De igual necessidade seria determinar um prazo em que deviam principiar os donos dos terrenos com a construção d'uma casa, pelo menos seria bom de obrigar-os de fazer cerca e de tomal-os em posse porque em poucos annos não terá mais terrenos devolutos n'esta freguesia, porque muitos achão-se nas mãos de especuladores que só a um preço enorme querem vendel-os aos edificadores, e visto que isso impede o livre desenvolvimento d'esta freguesia, seria conveniente de tomar em consideração uma ordem a esse respeito."(71)

É na povoação, onde em 1866(72) existem sete casas de negócio e para onde convergem - para se abastecer ou revender - outros dez comerciantes estabelecidos nas Linhas coloniais, que se realiza a exportação e a importação da Colônia, que no período em questão apresentam o seguinte movimento:

ANO	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
1860	121:000\$000 réis	69:700\$000 réis	51:300\$000 réis
1861	195:000\$000 réis	92:650\$000 réis	102:350\$000 réis
1862	130:000\$000 réis	107:600\$000 réis	22:400\$000 réis
1863	150:000\$000 réis	110:000\$000 réis	40:000\$000 réis
1864	108:000\$000 réis	113:238\$000 réis	(-) 5:238\$000 réis
1865	140:280\$000 réis	135:000\$000 réis	5:280\$000 réis
1866	180:970\$000 réis	166:700\$000 réis	14:270\$000 réis
1868	240:700\$000 réis	167:225\$000 réis	73:475\$000 réis
1869	394:000\$000 réis	280:000\$000 réis	114:000\$000 réis
1870	442:500\$000 réis	290:000\$000 réis	152:500\$000 réis
1872	380:000\$000 réis	320:000\$000 réis	60:000\$000 réis
1875	425:000\$000 réis	300:000\$000 réis	125:000\$000 réis

(71)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1870. Ofício do Diretor Carlos TREIN FILHO, de 28 de fevereiro de 1870, ao Agente Intérprete da Colonização em Porto Alegre, Lothar de LA RUE.

(72)AHRGS. Colonização 288, Santa Cruz, 1866.

FONTES: RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, para os anos de 1860, 1861, 1862, 1863, 1866, 1868, 1869, 1872 e 1875. RIO GRANDE DO SUL. Relatório do Agente Intérprete da Colonização Carlos de Koseritz de 1867, para os anos de 1864 e 1865.

Obs.: Os resultados dos anos de 1864 e 1865 se devem certamente à seca que se abateu sobre a Colônia nestes dois anos.

A importação da Colônia consta principalmente de sal, açúcar, café, farinha de trigo, fazendas, ferragens, arroz, farinha de mandioca, charque, pólvora, sabão, aguardente, vinho, vinagre e até o ano de 1863, algum "fumo preparado" (73).

A exportação é de produtos tipicamente coloniais, liderados na maior parte do período pelo milho que também lidera a produção agrícola da Colônia. Até 1866 o milho representa sempre entre 60 e 70% da produção total, em 1869 é desbancado para o

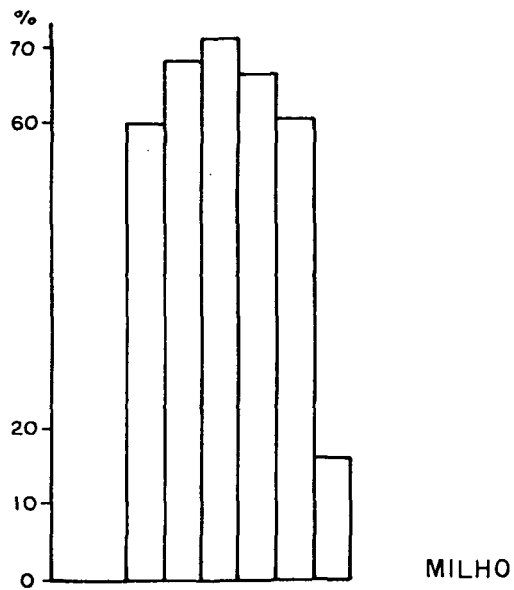
(73) Para os anos de 1861 e 1863 existem informações detalhadas sobre as importações:

PRODUTO	1861	1863
Sal	2.400 alqueires	4.000 alqueires
Açúcar	700 arrobas	820 arrobas
Café	1.400 arrobas	1.900 arrobas
Farinha de Trigo	450 barris	540 sacos
Fazendas e ferragens*	No valor de 64:000\$000rs.	No valor de 70:000\$000rs.
Arroz	500 arrobas	480 arrobas
Farinha de mandioca	700 sacos	1.100 sacos
Charque	200 arrobas	280 arrobas
Pólvora	900 libras	1.100 libras
Sabão	800 caixas	1.200 caixas
Aguardente	35 pipas	35 pipas
Vinho	10 pipas	16 pipas
Vinagre	3 pipas	4 pipas
Fumo preparado	40 arrobas	25 arrobas

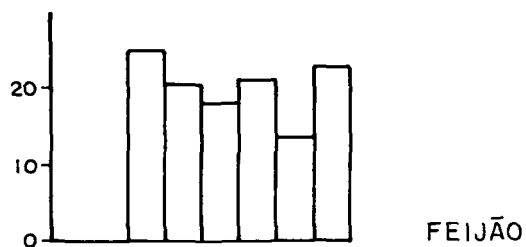
FONTES: RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. 1861 e 1864.

Obs.: * Considerando-se o valor total da importação para o ano de 1861, 92:000\$000rs., a importação de 64:000\$000rs. em fazendas e ferragens representa 69%. Em 1863 o valor de 70:000\$000rs. em importação dos mesmos produtos tomado em relação ao total da importação no mesmo ano: 110:000\$000rs. representa 54%.

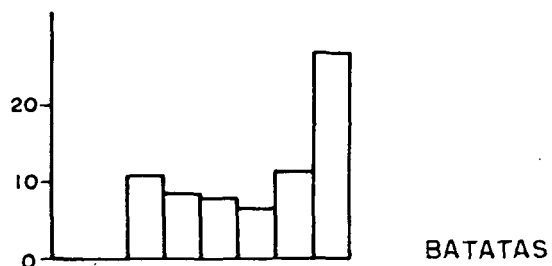
PRODUÇÃO AGRÍCOLA - SANTA CRUZ (%) - 1861-1869



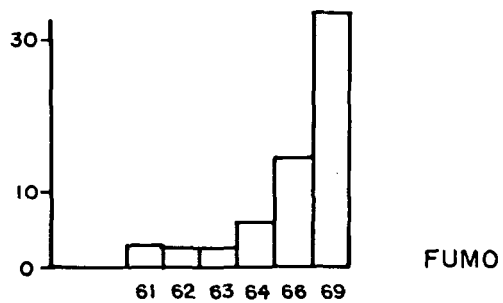
MILHO



FEIJÃO



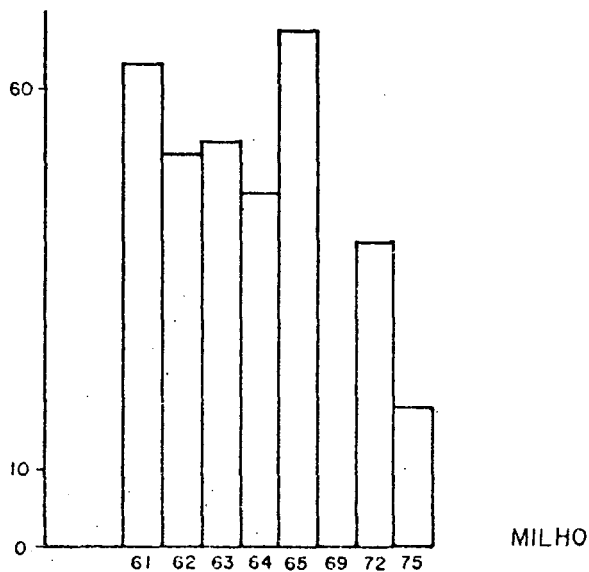
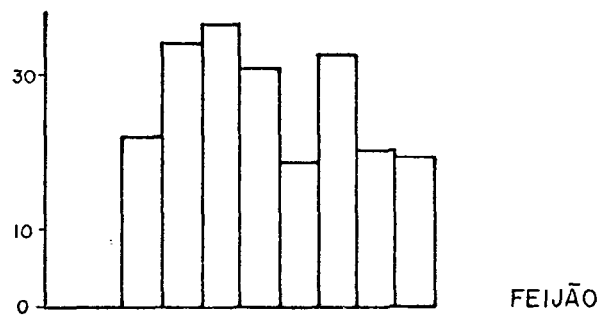
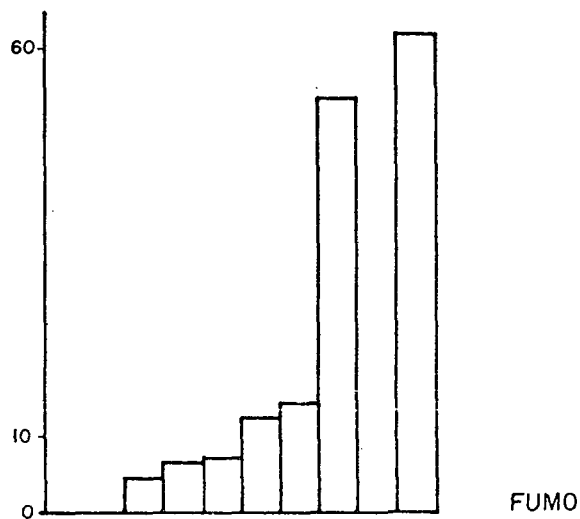
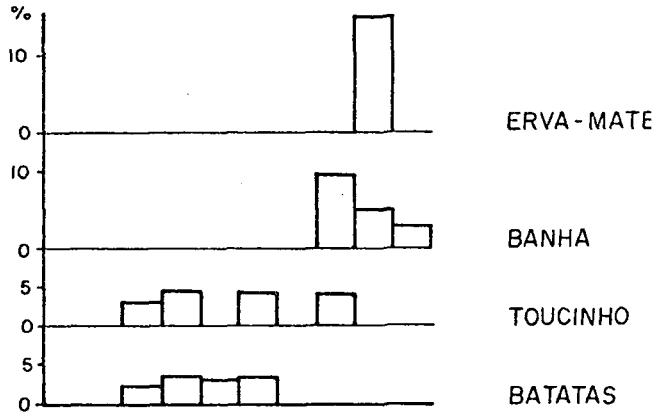
BATATAS



FUMO

FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para os anos de 1861, 1862, 1863 e 1864. AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866. Relatórios e mapas estatísticos do diretor da Colônia de Santa Cruz, P. F. AFFONSO MABILDE.

EXPORTAÇÃO - SANTA CRUZ (%) - 1861-1875



FONTE: RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Para os anos de 1861, 1862, 1863, 1864, 1869, 1870 e 1875 AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866. "Ensaio estatístico sobre o valor pecuniário com que a colônia de Santa Cruz e o distrito colonial de Mont'Alverne contribuíro directa e indirectamente para o augmento dos Renditos dos Colres Públicos no anno financeiro de 1865 à 1866 - Directoria da Colônia de Santa Cruz, 2 de Novembro de 1866 - O Director P. F. AFFONSO MABILDE."

RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Agente Interpretre da Colonização Sr. Luiz Kraemer Walter. Porto Alegre Constitucional, 1873. Para o ano de 1872.

quarto lugar representando, neste ano, apenas 16,7% do total produzido. Nas exportações, entre 1861 e 1866, ocupa sempre o primeiro lugar oscilando entre 48 e 67% do volume total exportado pela Colônia. Em 1869 não aparece na relação de produtos exportados fazendo supor que este tenha sido um ano anômalo pois, para 1872, o Relatório do Agente Intérprete da Colonização(74) indica o milho como primeiro produto de exportação da Colônia, em quantidade, ocupando 40% do total exportado. De qualquer forma, em 1875 novamente é desbancado pelo fumo e pelo feijão, ocupando neste ano o terceiro lugar com pouco mais de 15% das exportações, resultado, possivelmente, do aumento de preços daqueles dois produtos.

O milho é plantado em todas as Linhas coloniais, sua cultura é de fácil manejo, sua produtividade é alta(75) e o próprio colono pode produzir suas sementes. É importante salientar que justamente as linhas de condições menos favoráveis, seja pelo acidentado do terreno (como nas Linhas São João e da Serra), seja pela possibilidade de inundações (como nas Linhas Bom Jesus e em parte da Linha de Vila Theresa) é que sua produção se

(74)RIO GRANDE DO SUL. Relatório apresentado a S.Excia. o Sr. Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul pelo Agente Intérprete da Colonização Sr. Luis Kraemer Walter em 5 de fevereiro de 1873. Porto Alegre, Constitucional, 1873.

(75)O Diretor MABILDE fornece um indicador da produtividade de alguns produtos agrícolas ao informar a quantidade plantada e a colhida em seus mapas estatísticos de 1866:

PRODUTOS	PLANTADOS	COLHIDOS	PROPORÇÃO
Milho	2.562 3/4 quartas	49.138 alqueires	1X19
Cevada	779 1/2 quartas	5.763 alqueires	1X7
Centeio	183 3/16 quartas	1.611 alqueires	1X8
Trigo	106 3/8 quartas	1.064 alqueires	1X5

concentra oscilando entre 60 e 70% da produção agrícola destas Linhas.

Outra vantagem do milho é sua dupla utilidade para o colono: alimento humano e forragem animal. Transformado em farinha, substitui a de trigo, cereal cuja produção vai paulatinamente sendo abandonada até desaparecer da Colônia. Como forragem faz parte da alimentação de todos os animais criados na propriedade, principalmente dos porcos, cuja criação permite a produção de toucinho e banha, produtos de fácil realização no mercado e de bom preço.

Contudo, o milho é o produto agrícola que entre todos alcança o menor preço no mercado: cerca de 30 a 33 réis o quilo, ou seja, 1\$000 réis o alqueire para o produtor, e cerca de 65 réis o quilo, ou 4\$000 réis o saco para o comerciante intermediário exportador(76).

O feijão, agora já incorporado aos hábitos alimentares dos colonos, é plantado em todas as propriedades, preferencialmente nas terras novas, recém-desmatadas, por resistir bem às ervas daninhas. Entre 1861 e 1864 o feijão aparece ocupando o segundo lugar na produção da Colônia, superado apenas pelo milho e representando entre 18 e 24% da produção agrícola total. Em 1866 sua produção cai para 13,6% do total e é também superada pela do fumo.

(76)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866.

A única indicação de preços dos produtos agrícolas é dada pelo Diretor MABILDE em seu Relatório de 1866 diferenciando preços ao produtor: indicando, por exemplo, o preço de 1\$000 réis o alqueire do milho - 33 réis o quilo - no mapa estatístico da produção agrícola da Colônia; e preços de exportação ("*para fora do município e da Provincia e para paizes estrangeiros*") avaliados para taxaço fiscal: por exemplo, o preço de 4\$000 réis o saco de milho - cerca de 65 réis o quilo - no "*Ensaio estatístico sobre o valor pecuniário com que a Colônia de Santa Cruz e o districto colonial de Mont' Alverne contribuirão directa ou indirectamente para o augmento dos Reditos dos Cofres Publicos no anno financeiro de 1865 e 1866.*"

A exportação do feijão produzido, na Colônia de Santa Cruz, entre 1861 e 1869 (período em que os dados permitem comparação), matêm-se nos seguintes percentuais em relação à produção:

ANO	% DA PRODUÇÃO EXPORTADO
1861	66,7%
1862	66,7%
1863	68,5%
1864	56,3%
1865/66	82,4%
1869	75,0%

A elevação do índice de exportação do feijão produzido a partir de 1865 se deve ao aumento de seu preço no mercado (77) estimulado pela queda na sua produção provocada pelas secas de 1863, 1864 e 1865: considerando-se a produção de 960.000 quilos em 1864 comparada com a de 1866, de 356.655 quilos, tem-se uma redução de cerca de dois terços.

O quadro da produção agrícola da Colônia em 1869 sugere que o aumento da exportação do feijão produzido, que implica na sua indisponibilidade para o consumo dos próprios produtores, determina o aumento da produção de um produto que possa substituí-lo na mesa dos colonos: no caso, no aumento da produção de batatas, que de 279.915 quilos em 1865/66 eleva-se para 480.000 quilos em 1869, ocupando neste ano o segundo lugar na produção agrícola total da Colônia.

O fumo, presente na produção agrícola da Colônia desde sua fundação, neste período desempenha um papel de crescente im-

(77)O Diretor MABILDE informa em seus relatórios que entre 1865/66 o feijão alcançou o preço de 2\$700 réis o alqueire. AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866.

portância, resultado da intervenção combinada da administração colonial e do Capital no processo produtivo que na fase seguinte do desenvolvimento econômico de Santa Cruz determinará a especialização de sua produção.

A administração colonial condiciona e completa a intervenção do Capital no processo produtivo seja organizando o comércio local e controlando a exportação e importação, seja orientando a produção segundo os interesses da indústria de transformação, nessa época, sediada na Europa, a quem se destinava a maior parte das exportações.

Passada a fase inicial de implantação da Colônia, em que os documentos oficiais da administração colonial demonstram uma certa indefinição sobre para qual produto deve ser orientado o esforço produtivo dos colonos de Santa Cruz, a administração passa a utilizar-se de um rico arsenal de meios administrativos para estimular a produção de fumo. Meios que podem ser divididos em diretos e indiretos.

Os diretos dizem respeito ao estímulo explícito para a produção de fumo, tais como a distribuição de sementes selecionadas e a divulgação de informações técnicas sobre seu cultivo.

Sobre a prática da distribuição de boas sementes entre os colonos, o Diretor MABILDE, no natal de 1865, nos dá uma indicação:

"Tenho a honra de comunicar à V. Excia que ante-ontem esta Directoria recebeu uma porção de semente de tabaco de Havana, que o negociante de Porto Alegre, o Srn. José Herbert, teve a bondade de enviar, para ser distribuída aos colonos d'este estabelecimento.

Apenas tinha feito anunciar pela colonia a chegada d'aquella semente, que athé hoje a noite tinha sido distribuída quasi todas ellas; o que prova à V. Excia., o empenho que fazem os colonos, em melhorar e augmentar as plantações d'essa importante planta." (78)

(78) AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1865. Ofício nº 170 de 25 de dezembro de 1865, do Diretor da Colônia de Santa Cruz Affonso MABILDE ao Inspetor Geral das Colônias em Porto Alegre, Francisco Xavier da CUNHA.

Outras informações importantes sobre esta prática da administração colonial são fornecidas pelo '*Relatório da Colonização*' de 1870(79):

"(...) a cultura do fumo esta hoje enraizada na Colonia de Santa Cruz; a ella deve o seu progresso material; consta-me que aos esforços constantes do hoje falecido ex-director Carlos SCHWERIN, é devido em grande parte o desenvolvimento feliz d'este ramo de commercio, e assignalando aqui este facto, espero que todos os moradores da colonia de Santa Cruz sejam concordes em conceder para este benefício os laureis á sua memória.

Cuidando o governo em facilitar aos plantadores o fornecimento regular de sementes novas e afamadas, e facultando-lhes os meios de transporte barato, transformar-se-ha a colonia de Santa Cruz em pouco tempo em um dos mais ricos districtos da Provincia."

A diretoria da Colônia também divulga informações técnicas sobre o cultivo de fumo fazendo circular entre os principais produtores obras como o "*Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco*" publicado no Rio de Janeiro em 1865, pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional(80).

Finalmente, sobre esta intervenção direta no processo produtivo local, promovida pela administração colonial, é esclarecedora a seguinte passagem do '*Relatório da Colonização*' de 1870

"(...)contribua mais para o bom resultado de um estabelecimento agrícola a perserverança com que os seus moradores estudão as condições que aconselhão de preferencia a cultura de uma ou outra planta, e que, reconhecida esta concentram n'ella as suas forças. O fumo de Santa Cruz forneceu a prova, como o forneceu o café e

(79)RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Colonização anexo... de 1870. Op. Cit. p.10.

(80)Já em 1854 o governo provincial enviava coleções de jornais alemães e informações sobre agricultura e determinava ao Diretor da Colônia que "*facilitas-se sua leitura aos colonos*". AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1854. Portaria da Presidência da Província de 19 de janeiro de 1854.

a cana para o norte; porém, infelizmente continuam os moradores de quasi todas as outras colonias na velha rotina de estragar as suas diminutas forças na plantação de todas as qualidades de productos agrícolas."(81)

Os meios administrativos indiretos que estimulam a crescente produção e exportação de fumo em Santa Cruz são, principalmente: a cobrança da dívida colonial, o melhoramento das vias de transporte e comunicação e o conseqüente estímulo ao desenvolvimento do comércio.

O período em análise (1860-1881) comporta um impasse para o governo provincial no que diz respeito à cobrança da dívida colonial de cada colono, correspondente ao valor do lote e às despesas feitas com a sua instalação nele, prevista pela Lei Provincial nº 304 de 30 de novembro de 1854: se de um lado a cobrança da dívida implica, por parte do colono, a produção de um produto facilmente realizável no mercado, com bom rendimento e bom preço, o fumo, por outro lado ela está condicionada à concessão dos títulos definitivos de propriedade aos colonos que a pagam.

Ocorre que o governo provincial não tem condições de conceder os títulos definitivos de propriedade pois os lotes em sua totalidade nunca foram inteiramente demarcados na medida em que eram distribuídos.

Em 1861, o diretor da Colônia, Carlos SCHWERIN, informa que:

"...existem muitas irregularidades na medição de modo que se augmentarão as questões sobre a falta de terras logo que os colonos receberão o competente título de propriedade segundo o cadastro

(81)RIO GRANDE DO SUL. Relatório da Colonização anexo... de 1870. Op. Cit. p. 10.

existente, porque cada vez que o título resa sobre 100 braças de frente ou não tem ou não sobra na colonia vizinha. (...) por outro lado há uma necessidade urgentíssima em passar taes títulos para poder cobrar as enormes quantias que forão empregadas na colonização que já em grande parte são vencidas e tão necessarias para fazer caminhos e assim fazer prosperar as colonias." (82)

Em 1865, o diretor MABILDE informa que o quadro referente às demarcações dos lotes e à cobrança da dívida dos colonos continua estagnado:

"... o intitulado cadastro que se encontra n'esta directoria não pode servir em caso algum para a expedição dos respectivos títulos, visto que nem as dimensões das frentes dos lotes vendidos correspondem com as dimensões que estes mesmos em realidade tem, tanto menos os fundos e linhas lateraes, que nunca forão demarcados ou medidos, o que em muitos casos tive occasião de ver. Datas exactas para se poderem passar os títulos não temos portanto para nenhum prazo colonial." (83)

O trabalho de medição, retificação de divisas e cadastramento é confiado ao diretor Affonso MABILDE (84) que o inicia ainda no ano de 1865.

Em 1869 o governo provincial, finalmente, legisla sobre a questão que afeta todas as Colônias da província: em 6 de setembro de 1869 é decretada a lei nº 694 determinando a retificação e medição de todos os prazos coloniais das diversas colônias provinciais e em 15 de novembro do mesmo ano o Regulamento da mesma lei determina como deve ser feito este trabalho, já iniciado em Santa Cruz com MABILDE e continuado a partir do final de 1869 por TREIN FILHO, interrompido pela emancipação da Colônia e sua transformação em distrito de Rio Pardo em outubro de 1872,

(82) AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1862. Ofício de 25 de fevereiro de 1862.

(83) AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1865.

(84) RIO GRANDE DO SUL. Relatório da administração central das colonias de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, dignissimo Presidente da mesma provincia, pelo agente interprete da colonisação Carlos de Koseritz. Porto Alegre, Commercio, 1867. p. 26.

e finalmente reiniciado após a instalação do município de Santa Cruz em setembro de 1878.

Apesar das dificuldades em efetivar a cobrança da dívida colonial, a sua iminência pode ser considerada como um fator importante de estímulo a concentração do esforço produtivo dos colonos sobre o fumo.

O melhoramento das vias de transporte e comunicação é uma preocupação que sempre acompanhou a administração da Colônia e pode, também, ser considerada como um fator indireto de incentivo à produção agrícola em geral e à do fumo em especial. E como tal, este fator está intimamente relacionado ao desenvolvimento do comércio:

"Terras boas, colonos dilligentes e permuta commoda, constituem sem dūvida a base que o fundador de uma colonia agricola deve primeiramente procurar, se quizer que esta tenha força vital(...).

Permuta commoda e comunicação facil das colonias com os emporios do commercio e da civilização, fazem infelizmente a excepção, e como de regra encontramos apenas (...)as comunicações que o próprio tráfico das colonias miseravelmente estabeleceo(...).

A permuta dos seos productos faz-se por intermédio de alguns de seos patricios a mais tempo estabelecidos(...).

Sem estradas não há colonias, e sem comunicação com os emporios da civilização não pôde haver assimilação."(85)

A questão da comunicação da Colônia com seus mercados é tão importante que em uma carta de 1865 ao diretor da Fazenda Provincial o diretor MABILDE não se furta de uma certa dose de dramaticidade:

"Talvez alcançarei levantar Santa Cruz da lama em que moral e phisicamente se acha. Depende do bom exito de uma estrada que projetei abrir com os colonos da Linha Rio Pardinho e de São João (...)que re-

(85)RIO GRANDE DO SUL. Relatório da colonização anexo...de 1870. Op. Cit. p. 6.

solvera infallivelmente o problema da comunicação por estrada de carretas d'esta Colonia com os Campos de Cima da Serra(...).

Se for feliz n'esta empreza, Rio Pardo e Santa Cruz poderão levantar a cabeça, porque supponho que a maior parte das carretas que seguem de Cachoeira para Missões, virão a partir de Rio Pardo por esta Colonia, pois que este caminho alem de ser mais curto de não poucas leguas, não offerecerá os inconvenientes dos rios a passar, que tem os mais caminhos por onde actualmente transitão."(86)

Em 1869, o então diretor da Colônia, Carlos TREIN FILHO(87) propõe uma '*lei especial*', na verdade um regulamento administrativo da Colônia, que obriga cada colono ('*um por fogo*') a contribuir com dez dias por ano no serviço de conservação e melhoria das estradas internas da Colônia sob multa de 3\$000 réis aos faltosos maiores de vinte anos de idade.

TREIN FILHO ressalta, contudo, que:

"... quando os colonos são obrigados a conservar e melhorar os caminhos no interior da Colônia he dever da Provincia estabelecer estradas boas e praticaveis em todas as estações que comuniquem a Colonia com o seu mercado ou porto de embarque."(88)

(86)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1865. Carta do diretor da Colônia de Santa Cruz, Affonso MABILDE, de 19 de maio de 1865, ao diretor da Fazenda Provincial, em Porto Alegre, João Capistrano de Miranda CASTRO.

Ainda sobre a estrada a que se refere a carta:

"A Lei Provincial n.º 627, de 12 de outubro de 1867, autorizou o presidente a mandar, com urgência, fazer os estudos precisos para a abertura da estrada, que da Picada Rio Pardinho, passando pela de São João, vai a Cima da Serra.

Encarreguei desses trabalhos em 25 de outubro d'aquelle anno, o director da Colonia de Santa Cruz, Affonso MABILDE, authorizando-o a fazer a despesa indispensavel com a abertura do pique pela mata virgem.

Com estes serviços dispendeu o referido director a somma de 1:840\$760 réis que mandei pagar (...). Os colonos de Santa Cruz, mostrando-se empenhados na abertura d'esta estrada, concorrerão por meio de uma subscrição com a quantia de 238\$340 réis.

RIO GRANDE DO SUL. Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, passou a administração d'esta provincia ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim Vieira da Cunha, 1º Vice-Presidente, no dia 13 de abril do anno de 1868. Porto Alegre, Commercio, 1868.

(87)AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1869. Relatório do diretor Carlos TREIN FILHO de 31 de dezembro de 1869.

(88)Idem.

A construção, conservação e melhoramento das vias de transporte e comunicação deve ser considerada como fator indireto de incremento da produção fumageira em Santa Cruz porque liga os produtores diretos ao mercado local e este ao regional: em expansão principalmente pelo acelerado crescimento urbano de Porto Alegre, a partir de 1860(89). Esta ligação dos produtores diretos ao mercado inicia sua individualização, sua separação do conjunto de relações sociais a que estão vinculados em sua Linha Colonial, e prepara sua vinculação à expansão capitalista que se processa fora do seu controle, na cidade, e que acaba por estabelecer novas formas de relações sociais com o agente econômico que continua o processo acionado pela administração colonial: o comerciante que se transforma em empresário capitalista cada vez mais explicitamente determinador do esforço produtivo do produtor direto, o colono.

À mercê dos condicionamento da administração colonial, sejam eles diretos ou indiretos, praticamente todos os colonos, neste período, produzem alguma quantidade de fumo.

Em Linha Sinimbu, no período em questão, a produção de fumo representa sempre entre 15 e 20% da produção agrícola total. Nas Linhas Andréa, São João, da Serra, Dona Josefa, Ferraz, Bom Jesus e Vila Theresa, a produção oscila entre 10 e 14% do total e nas Linhas de Santa Cruz, Travessa e Rio Pardinho, entre 5 e 9% da produção agrícola total.

(89)O crescimento urbano de Porto Alegre se dá em consequência dos próprios laços econômicos desta cidade com a zona colonial, da qual é entreposto comercial.

PRESSER, Mario F. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura do Rio Grande do Sul, 1920-1975. Campinas, UNICAMP, 1978. Tese de mestrado em economia. p. 63.

Esta generalização do cultivo do fumo entre os colonos de Santa Cruz pode ser explicada, excluídos os fatores externos há pouco analisados, sob a ótica do próprio produtor, traduzida de certa forma nas seguintes passagens do *'Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco'*:

"A cultura do tabaco é a que exige menos emprego de dinheiro, e pôde combinar-se com a cultura de plantas alimentícias e criação de gado. Acresce mais, que no interior das terras, o preço do tabaco pôde supportar as despezas de transporte, mesmo em paizes faltos de boas estradas. Deve também observar-se que esta cultura pôde ser feita exclusivamente por braços livres; quasi se pôde dizer que ella não pode ser feita senão por trabalhadores livres."(90)

E ainda,

"...a cultura do tabaco exige em verdade muitos cuidados; mas como esses trabalhos não são muito fatigantes, podem ser feitos por velhos, mulheres e crianças."(91)

Como se vê, a cultura do fumo ou tabaco se enquadra perfeitamente nas próprias possibilidades dos colonos. Obrigados a pagar a dívida colonial, desprovidos, em sua absoluta maioria de capital e, conseqüentemente, impossibilitados de investir em qualquer produção que o exija; impossibilitados, também, de dispor de mão-de-obra escrava por lei e de mão-de-obra assalariada por sua própria condição de pequenos proprietários, os colonos tratam de investir na produção do fumo: onde podem aplicar toda a mão-de-obra da família, inclusive a dos velhos, da mulheres e das crianças, com a vantagem de poderem utilizar apenas uma pequena parcela da terra disponível para a agricultura em seus lotes.

(90) SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL: *Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco*. Rio de Janeiro, Cotrim & Campos, 1865. pp. 50-1.

(91) Idem.

Outro atrativo do fumo é seu preço. Ele alcança excelentes índices junto ao produtor, especialmente se comparado com os preços do milho e do feijão, e melhores ainda ao comerciante, intermediário e exportador:

PREÇOS DO MILHO, FEIJÃO E FUMO - STA. CRUZ, 1865/66

PRODUTOS	OBTIDOS PELO PRODUTOR	OBTIDOS PELO EXPORTADOR
MILHO	1\$000rs.o alq.ou 28rs.o Kg.	4\$000rs.o alq.ou 65rs.o kg.
FEIJÃO	2\$700rs.o alq.ou 75rs.o kg.	5\$000rs.o alq.ou 139rs.okg.
FUMO	3\$000rs.a arr.ou200rs.o kg.	4\$500rs.a arr.ou300rs.okg.

FONTE: AHRGS. Colonização 288. Santa Cruz, 1866. Relatórios estatísticos do Diretor Affonso MABILDE, para os preços obtidos pelo produtor.

RIO GRANDE DO SUL. Ensaio estatístico sobre o valor pecuniário com que a Colônia de Santa Cruz e o districto colonial de Mont'Alverne contribuirão directa ou indirectamente para o augmento dos Reditos dos Cofres Publicos no anno financeiros de 1865 e 1866 por P.F. Affonso MABILDE. In: . Falla ... do Presidente ... Homem de Mello. Op. Cit. Anexos.

Para o produtor, o preço alcançado pelo quilo de milho representa somente 14% do preço do quilo de fumo. O quilo de feijão alcança 37% do preço do quilo do fumo.

Ao comerciante, exportador, o preço do quilo de milho alcança 22% e o quilo de feijão 45% do preço alcançado pelo quilo de fumo, nesta etapa da comercialização.

No período em questão (1860-1881), especialmente nos seus últimos anos, abandonou-se já a rusticidade que caracterizava a cultura do fumo entre os colonos de Santa Cruz na etapa de produção para a subsistência (1849-1859).

Culvavam-se mais comumente as variedades de fumo conhecido com os nomes vulgares de '*fumo amarelo*' e '*cuba*' (para charutos) e '*amarelinho*' (para corda), em detrimento das variedades '*Havana*' e '*Rústico*' cultivadas anteriormente(92).

(92)BRASIL. Ministério da Agricultura. Diretoria do Serviço de Inspeção e

Prepara-se a terra roçando a capoeira ou queimando e derrubando o mato, com instrumentos como o machado, a foice e a enxada. Em terras já trabalhadas, o trato é dado por uma aradura profunda antes e outra para formação de regos nas vésperas do transplante das mudas.

Ao contrário da fase inicial do cultivo de fumo em Santa Cruz, procura-se nesta evitar as terras novas, recém-desbravadas, por produzirem um fumo de folhas escuras e encorpadas e de sabor e aroma muito fortes, de pouca aceitação comercial(93).

Inicialmente o fumo é plantado em viveiros para obtenção de mudas:

"O viveiro é estabelecido em lugares abrigados das intempéries, na clareira das mattas ou próximo à residência dos agricultores, constando de canteiros estreitos e compridos, em geral, 1 metro de largura por 10 de comprimento, cavados profundamente, revolvidos com pá e enxada, completamente destorroados e misturados com adubo de curral bem curtido.

A sementeira é feita em linhas, à distancia de 10 centímetros umas das outras, e, algumas vezes, também a lanço, fazendo-se a distribuição das sementes com cinza peneirada, por serem muito leves e pequenas. A época preferida é desde o início de junho até o fim de julho."(94)

O viveiro é frequentemente regado, e, quando as mudas alcançam um crescimento regular,

"... é preciso arrancar cuidadosamente as ervas parasitas, e as plantas fracas, o que melhor será feito por crianças, porque tem mãos mais delicadas do que os adultos."(95)

Fomento agrícola. Aspectos da economia rural brasileira - Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Villas Boas, 1922. p. 773.

(93)BRASIL. Ministério da Agricultura. Op. Cit. p. 774.

(94)Idem. p. 774. *"Trezentas grammas de sementes, com uma facultade germinativa de 80% são suficientes para produzir mudas para uma lavoura de 1 hectare e ocupam o espaço de três viveiros de 1 metro por 10."*

(95)SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. Op. Cit. p. 62.

Quando as mudas alcançam uma altura de 10 a 15 centímetros são transplantadas para o lugar definitivo. O transplante acontece geralmente no mês de setembro, quando possível em um dia nublado ou chuvoso;

"O arrancamento das mudas dos viveiros é precedido de uma irrigação intensa; no dia seguinte, extraem-se dos canteiros, ainda com um pouco de terra nas raízes e são levadas com cuidado, em cestas, para o terreno definitivo; ahi, traçam-se linhas paralelas de metro em metro e sobre ellas cavam-se buracos, também na distancia de um metro, onde são plantadas as mudas."(96)

Desta operação participa toda a família, inclusive os velhos e as crianças, pois, qualquer atraso no transplante das mudas removidas dos viveiros pode reduzir o aproveitamento das mesmas e prejudicar a produção. Se o transplante não ocorre, por qualquer motivo, em um dia úmido, cabe às crianças a tarefa de molhar, munidas de um balde e uma caneca, as plantas recém-transplantadas pelos adultos. Esta prática, usual ainda hoje em algumas Linhas, é confirmada pela tradição oral dos fumicultores mais idosos.

Durante todo o ciclo vegetativo da planta, os colonos procedem à eliminação das ervas daninhas através da capina ou da aração com arado de lâmina estreita.

Em dezembro, a planta floresce, novamente a família inteira é mobilizada para a eliminação dos botões florais, operação denominada '*Capação*'(97). Enquanto os adultos procedem à '*Capação*', as crianças capinam as ervas daninhas entre as plantas que alcançam entre um e um e meio metro de altura. Com a eliminação dos botões florais, aparecem na planta vários brotos

(96)BRASIL. Ministério da Agricultura. Op. Cit. p. 775.

(97)BRASIL. Ministério da Agricultura. Op. Cit. p. 775.

laterais que devem ser removidos "*porque representam para a planta o papel de parasitas*"(98). A eliminação dos brotos laterais recebe o nome de '*Desólha*' e assim como a '*Capação*' é praticada manualmente com o auxílio das unhas.

"Do princípio ao fim do seu ciclo vegetativo, o tabaco... é perseguido por lagartas, pulgões e gafanhotos, nenhuma defesa tomando os agricultores contra esses inimigos."(99)

Entre os meses de fevereiro e abril, ocorre a maturação das folhas que são colhidas de baixo para cima: colhem-se primeiro as folhas da parte de baixo da planta, '*fumo baixeiro*', depois as do meio e finalmente as da ponta da planta a intervalos mais ou menos regulares, haja vista que a maturação das folhas não se faz por igual. A colheita é realizada em dia seco "*e nunca passados 2 ou 3 dias de sol, depois de chuvas copiosas*" (100).

As folhas colhidas são conduzidas da roça em cestas ou carroça, separadas em '*manocas*' (maços) que são pendurados em varas suspensas em galpões ou alpendres para a secagem. Decorridos 25 a 30 dias, as '*manocas*' são prensadas em fardos com mais ou menos uma arroba, sendo então levadas ao mercado(101): geralmente ao comerciante, dono de uma '*venda*' na Linha ou na Freguesia, que intermediará a exportação do fumo para outros centros da Província, principalmente Porto Alegre ou ainda para outros lugares do Império ou fora dele.

Apesar de a cultura do fumo apresentar uma evolução positiva em relação à primeira fase da Colônia, seu nível tecno-

(98)Idem. p. 775.

(99)Idem. p. 775,

(100)SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDUSTRIA NACIONAL. Op. Cit. p. 77.

(101)BRASIL. Ministério da Agricultura. Op. Cit. p. 775.

lógico ainda é bastante rudimentar: não há adubação, exceto dos canteiros de mudas, e a enxada continua sendo o principal, e na maioria dos casos o único, instrumento de trabalho utilizado.

Contudo, os resultados globais da produção fumageira em Santa Cruz são crescentes entre 1861 e 1881:

FUMICULTURA EM SANTA CRUZ (1861 a 1881)

ANO	PRODUÇÃO EM Kg	EXPORTAÇÃO EM Kg
1861	82.500	70.500
1862	109.500	97.500
1863	120.000	105.000
1864	259.500	217.500
1866	356.655	226.680
1869	600.000	600.000
1870		675.000
1872		600.000
1875		1.175.200
1881		1.650.000

FONTE: Já citadas anteriormente nos gráficos globais da produção e exportação de Santa Cruz. Para o ano de 1881: ROCHE, Jean. Op. Cit. p. 275.

A produção de fumo de 1862 cresceu apenas em um terço tomando-se por base a produção do ano de 1861, ocorrendo praticamente o mesmo com a produção de 1863. Contudo, em 1864 a produção de fumo já cresceu três vezes em relação ao volume produzido em 1861 e em 1866 esta proporção alcança 4 vezes e, finalmente, com o último dado disponível para a produção, observa-se que a produção do ano de 1869 representa mais de 7 vezes a produção de 1861(102).

A exportação acompanha o ritmo de crescimento da produção, caracterizando o fumo como o principal produto de expor-

(102) ROCHE, sem citar as fontes, informa ainda que: "... entre 1862 e 1881, a colheita de milho foi multiplicada por 4,4, a de feijão, por 2,4, a de batata inglesa, por 2,8, a de arroz, por 2,4, ..., a de fumo, por 16."

ROCHE, Jean. Op. Cit. pp. 274-74.

tação de Santa Cruz. Entre 1861 e 1864 o volume exportado sobre o produzido oscila entre 83 e 89% (85,5% em 1861, 89,0% em 1862, 87,5% em 1863 e 83,8% em 1864); em 1866 o volume de fumo exportado alcança 63,6% do produzido, permitindo supor que parte da produção deste ano tenha sido colocada no ano seguinte, considerando que os anos de 1863 a 1866 foram os anos de crise (devido às secas de 1863, 1864 e 1865 e as geadas de 1866). Em 1869 o percentual do volume exportado sobre o produzido alcança 100%. A partir daí não foram encontradas informações sobre a produção, o que inviabiliza a comparação.

Considerando que em 1866 existem 5 fábricas de charutos (3 na Freguesia de Santa Cruz e 2 na Linha Rio Pardinho), é provável que elas consumam uma parte considerável do fumo em folha que não é exportado.

Esta fase do desenvolvimento econômico de produção simples de mercadorias (1860-1881), caracteriza-se pelo crescimento da população(103), da produção, do comércio, que criam as pré-condições para a integração de Santa Cruz à divisão inter-regional do trabalho. Esse processo foi iniciado com a incorporação, neste período, da área colonial de Santa Cruz ao mercado capitalista, principalmente através da crescente produção de fumo, que, comercializado, permite a acumulação de capital nas mãos dos antigos '*vendeiros*', agora transformados em negociantes exportadores e importadores. A partir da década de 1880, eles serão responsáveis pela organização da agroindústria local e pela introdução de relações mais explicitamente capitalista de produção.

(103) POPULAÇÃO DE SANTA CRUZ (1860-1880)

ANO	NÚMERO DE HABITANTES	FONTE
1860	2.886	Relatório do Presidente da Província
1861	3.381 (sic.)	Idem

1862	3.138	Idem
1863	3.367	Idem
1864	3.915	Idem
1865	4.542	Idem (incluída a partir deste ano a população da Colônia de Monte Alverne)
1866	4.794	Idem
1867	4.794	Idem
1868	5.212	Idem
1869	5.425	Idem
1870	3.934	Idem (excluída a população ' <i>não oficial</i> ', das colônias particulares adjacentes)
1871	4.474	Idem (excluída a população ' <i>não oficial</i> ', das colônias particulares adjacentes)
1872	6.460	Relatório do Agente Intérprete de 05/02/1873. Resultado do Censo realizado em toda a Província - Decreto nº 797 de 18/06/1851
1880	11.000	MENEZES, J.B. <u>Município de Santa Cruz do Sul</u> . Lamberts e Riedl, 1914. pp. 50-1.

CONCLUSÃO

A colonização, com imigrantes alemães, de um espaço geográfico marginalizado pela aristocracia gaúcha do início do século passado, ligada à pecuária e ao latifúndio, constituiu-se num referencial básico para que se compreenda a produção e a expansão do capitalismo no Rio Grande do Sul.

Neste trabalho, ao estudar-se a Colônia de Santa Cruz, no período de 1849 a 1881, pretendeu-se privilegiar este referencial, considerando-o como resultado dialético de dois processos diferentes, mas intimamente ligados:

- um processo de destruição, pelo capitalismo, de formas não capitalistas de produção, que atinge seu apogeu em toda a Europa Ocidental durante o século XIX, e em especial na Alemanha na segunda metade deste mesmo século, resultando em intenso movimento emigratório de população, que não encontra colocação no mercado de trabalho e que, alijada, se vê condenada à miséria;

- no Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul, um processo de absorção de parte desse excedente populacional em colônias, como a de Santa Cruz, divididas em pequenos lotes agrícolas, em que se instala a pequena produção familiar, não como reprodução de uma forma não capitalista de produção, mas como parte mesmo do próprio desenvolvimento do capital, como forma capitalista que alcança nexos, não ao nível da produção imediata, mas ao nível da circulação onde a mais-valia do trabalho familiar é extraída.

A constituição da instância da circulação, do mercado, sofre a interferência direta do próprio governo imperial, através da Lei de Terras de 1850, aplicada a partir de 1854, e do governo provincial com a Lei nº 304 de 1854, versão provincial da Lei de Terras que determina o pagamento dos lotes e dos auxílios recebidos pelos colonos. A legislação, que transforma os pequenos produtores de subsistência em produtores de mercadorias e cria ao mesmo tempo para o capital seu mercado interno:

- a família camponesa produz praticamente tudo o que necessita, dependendo apenas esporadicamente do mercado. A partir da aplicação da lei que determina o pagamento do lote e dos auxílios recebidos, grande parte do esforço produtivo da unidade familiar precisa ser deslocado para a produção de 'mercadorias' - produtos ou matéria-primas que encontram rápida e fácil realização no mercado -, desta forma torna-se mais vantajoso (em termos de utilização do esforço produtivo dos membros da unidade familiar) deixar de produzir determinados itens destinados somente à subsistência e comprá-los no mercado. O pequeno produtor transforma-se assim em retroalimentador do processo que o transformou em produtor de mercadorias, porque consome mercadorias, mais do que isso, depende delas.

Em Santa Cruz esta intervenção do capital na produção direta é ordenada e completada pela administração colonial, que orienta direta e indiretamente o esforço produtivo dos colonos, pequenos produtores, para a produção do fumo, em resposta a determinações mais amplas ligadas a condição histórica do Rio Grande do Sul como fornecedor de matérias-primas para o centro do país, e do Brasil como abastecedor e consumidor dos mercados europeu e americano, centros do desenvolvimento capitalista internacional.

Os resultados da intervenção do capital na produção imediata dos colonos de Santa Cruz desemboca na especialização agrícola da região, fator essencial para a organização do capital industrial que instala a agroindústria fumageira nos últimos anos do século XIX e nas duas primeiras décadas deste século, processo possível graças a acumulação realizada ao nível da circulação: uma análise que escapa ao período eleito para este trabalho, mas que instiga melhor investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. Viagem pela província do Rio Grande do Sul, 1858. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- AZEVEDO, Thales de. Italianos e gaúchos - os anos pioneiros da colonização no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, A Nação e Instituto Nacional do Livro, 1975.
- BARRETO, Abeillard. Bibliografia Sul-Riograndense. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, v. 1. e 1976, v. 2.
- BEIGUELMANN, Paula. O encaminhamento político do problema da escravidão no Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira; o Brasil monárquico. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967. v. 3.
- BRASIL. Ministério da Agricultura. Diretoria do Serviço de Inspeção e Fomento agrícola. Aspectos da economia rural brasileira - Estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, Villas Boas, 1922.
- BROCKHAUS' CONVERSATION-LEXIKON. Leipzig, S. A. Brockhaus, 1983.
- BROWNE, George P. Política imigratória no Brasil Regência. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 307:38, abril/junho, 1975.
- CAMPANARIO, Paulo & RICHTER, Ernesto. Estudios sociales centro-americanos. São José da Costa Rica, CSUCA, 1974.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1962.
- COLLECCÃO DE LEIS DO BRASIL. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1891.
- COSTA, Emilia Viotti da. Da monarquia à República; momentos decisivos. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- DACANAL, José Hildebrando (Org.). RS: Imigração & colonização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. Rio de Janeiro, Martins, 1941.
- DOBB, Maurice. A evolução do capitalismo. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- DREYFUS, François. História universal; o tempo das revoluções - 1787/1870. Lisboa, Dom Quixote, 1981.

- EFIMOV, GALKINE e ZUBOK. História moderna; as revoluções burguesas. Lisboa, Estampa, 1977. v. 1.
- FEBVRE, Lucien. Combates por la historia. Barcelona, Ariel, 1970.
- FERNANDES, Domingos José Marques. Descrição Corográfica, etc., etc.,. A primeira histórica gaúcha, Pesquisas/História. Porto Alegre, (15):42-45, ano 5, 1961.
- FLORES, Hilda A. Hübner. Canção dos imigrantes. Porto Alegre, São Lourenço de Brindes, 1983.
- FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo, Nacional, 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- HAUPMANN, Gerhart. Os tecelões. São Paulo, Brasiliense, s/d.
- HOBBSAWN, E. J. La era del capitalismo. Barcelona, Guadarrama, 1977.
- KAUTSKY, Karl. A questão agrária. São Paulo, Proposta, 1980.
- KAUTSKY, Karl. La cuestión agraria. México, Siglo Veintiuno, 1977.
- KIRCHHOFF, Karl. Chronik der Familie Kirchhoff. Travessão Dona Josefa, 1868. Sem paginação. (Manuscrito)
- KLEUDGEN, Peter. Die deutsche Kolonie Santa Cruz, in der Provinz Rio Grande do Sul in Südbrasilien nach den neuen Nachrichten dargestellt von Kleudgen P. Hamburg, Druck von Robert Kittler, 1853.
- KLEUDGEN, Peter. Die deutsche Kolonie Santa Cruz - Provinz Rio Grande do Sul - Südbrasilien - von P. Kleudgen, bevollmächtigten Agenten gennater Provinz. Hamburg, Druck von J. I. Nobiling, 1852.
- LEITMANN, Spencer L. O primeiro ciclo brasileiro de trigo e a guerra dos Farrapos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 307:59, abril/junho, 1975.
- LÊNIN, V. I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo, Abil Cultural, 1982.
- LESSA, Barbosa. Rio Grande do Sul: prazer em conhecê-lo. Porto Alegre, Globo, 1984.
- LOEFFLAD, F. e outros. Centenário da colonização alemã em Rio Pardinho - município de Santa Cruz do Sul - 1852/1952. Santa Cruz do Sul, Bins & Rech, 1952.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do Capital. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.
- LYRA, Henrique Jorge Buckingham. Colonos e colônias - uma avaliação das experiências de colonização agrícola na Bahia na

- segunda metade do século XIX. Salvador, UFBA, 1982. (Mimeografado).
- MAESTRI Fº, Mário José. O escravo no Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, EDUCS, 1984.
- MANDEL, Ernest. Tratado de economia marxista. México, Era, 1969.
- MARTIN, Hardy Elmiro. Santa Cruz do Sul de colônia a freguesia, 1849-1859. Santa Cruz do Sul, Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul, 1979.
- MARX, Karl. O Capital. São Paulo, Abril Cultural, 1985. 3.v.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Obras escolhidas. São Paulo, Alfa-Omega, 1981.
- MAURMANN, Emil. Die Deutschen Mundarten. In: MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON. Deutsche Sprache. Leipzig, Bibliographisches Institut, 1895. pp. 836-43.
- MEYERS KONVERSATIONS-LEXIKON. Leipzig und Wien, Bibliographisches Institut, 1895. Diversos volumes.
- MONTOYA, Antonio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tapes - 1639. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985.
- OBERACKER JÚNIOR, Carlos H. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). História Geral da civilização brasileira; o Brasil monárquico. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1967. v.3.
- ORTIZ, Ricardo M. Historia económica de la Argentina, 1850-1930. Buenos Aires, Raigal, 1955.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. RS: Agropecuária colonial & Industrialização. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- PETRY, Leopoldo. O município de São Leopoldo. In: ANAIS DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE SÃO LEOPOLDO. Porto Alegre, Globo, 1947.
- PLUM, Werner. Promoção da indústria na Alemanha: contribuições para a política de desenvolvimento na primeira metade do século XIX. Bonn, Friedrich-Ebert Stiftung, 1979.
- POPESCU, Oreste. Sistema económico en las misiones jesuíticas. Barcelona, 1967.
- PORTO, Aurélio. História das Missões Orientais do Uruguai. Porto Alegre, Selbach, 1954.
- PORTO, Aurélio. O trabalho alemão no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Santa Terezinha, 1934.
- PRADO JÚNIOR, Caio. História económica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1984.

- PRESSER, Mario F. O desenvolvimento do capitalismo na agricultura do Rio Grande do Sul, 1920-1975. Campinas, UNICAMP, 1978. (Mimeografada).
- RAISON, Jean-Pierre. Migração. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. Lisboa, Casa da Moeda, 1986. v. 8. pp. 488-517.
- RAMBO, Balduino. A imigração alemã no Rio Grande do Sul; 1824-1914. In: ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE: o Rio Grande Antigo. v. 1.
- RIO GRANDE DO SUL. Collecção de leis e regulamentos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio-Grandense, 1854.
- RIO GRANDE DO SUL. Índice das leis promulgadas pela Assembléia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o anno de 1835 até o de 1851. Porto Alegre, Rio-grandense, 1872.
- RIO GRANDE DO SUL. Índice das leis promulgadas pela Assembleia Legislativa Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul desde o anno de 1852 até o de 1875. Porto Alegre, Typographia Rio-Grandense, 1881.
- RIO GRANDE DO SUL. Relatório da administração central das colônias da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, apresentado ao Illmo. e Exmo. Sr. Dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, dignissimo presidente da mesma província, pelo agente interprete da colonisação Carlos de Koseritz. Porto Alegre, Jornal do Comercio, 1867.
- RIO GRANDE DO SUL. Relatórios dos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Diversos de 1828 a 1989.
- ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Globo, 1969. 2. v.
- ROSCHER, Wilhelm. Nationalökonomik des Ackerbaues und der verwandten Urproductionen. Stuttgart, Gotta'schen Buchandlung, 1873.
- RÜDIGER, Sebalt. Colonização e propriedade da terra no Rio Grande do Sul no século XVIII. Porto Alegre, SEC-Divisão de Cultura e Instituto Estadual do Livro, 1965.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul. Belo Horizonte, Itatiaia, 1974.
- SCHÄFFER, Georg. Brasilien, als unabhängige Reich. Altona, 1824.
- SEIDLER, Carl. Dez anos de Brasil. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- SEPP, Antonio. Viagem às missões jesuíticas e trabalhos apostólicos, de 1698. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre, Movimento, 1974.
- SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1968.

- SOCIEDADE AUXILIADORA DA INDÚSTRIA NACIONAL. Manual da cultura, colheita e preparação do tabaco. Rio de Janeiro, Cotrim & Campos, 1865.
- UMANN, Josef. Memórias de um imigrante boêmio. Porto Alegre, São Lourenço de Brindes, 1981.
- VERBAND DEUTSCHER VEREINE. Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tipografia do Centro, 1924.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. Campinas, UNICAMP, 1979. (Mimeografado).
- WEBER, Max. Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
- WEIMER, Günter. A arquitetura rural da imigração alemã. In: BERTUSSI, Paulo e outros. A arquitetura no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983. pp. 95-119.
- WILLEMS, Emilio. Assimilação e populações marginais no Brasil. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1940.